

A FEA e a USP respeitam os direitos autorais deste trabalho. Nós acreditamos que a melhor proteção contra o uso ilegítimo deste texto é a publicação online. Além de preservar o conteúdo motiva-nos oferecer à sociedade o conhecimento produzido no âmbito da universidade pública e dar publicidade ao esforço do pesquisador. Entretanto, caso não seja do interesse do autor manter o documento online, pedimos compreensão em relação à iniciativa e o contato pelo e-mail bibfea@usp.br para que possamos tomar as providências cabíveis (remoção da tese ou dissertação da BDTD).

T330
D543C

Universidade de São Paulo
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Economia

A CONTROVÉRSIA DO PLANEJAMENTO
NA ECONOMIA BRASILEIRA:
a retórica como instrumento de formação de crenças

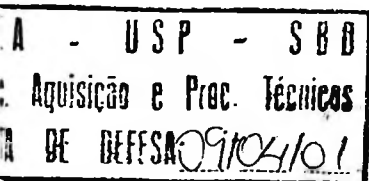
DEDALUS - Acervo - FEA



20600004736

Autor: Darwin Sallas Dib

Orientador: Eduardo Giannetti da Fonseca



81571

Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em economia.

São Paulo

2001

Sumário

Capítulo I - A retórica como instrumento de formação de crenças	01
1. Por que retórica?	01
2. As idéias importam?	10
3. A retórica importa?	13
4. Alguns instrumentos de argumentação	22
5. O empreendedor das idéias	27
6. Uma possível aplicação	29
Capítulo II - As Razões da Controvérsia	32
1. A economia	33
2. A política	39
3. O debate	46
4. Os debatedores	49
5. Desdobramentos	55
Capítulo III - Estrutura e estratégias da controvérsia.....	59
1. O relatório de Roberto Simonsen	62
1.1 Primeira fase: a premência da industrialização.....	64
1.2 Segunda fase: a debilidade do setor privado.....	69
1.3 Terceira fase: em defesa da planificação	70
1.4 Quarta fase: a <i>idéia núcleo</i>	72
2. O parecer de Eugênio Gudín	75
2.1 Primeira fase: ataque à credibilidade	77
2.2 Segunda fase: desqualificação das ilustrações	83
2.3 Terceira fase: a estratégia central	89
2.3.1 Primeira consequência: o financiamento inflacionário	92
2.3.2 Segunda consequência: a fuga de capitais	94
2.3.3 Terceira consequência: o totalitarismo.....	95
2.3.4 Finalização da argumentação central: a defesa de "outro" planejamento.....	97
2.4 Preâmbulo da <i>idéia-núcleo</i> : diretivas de política econômica	99
2.4.1 A estabilidade do nível de preços	99
2.4.2 Direcionamento dos investimentos	100
2.4.3 Aprofundamentos dos mecanismos concorrenciais	103
2.4.4 Atração do capital estrangeiro & produtividade	105
2.5 A <i>idéia-núcleo</i>	107
3. Réplica e tréplica final	110
Conclusão	117

"It gives us a pleasure to see the phaenomena which we reckoned the most unaccountable all deduced from some principle (commonly a wellknown one) and all united in one chain, far superior to what we feel from the unconnected method where everything is accounted for by itself without any reference to the others. We need not be surprised then that the Cartesian Philosophy (for Descartes was in reality the first who attempted this method) tho it does not perhaps contain a word of truth, and to us who live in a more enlighten'd age and have more enquired into these matters it appears very Dubious, should nevertheless have been so universally received by all Learned in Europe at that time. The Great Superiority of the method over of that of Aristotle, the only one then known, and the little enquiry which was then made into those matters, made them greedily receive a work which we justly esteem one of the most entertaining Romances that has ever been wrote."

(Smith, A., Lectures on Rhetoric and Belles Lettres, p.146)

"Born long ago in a manger, away from the palaces of the philosophers, Rhetoric preached within and without the temple; but it was taken at last by the soldiers of the New Science and crucified on the Cartesian cross. Now in the third century after Descartes it has risen from the dead."

Capítulo I

A retórica como instrumento de formação de crenças

1. Por que retórica?

Os conceitos de teorização em ciências sociais têm de ser definidos tendo em vista a diversidade de teorias e escolas de pensamento que coexistem por longos períodos, sem que haja um claro processo de superação positiva dando um incontestável *status* de paradigma a uma determinada vertente. A questão que este ensaio pretende evidenciar está assentada na da idéia de que a economia, como as demais ciências sociais, demanda um enfoque metodológico diferenciado das chamadas ciências naturais.

¹ McCloskey, D. (1985) *The Rhetoric of Economics*, p.30

O papel do cientista, na preleção normativa de Popper, é o de ser um constante agente na tentativa de falsear a teoria, através de um incessante processo de teste empírico. A função fundamental do cientista não é o de proteger a teoria e sim submetê-la ao constante purgatório da evidência empírica que possa falsificá-la. É interessante verificar como se modifica o papel do cientista na concepção apresentada por Kuhn (1975). Se a proposta de Popper pretende desempenhar um papel normativo dentro do debate metodológico, Kuhn oferece uma espécie de modelo de como efetivamente a comunidade científica faz ciência. Na concepção de Kuhn a parcela majoritária da atividade científica passa-se dentro do período de "ciência normal" na qual a figura do cientista esta longe da visão popperiana.

O trabalho do cientista durante o período inter paradigmas é o de manutenção do paradigma vigente diante de um programa de pesquisa formulado e circunscrito pelo paradigma em vigor. A função do trabalho científico, nesta concepção, é diametralmente oposta da visão de Popper: o cientista empenhado na ciência normal é antes de tudo um conservador, sua atividade ao buscar a evidência empírica é a de fornecer suporte ao paradigma que rege seu programa de pesquisa. As possíveis (e inevitáveis) discrepâncias entre o paradigma em questão e a evidência empírica são a matéria prima do cientista ocupado em ciência normal - estes são os seus "quebra-cabeças" que devem ser solucionados dentro do arcabouço teórico fornecido pelo paradigma.

É evidente que o quadro construído por Kuhn cumpre o papel de uma abstração, trata-se de um modelo de como a atividade científica é realizada. Este padrão de analisar o desenvolvimento científico possui, na minha opinião, um aspecto atraente: a ciência é apresentada como um empreendimento social, realizado em comunidade, e o que é mais importante - a teorização é fruto da interação entre os membros da comunidade que partilham valores e uma linguagem em comum.

O problema surge quando se questiona a idéia de superação positiva no desenvolvimento da economia. A escassez de leis gerais que possam ser exprimidas em enunciados testáveis, aliada à dificuldade de interpretação dos

resultados diante do contexto histórico, tornam árdua a tarefa de aplicação de teste empíricos nas ciências sociais (Bianchi,1997, p.11) de modo a criar um instrumento eficaz na resolução das controvérsias econômicas. As evidências históricas indicam que poucas controvérsias econômicas foram efetivamente resolvidas de acordo com a idéia de superação positiva.

Num breve levantamento realizado por Arida (1984) evidencia-se uma série de exemplos históricos nos quais esta concepção não encontra suporte: (i) a Controvérsia de Cambridge cujo termino não gerou um consenso em torno das questões centrais; (ii) o debate em torno do conceito de firma representativa e mensuração da renda nacional; (iii) a polêmica sobre a possível constância da velocidade renda da moeda, travada entre monetaristas e keynesianos no anos sessenta e etc.

Na ausência de superação positiva o desenvolvimento da economia pode ser visto como um processo no qual coexistem concepções teóricas antagônicas sem que se tenha uma resolução definitiva das controvérsias que leve a um amplo consenso em torno de uma das teorizações em conflito por parte da comunidade acadêmica.

A coexistência de diversas teorizações com fundamentos distintos pode ser vista como uma característica de uma ciência imatura, em seu estado pré-paradigmático. No meu entender, ao se aceitar esta segunda interpretação do desenvolvimento da ciência econômica não seria necessário abandonar totalmente o conceito de paradigma elaborado por Kuhn. Poderia ser útil interpretar esta coexistência de diversos escolas de pensamento como uma situação na qual convivem múltiplos "paradigmas", mesmo que um deles tenha papel hegemônico em relação aos demais (como é o caso da escola neoclássica), sem contudo conseguir estabelecer um amplo consenso na comunidade acadêmica que o caracterize como produto de uma superação positiva. Ao utilizarmos o modelo de Kuhn, podemos constatar que as diversas escolas de pensamento econômico de fato comportam-se de maneira semelhante a portadores de uma teoria paradigmática. O próprio trabalho de pesquisa no interior de cada escola pode ser visto como ciência normal, na

medida em comunidade científica que constitui uma determinada vertente teórica a toma como paradigma e desenvolve seu programa de pesquisa de acordo com os fundamentos da teoria em questão. Assim, é como se estivéssemos numa comunidade acadêmica fracionada, trabalhando com diversos fundamentos teóricos.

A importância de uma linguagem homogênea que abranja todos os membros da comunidade acadêmica independentemente de sua filiação teórica, pode ser um caminho para que haja critérios comuns de validação como forma balizar as controvérsias entre os diversos "paradigmas". A importância de estabelecer uma mesma linguagem na falta de um critério de validação comum a todas as vertentes é evidenciada na análise feita por Arida (1984) do processo de consolidação da escola neoclássica.

Segundo o autor, o estabelecimento do paradigma neoclássico foi o resultado de três bem sucedidos embates teóricos: (i) a defesa do marginalismo contra a teoria clássica do valor; (ii) ao se defender dos ataques da escola histórica alemã e (iii) na defesa diante dos ataques da escola institucionalista americana. Apesar de não haver propriamente uma superação positiva como consequência destas controvérsias, em todas elas a escola neoclássica triunfou no sentido de angariar uma posição hegemônica na comunidade dos economistas. (*ibid*) É interessante analisar como o autor explica este sucesso combativo do programa neoclássico:

"A reavaliação ainda que sumária das controvérsias que firmaram o programa neoclássico de pesquisa mostra que a resolução destas controvérsias foi determinada pela superioridade de procedimentos retóricos, de um lado, e pelo vigor comparativo dos programas por outro. Inexistiam regras comuns de validação; a "verdade" do programa neoclássico estabeleceu-se por motivos estranhos ao modelo *hard science*." (Arida, p.24)

Os "procedimentos retóricos" aos quais o autor se refere consistiram na estratégia de incorporação dos argumentos da escola adversária nos termos da teoria neoclássica. Ao ter a capacidade de traduzir os conceitos e argumentos da escola oponente para sua própria linguagem, o programa neoclássico, ao meu ver, reduziu a barreira da falta de um critério comum de validação, com a vantagem de utilizar seus próprios termos no embate com a concepção adversária.

A questão da retórica leva inevitavelmente a D. McCloskey como expoente de um movimento decorrente do clima acadêmico gerado pelas dificuldades de aplicação da falseabilidade popperiana e o reconhecimento da estratégia pluralista na área da metodologia econômica. (Bianchi e Salviano, 1997)

Em sua cruzada antimodernista McCloskey critica a pretensão da metodologia de guiar a comunidade acadêmica ao estabelecer limitações a investigação científica através de regras:

"O metodólogo considera-se a si mesmo o juiz do profissional. Sua função, se é que tem alguma, é uma função anárquica que resiste a rigidez e a pretensão a regras."(1985)

O autor ataca a pretensão prescritiva de propostas metodológicas e questiona a necessidade do cientista em circunscrever sua razão e seu raciocínio a um tipo limitado de prescrições metodológicas. Além disso, evidencia a intolerância dos mandamentos modernistas em relação a outras áreas do conhecimento que não seguem seus preceitos. McCloskey propõe usar a retórica como instrumento de análise de como os economistas de fato se interrelacionam no meio acadêmico ao defender suas idéias e ao tentar convencer-se mutuamente. Ao propor o uso da retórica, a define como uma ferramenta social. Neste sentido bastante amplo a retórica seria:

"(...) estudo de todos os meios para conseguir coisas com a linguagem: incitar uma multidão que linchem um acusado, bem como convencer

os leitores de um romance de que os personagens estão vivos, ou fazer com que os eruditos aceitem o melhor argumento e rechacem o pior.”

Defende, por fim, a idéia de método científico com "m" minúsculo, "humilde e serviçal" servindo apenas como indicador para o economista no seu trabalho, como uma espécie de "caixa de ferramentas":

As ferramentas são a teoria econômica, a familiaridade com certas convenções contábeis e fontes estatísticas, uma base de dados históricos chaves e uma "experiência de mundo". O emprego destas ferramentas para fazer pequenos conhecimentos robustos é o ofício dos economistas, o método econômico. (*ibid*) Acima deste método estariam as normas de conversação - o *Sprachethik*. Ou seja, normas que possibilitam uma conversação civilizada e construtiva dentro do meio científico. Estas normas, segundo a proposta formulada por Habermas, são:

“Não minta; preste atenção, não burle; coopere; não grite; deixe que falem os demais; seja imparcial; explique-se quando perguntam; não recorra a violência ou conspiração em ajuda de suas idéias.”
(McCloskey, p.6)

O pior pecado acadêmico seria desrespeitar estas normas de conversação civilizada. Assim, a principal função da metodologia seria o de estabelecer os limites desta conversação isolando ciência de não ciência, tratando do problema da demarcação. Este apego às regras do *Sprachethick* pode ser visto também como um limitação para o uso indiscriminado da retórica, evitando a busca do convencimento da comunidade acadêmica como um fim em si mesmo, divorciado de qualquer objetividade científica e possivelmente influenciado pelos conflitantes interesses mundanos presentes no escopo da pesquisa econômica (Aldrighi, p.95) Ao defender o estudo da retórica na economia, McCloskey, a meu ver se aproxima da idéia implícita em Kuhn de que a ciência é um empreendimento

social, e de que a verdade científica (a teoria paradigmática) é efêmera por natureza e sua inevitável superação faz parte de um processo de interação social dentro da comunidade acadêmica.

“Scientific explanation is a human purpose, not that glimpse into the mind of God that holy men since Plato have been seeking in their caves. We humans decide the purpose of the phrase “perfect competition”. R-squares are nice but not enough. We need to join the argument. “What do you mean by ‘perfect competition’? What standard would you accept as showing it to be usefully true? All right, let us go together and settle the matter.” If economist would recognize this and stop thinking that irrelevant *t*-statistics or high-sounding “good predictions” will answer their questions free of human intervention, they would come to grips with each others’ arguments.” (McCloskey: 1988, p.289)

Apesar da retórica ter sido proposta como um instrumento metodológico, uma ferramenta para compreender de que forma os economistas argumentam e tentam convencer seus pares diante de controvérsias na disciplina, é possível estender esta concepção além do âmbito estritamente acadêmico. O uso da retórica em economia pode ser interpretado de modo mais amplo, não apenas como instrumento metodológico dentro da comunidade acadêmica, mas também como um meio dos economistas se relacionarem com o ambiente externo a academia, como forma de se posicionar frente aos problemas econômicos objetivando influenciar e dar respaldo acadêmico às políticas adotadas pelo poder público.

Neste sentido mais amplo, o uso da retórica seria um instrumento na formação e modificação de crenças em economia, não apenas dentro da comunidade acadêmica, mas sobretudo no ambiente leigo, nos formadores de opinião, na opinião pública e na representação política da sociedade. A importância extra acadêmica das idéias econômicas parece evidente, as idéias econômicas ultrapassam os limites do ambiente universitário, sendo constante a

tentativa de influenciar as políticas públicas e a percepção dos problemas econômicos e a forma de solucioná-los.

“One of the economist’ greatest assets – the fact that his discipline deals with questions of obvious public interest and importance – has also been a major source of vulnerability, for economists have rarely been able for long to enjoy the measure of insulation from external pressures considered essential to sustained intellectual inquiry. In other words, the internal and external sociology of economics have invariably overlapped and interpenetrated in various ways.” (Coats, p.70)

Este amplo espectro de atuação dos economistas e da economia, como área de conhecimento, produz a necessidade de lidar com diversos tipos de audiências. Dentre as várias platéias com as quais o economista, por força da profissão, tem de lidar listados por Coats vale mencionar dois:

“(...) 3. b. Nonacademic economists, for example, in business, banking, governments (federal, state, and local), international agencies, and so on

(...) 5. Nonacademic audiences, including “experts” in other fields; government and international agency bureaucrats; business persons, bankers, politicians, journalists; foundation boards; and members of the lay public (intelligent and otherwise)” (p.70)

Dependendo do tipo de audiência os economistas usam distintas técnicas de conversação – estilos dos argumentos e forma de argumentação. No trato com o público leigo o uso de metáforas físico-mecânicas é reduzido, se comparado com ambiente acadêmico. O exemplo mais forte de adaptação do estilo argumentativo pode ser encontrado nos economistas profissionais agindo na qualidade de consultores perante comissões regulatórias; nestes casos o estilo da retórica forense é o mais difundido. (Goodwin, p. 214)

Este transbordamento da atividade dos economistas parece ser uma característica muito particular desta área de conhecimento, é difícil imaginar outra ciência que tenha um contato tão permanente com o ambiente leigo como a economia, exigindo de seus integrantes a capacidade de se fazer entender e de "vender" suas idéias. Pode-se questionar a eficácia da tentativa da ciência econômica em apresentar respostas para os problemas da sociedade, ou de modo mais geral, pode-se questionar a capacidade das idéias influenciarem a realidade, no entanto, é inegável que esta função é constantemente pleiteada pelos economistas e exigida pela sociedade.

Neste contexto, o uso da retórica pode ser visto como um instrumento de tradução da argumentação técnica (acadêmica) para uma argumentação mais ampla, mais próxima do público leigo e mais persuasiva no embate político. A importância do estudo da argumentação direcionada para a política econômica está também na existência do terreno pantanoso dos interesses de toda espécie que acabam magnificando o meio termo entre o que é objetiva e indiscutivelmente válido e o subjetivo. (Salviano: 10/12, 1993) É neste meio termo que se situa a necessidade da teoria da argumentação. (*op.cit*).

Esta necessidade de persuasão na esfera política da sociedade na medida em que leva em consideração a audiência, exige a sensibilidade quanto ao ambiente institucional do discurso. Um exemplo desta exigência é dado por Galbraith:

"Sensitivity to audience, in a political environment, means sensitivity to the institutional framework. Economists should work to distinguish between recommendations that can be implemented within established procedures, those that are hampered because they operate against the procedural grain, and those requiring procedural, institutional, or constitutional innovation – "regime changes". Where there exists a choice between two paths to the same goal, one requiring regime changes and the others not, economists should be sensitive to the far greater political ease of the latter." (Galbraith: 1988, p.235)

Ao cumprir o papel de instrumento na formação de crenças econômicas perante a sociedade e ao influenciar a formação de propostas políticas, que em última instância imprimem um determinado caráter às instituições, a retórica na economia indiretamente contribui para mudança do ambiente institucional que molda a atividade econômica.

Ao estudar o uso da retórica sob este prisma mais amplo, os economistas podem não apenas aprender a traduzir melhor suas idéias, tornando mais eficiente a influência das idéias econômicas na formação de crenças, mas sobretudo entender melhor o seu próprio papel no processo de mudança institucional. Assim, no contexto deste trabalho, dentre os vários personagens-estereótipos construídos por McCloskey para exemplificar (com certa dose de sátira) as razões para o estudo da retórica na economia, estamos solidários com a figura e frustrações do “economista político” diante das dificuldades encontradas em implementar o conhecimento econômico na ação pública. (McCloskey: 1988, p.4/6) Este personagem será o principal mote para as páginas que seguem.

2. As idéias importam?

A questão de se a retórica pode ser vista como instrumento de mudança institucional, na medida em que influencia a formação de crenças na sociedade, esbarra num questionamento mais básico que coloca em dúvida a própria capacidade efetiva das idéias influenciarem a realidade.

No decorrer dos tempos a presunção de que as “idéias governam o mundo” se revelou uma crença bastante difundida entre os mais diversos pensadores econômicos dos mais diversos matizes ideológicos, formando um surpreendente

denominador comum entre filósofos inseridos num amplo espectro de períodos de atividade. (Fonseca, 1991) Tal pretensão generalizada talvez reflita a convicção de quem dedicou os esforços de uma vida ao estudo e formação de idéias, sendo portanto, uma crença que fornece um certo suporte a noção da própria importância do filósofo diante do mundo que tenta explicar.

É evidente que não cabe aqui discutir, se esta generalizada convicção dos profissionais das idéias reflete, ou não, uma inadvertida defesa em causa própria; o que importa para a proposta do trabalho, é estabelecer se é possível falar em alguma influência das crenças no efetivo comportamento do indivíduo na vida econômica. Até que ponto a ação individual na interação econômica é definida pelas "regras do jogo" representadas pelo arcabouço institucional da sociedade? Em que medida a qualidade dos "jogadores" (ou seja dos agentes econômicos) é capaz de influenciar o processo econômico e modificar assim, sua regras? De acordo com North (1990), o comportamento dos agentes econômicos é fundamentalmente determinado pelo arcabouço institucional. São as instituições, com suas regras e normas que moldam a atitude das diversas organizações presentes na economia, de forma a promover ou dificultar as atividades produtivas em prol do crescimento econômico. Estas normas fornecem as "regras do jogo" econômico, definindo e limitando as escolhas dos agentes no decorrer do processo.

Por arcabouço institucional North entende o conjunto de normas legais e informais, regras e mecanismos de coação que promovem a coordenação entre os agentes econômicos, sustentando uma determinada forma de conduta econômica.

Talvez este "ambiente institucional" de North possa ser visto sob o prisma das "limitações externas" (Fonseca, 1991 p.68,78) com quais o indivíduo se defronta ao agir de acordo com suas crenças no ambiente econômico. Estes constrangimentos externos são consequência das características inerentes a uma sociedade, na qual o processo econômico se assenta num alto grau de divisão do trabalho, exigindo assim, mecanismos de coerção dos agentes de modo a garantir algum tipo de coordenação do sistema. (op.cit. pp.70,74-79) O indivíduo é coagido

a se comportar de acordo com a lógica do processo econômico, seja este guiado pela competição do mercado ou através de uma planificação estatal centralizada - em ambos os casos são mecanismos que forçam a adequação do agente econômico individual à sintonia do processo produtivo socializado. (ibid.)

No entanto, apesar de considerar a parcela majoritária do comportamento econômico imune a influência das idéias, Fonseca (1991) reserva certa possibilidade de escolha por parte dos agentes diante das restrições externas impostas pelo sistema econômico:

“There is some scope for choice as regards the co-ordination system adopted and whether to economise or not on the use of conduct-enforcing mechanisms. Changes in the rules of the economic game may be thought worth having, so as to try to rule out the occurrence of certain undesirable outcomes.” (op.cit. p.81)

North(1981, 1990) é menos restritivo em relação ao papel das idéias, ressaltando a importância de se considerar a influência das idéias na revisão e formação de crenças hegemônicas na sociedade de modo a alterar os limites institucionais em que opera a economia:

“(...) improved understanding of institutional change requires greater understanding than we now possess of just what makes ideas and ideologies catch hold. Therefore, we are still at something of a loss to define, in very precise terms, between changes in relative prices, the ideas and ideologies that form people's perceptions, and the roles that the two play in inducing changes in institutions.” (North, 1990 p.86)

Em Denzau e North (1994), a influência atribuída às idéias na formação institucional é reforçada procurando compreender a formação de crenças compartilhadas entre os indivíduos, chamados pelos autores de “modelos mentais compartilhados” definidos como:

“The mental models are the internal representations that individual cognitive systems create to interpret the environment; the institutions are the external (to the mind) mechanism individuals create to structure and order the environment.” (op.cit. p.4)

A importância atribuída a esfera das idéias, torna-se clara na própria definição de ideologia, utilizada no artigo:

“(...) ideologies are the shared framework of mental models that groups of individuals possess that provide both an interpretation of the environment and a prescription as to how the environment should be structured.” (ibid)

3. A retórica importa?

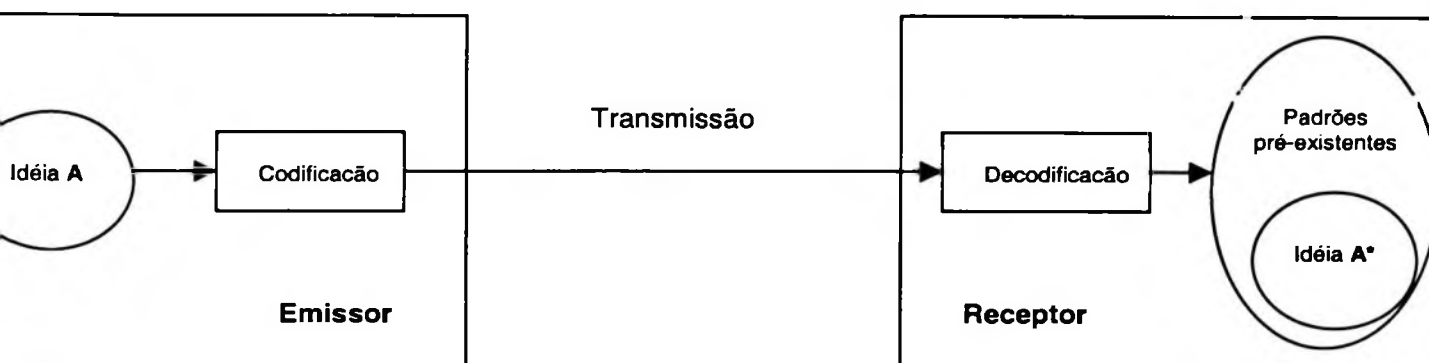
Se as idéias realmente importam, a compreensão de como as pessoas compartilham crenças em comum (ou "modelos mentais") passa necessariamente pela questão de como ocorre a comunicação entre os diversos modelos mentais de modo a formar uma crença compartilhada que vai guiar as escolhas e moldar o arcabouço institucional da sociedade. (op.cit. p.1- 5) Esta idéia pode ser resumida na seguinte passagem:

“Mental models are shared by communication, and communication allows the creation of ideologies and institutions in a co-evolutionary process. The creation of ideologies and institutions is important for

economic performance, as there exist gains from trade and production that require coordination." (op.cit. p.20)

Uma forma de enxergar o processo de comunicação pode ser exemplificado no diagrama apresentado por Denzau e North (1994):

Diagrama – comunicação entre dois agentes



Este modelo tenta representar o problema gerado pela decodificação da mensagem diante de padrões preexistentes na mente do receptor. Ou seja, mesmo que não haja nenhum problema de perda e/ou distorção com o canal de comunicação envolvido, (gerado por qualquer linguagem) haverá uma perturbação na forma final da mensagem absorvida pelo receptor, de acordo com suas crenças pré-existentes. Assim, a ideia A não será absorvida de modo integral; devido aos padrões cognitivos inerentes ao receptor, a resultante final será A*.

Esta barreira na compreensão integral da mensagem enviada, cria um sério problema no processo de formação de crenças e compartilhamento de modelos mentais pelos indivíduos. Esta espécie de filtro cognitivo formado pelas crenças preexistentes não é racional na medida em que não está sob o controle do indivíduo, trata-se de um processo de distorção da mensagem original que é autônomo ao receptor. Trata-se de um *mal entendido* no sentido de não haver má

fé nesta incompreensão da idéia transmitida; o indivíduo não tem consciência de seu mal entendimento, estando este processo de entropia informacional fora de seu controle². A existência de fortes crenças internas, inerentes ao indivíduo e em larga medida fora de seu controle racional, é apresentada por Fonseca (1991), ao lado das limitações externas citadas acima, como sendo a restrição interna para que a força das idéias possa ser considerada pouco relevante na ação humana. A própria existência da ação pressupõe o triunfo da convicção e portanto, o fim da tentativa cética de colocar em dúvida as mais íntimas crenças de modo a não permanecer nestas certezas não racionais. (op.cit., p.86) O conjunto sub-racional de crenças e valores - as *paixões*, no sentido antigo - formam assim um processo mental largamente independente da vontade consciente do indivíduo, tornando o processo de formação de crenças e a própria noção da importância das idéias na ação social, passivamente subordinada às insondáveis paixões individuais. (op.cit., cap. 6)

Do que foi dito acima, conclui-se que a própria idéia gerada pelo emissor está sob influência de suas paixões que, por definição, estão em grande medida fora de seu controle consciente. A formação e auto-percepção de seus interesses, incluindo os que possivelmente guiam a tentativa de passar a idéia para o receptor, são primariamente baseados em sentimentos e emoções majoritariamente fora de seu controle racional. Neste sentido, é possível imaginar que o emissor não desistirá da tentativa de convencimento, buscando uma forma de reduzir, na medida do possível, a barreira das crenças pré existentes na mente do receptor de sua preleção.

Qual seria a melhor forma de reduzir o impacto perturbador do arcabouço primário de crenças no processo de percepção do receptor ?

² A idéia de mal entendimento, pode ser vista em Fonseca (1990)

A resposta a esta questão é fornecida pela retórica¹: é preciso levar em conta o terreno cognitivo do receptor. Diante disto, o processo de comunicação torna-se qualitativamente distinto do simples ato de transmitir a idéia - é preciso adaptá-la às crenças do receptor - trata-se de ter em mente a intenção de convencer. Ao tentar tornar a mensagem original mais palatável diante das paixões do receptor, o processo de comunicação da idéia torna-se estratégico. Neste caso, a idéia a ser transmitida não é simplesmente codificada pelo emissor, de modo a permitir seu trânsito no canal de comunicação fornecido pela linguagem - seu conteúdo é adaptado de acordo com os sentimentos do receptor, criando assim uma espécie de Cavalos de Tróia capaz de penetrar na fortaleza das paixões da audiência.

Na medida em que há uma estratégia de persuasão tentando levar em conta os sentimentos da audiência, o processo de comunicação incorpora um instrumento de retórica. (Bianchi:1999, p. 1-3) Adam Smith, com a autoridade de ter lecionado retórica, ressaltava a importância de levar em conta os valores e sentimentos da platéia no processo de persuasão, principalmente em relação a controvérsias envolvendo negócios públicos nos quais a capacidade de comprovar os argumentos é limitada. (op. cit., p.95) É possível afirmar que mesmo em casos nos quais há ampla capacidade de apresentar fatos e provas experimentais, no decorrer da argumentação, a necessidade de identificar e considerar a audiência não deve ser descartada:

“The authors of scientific reports and similar papers often think that if they merely report certain experiments, mention certain facts, or enunciate a certain number of truths, this is enough of itself to automatically arouse the interest of their hearers and readers. This attitude rests on the illusion, widespread in certain rationalistic and scientific circles, that facts speak for themselves and make such an indelible imprint on any human mind that the latter is forced to give its adherence regardless of its inclination.” (Perelman 1969, p.17)

¹ O sentido de retórica neste texto está mais próximo da interpretação de Deidre McCloskey, para o qual a retórica está centrada na intenção de convencer o interlocutor.

Assim, no processo de argumentação o emissor deve ter em mente a constante necessidade de se adaptar ao receptor que forma sua audiência: do mesmo modo que num banquete os pratos são feitos para os convidados e não de acordo com as preferências dos cozinheiros o processo de convencimento deve servir sua argumentação temperada ao paladar da platéia. (op.cit. p.21-25) Neste processo, a identificação da platéia, o estudo de seus gostos e preferências é o primeiro passo na direção da persuasão. O emissor deve tentar compreender as paixões íntimas do receptor da mensagem, ou no caso de um conjunto deles, inferir padrões cognitivos comuns aos indivíduos que formam a platéia, de modo a adequar sua preleção. A própria classificação dos diversos discursos (deliberativo, forense e epidictico)² criada pela antiga retórica, ressalta a importância da adaptação do orador aos padrões semelhantes que formam as diversas crenças íntimas da platéia: (ibid.)

“There is only one rule on this matter: adaptation of the speech to the audience, whatever its nature. Arguments that in substance and form are appropriate to certain circumstances may appear ridiculous in others.” (ibid)

Esta adequação do emissor às crenças do receptor deve estar presente na própria seleção dos dados a serem apresentados que terão o papel de suportar a argumentação diante da platéia. Para cada interlocutor haverá um tipo de dado, ou forma de apresentação, que permitirá sensibilizar sua audiência em sintonia com seu arcabouço de referências. (op.cit., p.115-116) Como foi dito acima, os fatos não "falam por si mesmos", cabe ao orador selecioná-los de modo a fazer com que no decorrer da comunicação eles "façam", transmitindo assim, a idéia almejada. O limite desta adaptação dos dados às preferências da audiência é, ao meu ver, dado em primeiro lugar pelas regras do *Sprachethik* e em segundo

² Os discursos referem-se respectivamente às platéias empenhadas em deliberar, julgar e a audiência que não possui a necessidade de chegar a uma conclusão específica a respeito do tema em questão. (ibid)

lugar (explicitado adiante) pelo risco de ser instrumentalizado pelas crenças da platéia.

A construção de uma proposição teórica têm implícita dentro de si a pré seleção de um conjunto de fatos como matéria prima de uma “estória” satisfatória que descreva um determinado conjunto de eventos. Esta “seleção” dos fatos traz implícito a necessidade de ignorar a infinidade de dados gerados pela natureza de modo a viabilizar o explicação de parcela da realidade.

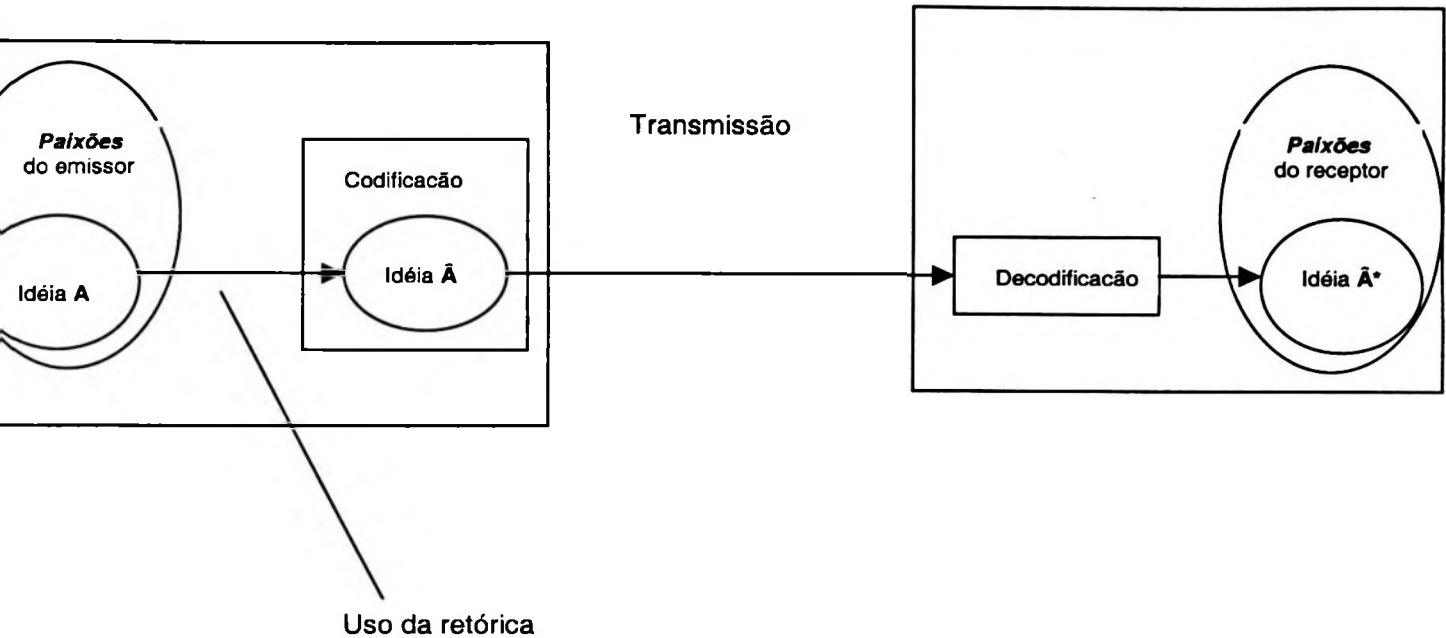
“ The aim of the novelist is to persuade us that his story might almost true, while that of the scientist is to persuade us that outwardly chaotic sense of data fall into meaningfull patterns. (...) Although the scientist does not invent his facts, he does choose them. More precisely, he selects from an infinity of possible facts collections in wich (for reasons best know to him) he is able to “recognize” interesting patterns.”
(Clower, p.87)

O próprio foco de cada ramo do conhecimento humano pode ser visto como uma pré seleção dos fatos e eventos que o escopo de pesquisa de cada ramo do conhecimento científico permite explicar.

Tendo em vista os argumentos apresentados acima, pode se tentar modificar (aperfeiçoar?) o diagrama acima exposto de forma a incorporar a retórica no processo de comunicação:

(vide a próxima página)

Diagrama – comunicação entre dois agentes com uso da retórica



Neste diagrama modificado, procura-se levar em consideração a existência de crenças preestabelecidas, também na mente do emissor, em cujo contexto está a idéia a ser transmitida. A modificação mais importante está em considerar o uso do instrumento retórico por parte do emissor, de modo adaptar a transmissão da idéia A às paixões do receptor. Nesta adaptação o emissor transforma a idéia original em Â como estratégia de penetrar com menores resistências na mente do receptor.

É importante considerar que o processo de identificação e adaptação do discurso às crenças íntimas do receptor não é ideal, ou seja, mesmo a idéia modificada (Â) não possui o poder de ser integralmente absorvida pelo receptor, que ao final incorporará a idéia Â*. No entanto, o que importa nesta manobra retórica é reduzir ao máximo a discrepância na transmissão da mensagem

existente no diagrama original; na medida em que \hat{A}^* esta mais próxima da idéia original do que A^* o recurso retórico cumpriu seu papel de persuasão.

Apesar do aparente sucesso que o uso da retórica pode proporcionar na tarefa de reduzir as limitações internas do papel das idéias na formação de crenças, é possível questionar em que grau o emissor realmente lidera o processo de convencimento. Ao adaptar-se às crenças primárias do receptor, no intuito de liderar o processo de persuasão, o emissor corre o risco de se transformar em liderado, pois na medida em que conforma seu discurso à audiência, pode tornar-se de fato, instrumento das paixões da platéia. Ao abordar o papel de pregador de idéias do economista, Stigler (1986) levanta esta questão:

“The main lesson I draw from our experience as preachers is that we are well received in the measure that we preach what the society wishes to hear. Perhaps all preachers achieve popularity by this route. The degree of popularity of a preacher does not necessarily measure his influence as a preacher, let alone as a scholar. In fact one could perhaps argue that the unpopular sermons are the more influential - certainly if the opposite is true, and preachers simply confirm their listeners' beliefs, pulpits should be at the rear congregations, to make clearer who is leading. (op. cit., p.13)

(...)

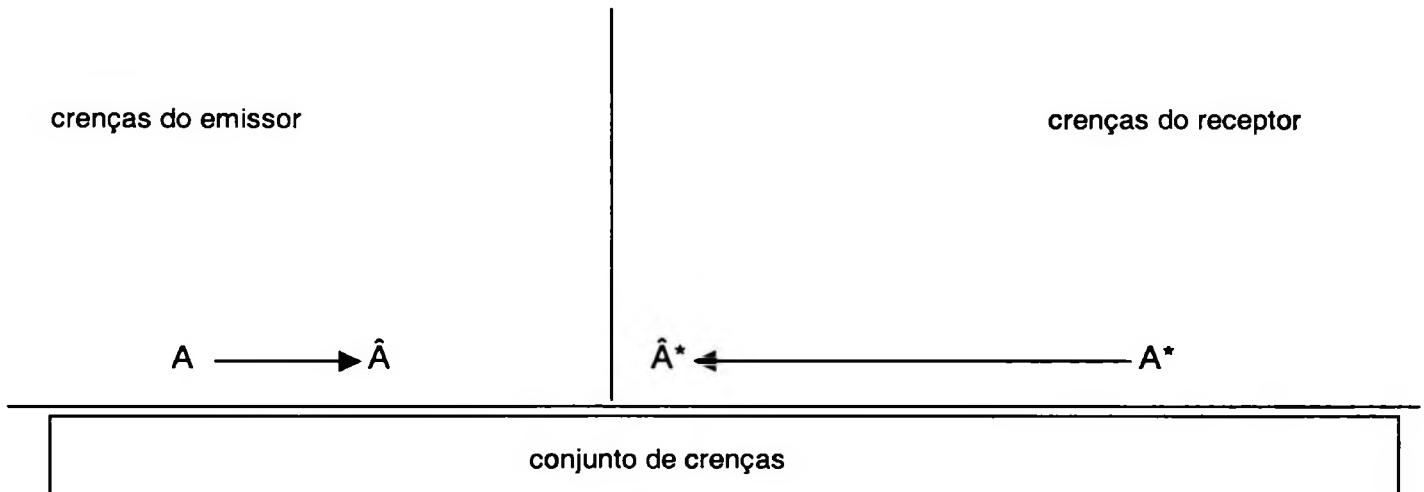
In this world leaders play only a modest role, acting much more as agents than as instructors or guides of the classes they appear to lead. “

(op.cit., p.(...))

No entanto, esta possibilidade de desvirtuamento da tentativa de liderar a formação de crenças não invalida o uso da retórica. A genuína capacidade de formar crenças, está em ceder às convicções da platéia, na medida em que isto facilita o processo de convencimento do interlocutor, sem contudo se deixar instrumentalizar por elas. Trata-se de um processo de troca, no qual a estratégia

do emissor consiste em persuadir o receptor de modo que este ceda uma amplitude maior de suas crenças íntimas em comparação à adaptação do emissor às crenças da platéia. Esta habilidade caracteriza o bom uso da retórica.

Seguindo a idéia do último diagrama pode-se representar de forma mais clara o ganho potencial que o uso da retórica pode fornecer na tentativa de reduzir o efeito perturbador das idéias pré estabelecidas na mente do receptor³:



- o intervalo $A - \hat{A}$ representa o grau de sujeição do emissor às crenças do receptor na estratégia de adaptar sua mensagem a platéia;
- o intervalo $A^* - \hat{A}^*$ mostra o ganho obtido pelo emissor ao adaptar-se às crenças do receptor adotando o envio da mensagem \hat{A} ;
- o ganho "líquido" da estratégia retórica de se adaptar à audiência esta na "diferença" entre $A - \hat{A}$ e $\hat{A}^* - A^*$; este ganho líquido pode ser "positivo" (o emissor cedeu menos, em suas crenças, do que o receptor) ou "negativo" (o emissor cedeu mais do que o receptor);
- ao ter ganho líquido negativo, a tentativa de liderança na formação da crença degenera para a posição de liderado, confirmando assim as palavras de Stigler (1986);

³ Relembrando a notação: A é a idéia original a ser transmitida; A^* é a idéia A absorvida pelo receptor (com distorções); \hat{A} é a idéia A adaptada às crenças do receptor; \hat{A}^* é a idéia \hat{A} absorvida pelo receptor (com menores distorções)

- ao ter ganho líquido positivo (como mostra o diagrama) o uso da retórica foi bem sucedido, colocando o emissor na liderança do processo de persuasão.

Do que foi exposto acima, e diante dos objetivos deste trabalho, chamaremos a idéia original cuja transmissão é pretendida, como sendo a *idéia-núcleo* do processo de comunicação. Esta *idéia-núcleo* será definida pela total ausência de adaptação às crenças do receptor – é a idéia original, desnuda de qualquer retórica.

4. *Alguns instrumentos de argumentação*

Os principais instrumentos de análise retórica deste trabalho serão fornecidos pelo “Tratado da Argumentação” de Chain Perelman e Olbrechts-Tyteca. A obra de Perelman é extensa de modo que nas páginas que seguem serão resumidas algumas das principais técnicas de argumentação expostas no Tratado e que estão presentes na análise retórica da Controvérsia do Planejamento. As técnicas abaixo relacionadas são divididas em três grandes grupos de argumentos: os quasi-lógicos; os baseados na estrutura da realidade e aqueles que fundamentam a estrutura do real.

Argumentos quasi-lógicos

Os chamados argumentos Quasi-Lógicos têm como apelo retórico a semelhança com o raciocínio presente nas demonstrações formais da explanação matemática. Os argumentos deste tipo exigem a explicitação do arcabouço formal ao qual a argumentação irá recorrer para poder decompor os fatos de modo a adequá-los ao modelo que se pretende seguir. Esta forma de argumentação lança mão do prestígio e, portanto do poder persuasivo que o raciocínio formal possui sobre o

interlocutor. No entanto, trata-se de uma mimetização de um raciocínio lógico formal, de modo fornecer à argumentação a aparência (e o apelo) de uma demonstração formal.

(a) Contradição e Incompatibilidade

A idéia de um argumento que aponte a contradição na argumentação do oponente é bastante rara e, de acordo com o próprio Perelman, excepcional. Raramente é possível apontar um contradição em uma argumentação não formalizada baseada na linguagem comum, que tenha vínculos com um sistema formal a partir do qual possa ser identificada uma contradição. Como será visto a seguir, no capítulo III, a chance de lançar mão do argumento por contradição apareceu na Controvérsia em questão.

O argumento mais comum é aquele que aponta a incompatibilidade de duas proposições presentes no raciocínio do interlocutor oponente. Consiste em apontar uma situação na qual duas proposição são mutuamente excludentes exigindo a opção por apenas uma delas.

(b) Argumento através do ridículo.

Este tipo de argumento guarda relação com o argumento de incompatibilidade. Trata-se da técnica cuja forma característica está em aceitar provisoriamente a proposição adversária, derivar a partir desta, consequências incompatíveis com algum princípio e/ou proposição geralmente aceito. Não se trata de deduzir consequências incompatíveis entre si, mas derrubar a proposição adversária derivando consequências óbvia e universalmente inaceitáveis. Este tipo de argumento guarda forte relação com a demonstração por absurdo presente na geometria. Trata-se, na realidade, de seu análogo na argumentação.

Um elemento derivado desta aceitação temporária da idéia que sequer combater é o uso da *ironia*. No entanto, neste caso as reais posições de quem está argumentando devem estar perfeitamente explícitas para a platéia.

(c) Argumento de reciprocidade

O argumento de reciprocidade possui como apelo persuasivo a reivindicação de que há uma simetria entre duas situações presentes nas proposições adversárias, de modo que é possível apontar a validade da relação inversa. Esta simetria pode ser também aplicada à situações hipotéticas. No caso do argumento de reciprocidade também está presente o óbvio parentesco com o raciocínio formal.

Argumentos baseados na estrutura da realidade

Enquanto os argumentos Quasi-Lógicos apelam para a semelhança com as proposições formais, os argumentos baseados na estrutura da realidade estabelecem uma ligação, um elo de solidariedade entre proposições largamente aceitas e as proposições que se quer defender.

(a) Argumentação por ligação causal

A argumentação por ligação causal possui três tipos básicos:

- (a) argumentação que tende a ligar dois eventos sucessivos através de uma relação causal;
- (b) argumentação que tende a revelar a causa que determinou um determinado evento;
- (c) argumentação direcionada no sentido de mostrar os efeitos resultantes de um determinado evento.

(b) O argumento pragmático

O argumento pragmático consiste na avaliação de uma determinada ação e/ou evento de acordo com as consequências favoráveis ou desfavoráveis. Trata-se de julgar a validade de uma determinada proposição de acordo com os efeitos resultantes. Neste caso as consequências derivadas da proposição defendida podem ser baseadas tanto em inter-relações largamente aceitas; puramente hipotéticas ou conhecidas apenas a uma pessoa.

(c) O argumento de direção.

Este é um argumento auxiliar da argumentação por ligação causal. Trata-se em subdividir a persuasão apoiada na ligação causal de modo a tornar mais palatável as sequências de inter-relações que vão formar o argumento por ligação causal. Trata-se de subdividir o argumento de ligação causal de modo a minimizar a possível oposição da platéia em relação ao argumento apresentado como um todo.

(d) Argumento de Autoridade

Este tipo de argumento tem como característica básica o uso de opiniões de uma determinada personalidade e/ou grupo de pessoas como instrumento de prova de uma determinada proposição a ser defendida. A autoridade invocada pode possuir variadas formas: pode ser a “opinião geral” a “opinião unânime” ou certas categorias como “os cientistas”, “os filósofos”, “os físicos”, e etc. O mais comum é a autoridade invocada ser designada pelo nome.

Argumentos que fundamentam a estrutura do real

Este tipo de argumento, tais como os argumentos baseados na estrutura da realidade, também são empíricos no entanto completam a estrutura da realidade apresentando relações ainda não vistas.

(a) Argumento através do exemplo

O uso do exemplo é caracterizado quando o mesmo torna possível uma generalização com o objetivo de estabelecer uma determinada regra. De modo similar pode ser usado o exemplo em contrário no caso de invalidar uma determinada generalização, explicitando em que direção a generalização é possível.

(b) Argumento através de ilustrações.

Ao contrário do exemplo, o argumento através da ilustração não pretende estabelecer regras e sim servir de suporte a uma regra já aceita. Trata-se de um expediente no sentido de fortalecer a proposição já aceita, cumprindo assim uma função auxiliar. Pode ser utilizado como forma de explicitar uma regra abstrata de modo a potencializar o impacto de uma regra já reconhecida no processo de argumentação.

(c) A analogia.

A estrutura geral de uma analogia é formada da seguinte forma: “A está para B” tal como “C está para D”. A analogia de modo geral é subdividida em duas partes: o *theme* e o *phoros*. O *phoros* é dado pela relação “C está para D” e o *theme* é formado pela relação “A está para B”. O *theme* representa a relação que se quer

explicitar de modo que o *phoros* tem de representar a relação normalmente conhecida de forma a desempenhar o papel de alavanca no entendimento da relação dada pelo *theme*. Outra característica fundamental da analogia é a imprescindível distinção entre o *theme* e o *phoros* – ambas as relações devem pertencer a esferas distintas sob pena de degenerar para uma mera ilustração.

(d) A metáfora.

A metáfora pode ser descrita como o colapso de uma analogia: a relação “A está para B” tal como “C está para D” é contraída de modo a formar a relação “C de B”. Ocorre a fusão entre os dois componentes da analogia – o *theme* e o *phoros*.

5. O empreendedor das idéias

Ao considerar a possibilidade das idéias influenciarem a realidade e reputar à retórica um papel relevante neste processo, pode-se discutir o papel da figura do emissor representada no raciocínio acima. Ao tentar enxergar o mundo real sob a ótica das idéias apresentadas, é útil utilizar a figura do empreendedor intelectual como um equivalente ao conceito de emissor.

Esta idéia de um agente intelectual de algum modo responsável pela influência do mundo das idéias na formação das crenças e ações dos indivíduos pode ser encontrada em North: (1981)

“Ideologies can develop without the guidance of intellectuals, but they do so only exceptionally. I do not propose to analyse the reward system

that produces what I call the intellectual entrepreneurs of ideology; however entrepreneurs spring up whenever there develop contrasting views of the world around us as a result of differential experiences.” (op. cit., p.51)

Já em (1990) North, ressalta o papel da figura do empreendedor:

“The agent of change is the entrepreneur - political or economic. So far I have left organizations and their entrepreneurs out of the analysis and the definition of institutions has focused on the rules of the game rather the players. As noted at the beginning of this chapter this separations of the institutions from organizations was deliberate. Left out was the purposive activity of human beings to achieve objectives witch in turn result in altering constraints.” (op.cit.)

Uma proposta mais ousada é apresentada por Krugman (1994), onde a figura do intelectual como agente da esfera das idéias é classificada em dois tipos: o “acadêmico” e o “empreendedor”. O tipo “acadêmico” é aquele comprometido com os valores e o rigor da pesquisa acadêmica - o que em geral inviabiliza a formulação de respostas bem definidas de política econômica, tão necessárias na disputa político-eleitoral. (op.cit., p.7-13) Krugman atribui esta falha à lógica de evolução da carreira acadêmica, que não está necessariamente ligada a problemas da vida real, bem como à própria deficiência da economia como ciência. (ibid.)

O tipo “empreendedor” não possui as amarras intelectuais do economista acadêmico: suas publicações são em geral voltadas para o grande publico, apresentando com maior facilidade “soluções” para os problemas do momento político-eleitoral. No entanto, os limites da utilidade dos economistas “empreendedores” são claramente compreendidos pelo meio político, que apoia-se neles como um instrumento político eleitoral. (ibid.)

Esta diferenciação, criada por Krugman ao descrever a influência das idéias econômicas na história contemporânea dos EUA, talvez possa ser interpretada a luz do que foi exposto acima, dividindo-se os profissionais da economia em duas vertentes, independentemente da esfera de atuação – intra ou extra acadêmica. Os economistas que fazem o "bom" uso da retórica, no sentido de não se deixarem instrumentalizar pela platéia, apresentando no caso da atuação pública as limitações como instrumento político-eleitoral apontadas pelo autor. A outra vertente seria representada pelo economista que se curva perante a audiência a ponto de tornar-se instrumento desta. Neste caso seu "ganho líquido" de persuasão é "negativo", pois no afã de agradar as crenças da platéia torna-se, nas palavras de Stigler, "muito mais um agente do que um instrutor ou guia das classes que aparentemente lidera".

6. Uma possível aplicação

Um possível caminho para estudar o uso da retórica como um instrumento de formação de crenças e mudança institucional é tentar analisar de modo aplicado uma determinada controvérsia econômica: a relevância dos instrumentos retóricos envolvidos e sua possível contribuição no processo de formação de crenças e mudança do ambiente institucional.

A história econômica brasileira oferece um raro exemplo de controvérsia econômica que parece se adequar perfeitamente a um estudo deste tipo. Trata-se da controvérsia em torno da questão do planejamento econômico na economia brasileira travada entre dois grandes nomes da história econômica nacional: Roberto Simonsen e Eugênio Gudín. Há várias características nesta polêmica que

favorecem os passos (apresentados na introdução) no sentido de demonstrar a idéia proposta.

Em primeiro lugar, a própria conformação da controvérsia - apresentada em forma de réplicas e tréplicas claramente endereçadas ao oponente - auxiliando na identificação dos recursos retóricos presentes na argumentação.

Um segundo aspecto estimulante reside na característica dos atores desta controvérsia: figuras expoentes da sociedade brasileira cuja controvérsia vai muito além das fronteiras acadêmicas, desenvolvendo-se no palco da esfera pública brasileira. O início da controvérsia encontrou Simonsen na qualidade de relator do Conselho de Política Industrial e Comercial, subordinado ao Ministério do Trabalho; e Gudin na qualidade de relator da então recém criada Comissão de Planejamento, encarregado nesta função, do parecer ao documento elaborado por Simonsen. (Doellinger 1977, pp. 1-19)

A terceira característica favorável, está na importância dos interlocutores envolvidos na formação de um pensamento econômico nacional, no qual a referida controvérsia desempenhou papel relevante. Roberto Simonsen, além de ser o maior líder industrial brasileiro da época, teve papel fundamental nas correntes desenvolvimentistas do pensamento econômico do período 1945-64, destacando-se como pioneiro deste movimento e deixando uma importante herança ideológica. (Bielschovsky 1988, pp.81-89) Já a relevância de Eugênio Gudin, excedeu a esfera pública, estendendo-se à própria formação do ambiente acadêmico do país:

“Eugênio Gudin foi o mais importante economista conservador brasileiro do período que estudamos (1945-64). Engenheiro por formação converteu-se em economista já em idade madura, através de esforço autodidático. Foi responsável pelo primeiro trabalho sério de ensino e legitimação da teoria econômica no Brasil, podendo ser considerado o patrono dos economistas brasileiros. Foi também o líder teórico da corrente de pensamento neoliberal do país.” (op.cit., p.40)

O quarto e último aspecto a ser ressaltado reside no mérito da questão envolvida: o papel que o Estado deve desempenhar no processo de desenvolvimento econômico, conferindo à polêmica uma atualidade surpreendente.

Alice: I think you ought to tell me who you are first.
Caterpillar: Why?⁴

Capítulo II

As Razões da Controvérsia

Ao tentar definir as condições mínimas indispensáveis que possibilitam o processo de argumentação corre-se o risco de omitir um fator fundamental, que pode passar despercebido numa análise mais apressada. Trata-se de um componente difícil de ser identificado com clareza mas sem o qual a retórica seria um instrumento supérfluo e inútil, tal qual uma cela sem o cavaleiro. Além dos componentes absolutamente óbvios que tornam possível o uso da Retórica: a linguagem em comum e o canal técnico permitindo a comunicação, é preciso que haja uma razão para que a comunicação efetivamente ocorra. A comunicação é um ato consciente, e como tal necessita não apenas dos instrumentos indispensáveis para sua realização, mas sobretudo a consciência de que tal comunicação é necessária – o cavaleiro tem que querer montar sobre a cela. Em seu *Treatise on Argumentation*, Perelman analisa com mais clareza esta questão:

“The indispensable minimum for argumentation appears to be the existence of a common language, of a technique allowing communication to take place.

But the minimum is not enough. No one shows this better than the author of *Alice in Wonderland*. The beings inhabiting that country

⁴ Carroll, *Alice's Adventures in Wonderland*, p.65

understand Alice's language, more or less, but her problem is to make contact and open discussion, as in Wonderland there is no reason why discussion should begin. The inhabitants know no reason for speaking to one another. On some occasions Alice takes the initiative, as where she plainly addresses the mouse with the vocative, *O, Mouse*. And she considers it a success to have managed the exchange of a few rather pointless remarks with the Duchess. However, in her earlier attempt at conversation with the caterpillar, a deadlock is reached immediately: *I think you ought to tell me who you are, first, she says. Why? Says the caterpillar.*" (grifo nosso) (*op.cit.* p.15)

Assim, uma análise retórica da controvérsia que este trabalho tentará realizar, deve ter como ponto de partida a identificação das razões que proporcionaram, em meados dos anos quarenta ao término do Estado Novo, o acirrado debate a respeito do papel que o planejamento estatal deveria desempenhar no desenvolvimento econômico brasileiro.

* * *

1. A economia

Os primórdios da gestação da crescente intervenção institucionalizada do Estado brasileiro na economia, tanto do ponto de vista regulatório como empresarial, em conjunto com a progressiva centralização do aparato burocrático estatal e a consolidação de uma concepção de nacionalismo econômico durante o período de 1930 – 1945 podem ser encontradas ainda durante o período da Primeira República. (Lamounier, p.41) As preocupações das elites quanto às

vulnerabilidades de um Estado assentado sobre uma economia primário exportadora já estavam presentes bem antes dos desdobramentos pós 1930. No entanto, não há dúvida que o catalisador fundamental destas preocupações na direção da ação efetiva foi a crise de 1929. (*op. cit.*)

Em apenas um ano e meio, no período compreendido entre agosto de 1929 e dezembro de 1930, a produção industrial norte-americana acumulou retração de 33%⁵. O declínio da atividade econômica, que se iniciou em meados de 1929, acelerou sua queda em outubro do mesmo ano impulsionado pelo dramático colapso do mercado de renda variável em *Wall Street*, dando início ao longo período recessivo da economia capitalista mundial que se convencionou chamar de a Grande Depressão. (Romer, p.598) A primeira onda de choque a atingir economia brasileira, no contexto latino americano, foi a brusca alteração nos termos de troca, diante de uma queda mais acelerada nos preços da pauta exportada em relação ao custo das importações. (Alejandro, p.354) Assim, em apenas uma década, no período compreendido de 1929 a 1939 as relações de troca nas transações comerciais brasileiras com o exterior sofrem uma profunda deterioração acumulando queda de 65% (Silber, p.201) Ao mesmo tempo a reação da política comercial das economias mais desenvolvidas, principalmente EUA e Grã Bretanha, foi a de recrudescimento de posições protecionistas cujo contorno já se delineava ao final da década de vinte:

“Na Grã Bretanha preferências imperiais eram defendidas por grupos influentes; nos Estados Unidos, a eleição presidencial de 1928 foi acompanhada de um surto protecionista. Essas tendências culminaram com a aprovação da tarifa Smoot-Hawley em 1930, o British Abnormal Importations Act de 1931 e as preferências da Ottawa Commonwealth em 1932.” (Alejandro, p.356)

⁵ Sazonalmente ajustada (2, p.598)

Juntamente como o liberalismo comercial, a crise inviabilizou a continuidade do sistema padrão ouro, bem como encerrou a fase de supremacia britânica no cenário econômico mundial. Ao final da década de trinta o comércio internacional tinha se reduzido a aproximadamente dois terços em relação à véspera da Grande Depressão. (Doellinger, p.5) Esta repentina redução dos fluxos do comércio internacional teve seus reflexos na economia brasileira e, na medida em que a economia doméstica se recuperava do abalo da Grande Depressão, tornava-se claro que o padrão de desenvolvimento seria ditado pela dinâmica do consumo doméstico.

“A severidade do impacto da “grande depressão” sobre a economia mundial resultou em importante diminuição da importância relativa dos fluxos comerciais e financeiros especialmente em países, como o Brasil, que se recuperaram rapidamente dos efeitos mais graves da depressão sobre a atividade econômica. Não há dúvida que tais países se “voltaram para dentro”, com o crescimento dependendo crucialmente da capacidade de acomodar o deslocamento de demanda associado à brusca mudança de preços relativos encarecendo as importações” (Abreu, p73)

Os efeitos da crise econômica mundial sobre a economia brasileira aprofundaram os desdobramentos de um processo que já vinha ocorrendo desde o final da década de vinte: a superprodução do setor agro exportador de café. A decorrente crise de financiamento do balanço de pagamentos levou à forte depreciação do câmbio real o que em conjunto com medidas restritivas às importações elevou o preço relativo da pauta importada. A mudança nos preços relativos teve importância para a manutenção das receitas de exportação numa desfavorável conjuntura no mercado internacional além de evidentemente coibir a demanda interna por produtos importados. (Suzigan, p.87-89)

“O custo real das importações aumentou 70.7% em 1931 relativamente a 1928-1929, enquanto em 1935 – 1939 estava 80% acima dos níveis de 1925-1929.” (*op.cit.*)

Assim, a esta contínua desvalorização do cruzeiro no decorrer da década de trinta⁶ somou-se uma política monetária expansionista derivada num primeiro momento da política de defesa do café, da assistência financeira ao setor agrícola e, por fim, ao próprio financiamento das contas públicas cujas receitas, atreladas à economia cafeeira, minguaram no decorrer da crise. No decorrer da década de trinta a geração de déficits orçamentários passou a refletir uma política deliberada de expansão monetária gerada por despesas planejadas. (Fishlow, p.28)

Desta forma a conjugação da depreciação cambial, na medida em que auxiliava na manutenção da renda do setor cafeeiro, em conjunto com uma política monetária e fiscal expansionista gerou as condições para a manutenção do nível de renda numa conjuntura de declínio da capacidade de importação da economia. Este quadro pavimentou as condições de investimentos voltados para o mercado interno ampliando sua importância na dinâmica da economia nacional. (IPEA, p.239). As políticas de proteção ao setor cafeeiro ao longo da década de trinta, aliadas à conjuntura adversa dos mercados internacionais abriu o caminho para a aceleração do desenvolvimento industrial na medida em gerou um importante efeito colateral: a ampliação da demanda doméstica por produtos industrializados. (Silber, p.202) O conjunto destas políticas permitiu à economia iniciar a recuperação do produto real já a partir de 1932 com a produção industrial registrando forte ritmo de crescimento ao longo da década. (Suzigan, p.88)

“Durante esse período torna-se importante o crescimento industrial: entre 1929 a 1939, a industria cresce 125% (aproximadamente 11% ao ano entre 1933/1939), enquanto que a agricultura, como um todo, cresce somente 20%.” (Silber, p.188)

Num primeiro momento a expansão da atividade industrial não esteve baseada em novos investimentos estando calcada sobre a capacidade instalada pré existente. No entanto já a partir de 1933, apesar do encarecimento das importações, verifica-se uma ampliação dos investimentos, principalmente aqueles direcionados para a substituição de importações. A ampliação da capacidade instalada atingiu os setores de cimento, metal-mecânico, ferro e aço, papel e celulose, produtos de borracha, produtos químicos, farmacêuticos, perfumaria e de forma especial na indústria têxtil, estimulada pela expansão do cultivo de algodão no estado de São Paulo. (Suzigan, p.89-91) Indústrias já tradicionais como a de moagem de trigo, frigoríficos, cervejarias também ampliaram seus investimentos durante a década de trinta. (*op.cit.*)

O padrão de comportamento do setor têxtil paulista durante a década de trinta pode ser visto como representativo da dinâmica do setor industrial do período da Grande Depressão:

“Este perfil temporal da crise – recuperação e crescimento do setor têxtil em São Paulo – corresponde aos pontos de referência cíclicos, determinados pela literatura relevante, sobre a performance do setor industrial do País durante a década de 30, principalmente o declínio acentuado verificado de 1928 a 1930 e a recuperação e crescimento que vão até os últimos anos daquela década. (...) Esse comportamento cíclico demonstra que a recuperação industrial naquele momento deu-se de maneira muito mais rápida no Brasil do que em economias mais desenvolvidas ou maduras, que precisaram de muito mais tempo na década de 30 para se recuperarem de suas respectivas crises.” (Barros, p.88)

A ampliação do setor têxtil é também representativa no que tange ao crescente peso relativo da indústria paulista no âmbito nacional. De 1920 a 1940 a participação da indústria têxtil paulista evoluiu de 37% da produção nacional para

⁶ A valorização do cruzeiro frente a libra esterlina em 1932 é resultado do abandono do padrão

61%. De maneira geral, a década de trinta reforça o processo de concentração industrial no estado de São Paulo reforçando a tendência verificada ao longo de todo o período entre guerras. (*op.cit.* p.84)

Ao final da década de trinta a indústria doméstica já produzia mais da metade da oferta de bens intermediários e, no caso dos bens de consumo não duráveis, esta participação chegava a mais de 90%. (Fishlow, p.33) O setor industrial passou a ser responsável por 17.4% do valor adicionado total da economia, empregando 9.5% da mão de obra economicamente ativa. (Silber, p.202) Ao mesmo tempo, no decorrer dos anos trinta, o estado de São Paulo consolidava o processo iniciado nos primórdios da década de vinte garantindo definitivamente sua posição como centro industrial do país. (Fishlow, *op.cit.*)

É evidente que, junto com o desenvolvimento industrial, o cenário dos diversos interesses da sociedade brasileira teve que ceder espaço para o ponto de vista da indústria. O rápido processo de industrialização criou as condições para o surgimento de representantes dos interesses do setor manufatureiro nacional, através de associações de classe e órgãos públicos. O interesse do setor industrial possuía representantes em organismos como o Conselho Federal de Comércio Exterior, a Comissão de Política Industrial e Comercial e a Comissão de Planejamento exercendo considerável influência nos rumos da política econômica executada pelo governo. (Doellinger, p.7) A ascensão dos interesses da indústria no cenário político nacional embora obviamente derivada do crescente peso relativo deste setor no cenário econômico do país guarda inseparável relação com outro aspecto dos anos trinta que marcou profundamente o contexto político da época: a Revolução de 1930 e a ditadura Vargas.

ouro por parte da Inglaterra. (Silber, p.200)

2. A política

A revolução de 1930 não trazia consigo uma clara definição de uma determinada política econômica. O movimento revolucionário foi um evento de uma ampla e heterogênea frente de forças políticas, interesses e ideologias que naquele momento uniram-se em torno de um antagonismo em comum: a República Velha. O espectro de forças lideradas por Vargas abarcava desde dissidentes da elite política do regime deposto, cuja adesão ao movimento tinha a frágil consistência das corriqueiras rivalidades da política estadual, até grupos razoavelmente organizados em torno de objetivos palpáveis, tais como os constitucionalistas e o grupo dos tenentes. (Skidmore, p.26-28) Outra vertente social identificada com a Revolução foram as classes médias, compostas na sua maioria por funcionários públicos, militares e profissionais liberais cuja adesão ao movimento tinha em grande medida a reivindicação da efetivação dos princípios políticos liberais da constituição de 1891 sistematicamente fraudados pela oligarquias. (Weffort, p.54)

“Alguns dentre os revolucionários almejavam pouco mais do que mudanças constitucionais no mais exato sentido jurídico. Outros estavam preparados para lutar por planos ambiciosos de modificações econômicas e sociais, abrangendo a reorganização nacional, em larga escala. O que os irmanava era uma vontade de experimentar novas formas políticas, numa tentativa desesperada de alijar o arcaico. O esforço resultou em sete anos de agitada improvisação, incluindo uma revolta regionalista em São Paulo, uma nova Constituição, um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista. Em 1937, um Brasil exausto terminou sua experimentação política e iniciou oito anos de regime autoritário sob o Estado Novo. (Skidmore)”

Assim, os sete primeiros anos do governo Vargas formaram uma espécie de período de “decantação” do espectro político que o apoiou em 1930. Apesar do grupo dos tenentes ter reduzido sensivelmente sua influência no novo governo já em 1932 sendo praticamente extintos como grupo político após 1934 o rumo tomado por Vargas ao instaurar o Estado Novo se assemelhou em vários aspectos às posições defendidas por esta facção. (*op.cit.*).

A dinâmica do regime revolucionário produz flutuações no grau de abertura do sistema político cujo fechamento máximo é representado pela instauração do Estado Novo. O regime pós 1937 pode ser caracterizado como uma ruptura frente ao período anterior com o estreitamento do círculo de poder e alijamento de facções mais radicais tanto no governo como na sociedade civil da época. O Estado Novo consolida a centralização político administrativa frente à autonomia dos estados, aprofundando as limitações para o exercício do poder estadual. Apesar de o novo regime não ter eliminado a complexidade do espectro de interesses que disputavam a ascendência sobre o aparato estatal a forma de participação dos grupos dominantes na dinâmica decisória foi aperfeiçoada. (Diniz, p.77)

“A importância da intervenção dos conselhos técnicos prende-se, assim, ao fato de que, além de desempenharem o papel de instância de informação e de decisão, agiam como canal de expressão da sociedade civil, uma vez que o eixo da representação de interesses se deslocaria definitivamente do Congresso para órgãos técnicos a partir de 1937.” (*op.cit.*)

Assim, é possível afirmar que formou-se um novo padrão de representação dos interesses dos setores dominantes da sociedade brasileira, em substituição à desordenada corrente de interesses emergentes com frágil organização política caracterizada no interregno de 1930 a 1937. (*op.cit.*)

Um dos pontos centrais da implementação da ditadura Vargas sintonizado com as aspirações da emergente camada industrial era a integração econômica do país sobretudo a do mercado interno. Assim, a centralização político administrativa do Estado Novo com a eliminação das barreiras tributárias para a livre circulação de mercadorias entre os estados da federação vai de encontro com os interesses dos setores industriais. Esta integração é uma das principais características da Constituição de 1937 redigida por Francisco Campos, refletindo a convergência de interesses entre os setores industriais e o regime ditatorial implantado por Vargas. (*op.cit.* p.93)

“Efetivamente, ao contrário do movimento de 30, o golpe de 1937 não provocou oposição dos setores empresariais. Estes, se não assumiram a liderança na implantação da nova ordem, constituíram fator importante no jogo de pressões que a desencadeariam.” (*op.cit.* p.107)

A própria formação das crenças do empresariado nacional, sobretudo o paulista não privilegiava valores liberais. A visão da organização econômica da sociedade era de um modo geral autoritária. Como descreve Warren Dean:

“(...) o liberalismo de um modo geral, não exerceu muita influência entre os industriais paulistas durante as décadas de 1920 e 1930. Associava-se, como teoria econômica, a uma política já inaceitável de livre comércio; supunha-se ser ele a origem do mal estar social e político da Europa, incapaz de lidar com a ameaça do comunismo. Não encorajava os homens a aceitarem seus lugares na sociedade; ao invés disso, fomentava a confusão dos políticos profissionais, o desperdício e o sujo materialismo da competição econômica. Na década de 20 começa-se a encontrar, no seio da elite de São Paulo, mas principalmente entre os industriais, um robusto interesse pelas variedades do fascismo europeu.” (*op.cit.* p.184)

No decorrer dos anos trinta o setor industrial demanda a centralização e fortalecimento do braço Executivo do Estado, dando grande ênfase à formação de organismos de caráter técnico em substituição à articulação das lideranças políticas. A tendência de priorizar a ação técnica e burocrática em detrimento da ação política já estava explícita nos representantes da indústria paulista desde o início dos anos trinta.

“No anteprojeto de programa político elaborado para ser apresentado ao VIII Congresso do Partido Democrático, divulgado a 11 de junho de 1932, sugere-se a criação dos Conselhos Técnicos, que funcionariam junto aos Ministérios, prestando assessoria ao legislativo e ao executivo. Destes Conselhos fariam parte representantes das associações de classe, ao lado de quadros técnicos, escolhidos entre pessoas de notável saber. Mais tarde, em dezembro de 1933, a bancada paulista apresentaria na Constituinte, a emenda nº 779, criando os Conselhos Técnicos, consagrando mais uma vez o princípio da solução técnica para os problemas econômicos.” (Diniz, p. 105)

Sem dúvida o Estado Novo sancionou de forma radical a preponderância da ação técnica sobre ação política, encontrando assim, profunda ressonância com a concepção autoritária difundida nas crenças representativas dos setores industriais do país. O novo regime possibilitou a eliminação da intermediação do jogo político na defesa dos diversos interesses da elite empresarial, evitando assim a necessidade de formação de amplas articulações políticas para a definição de prioridades da ação do Estado. (*op.cit.* p.107)

A formação de organismos de gestão de políticas estatais é uma característica de todo o período do primeiro governo Vargas, formando o arcabouço da estrutura burocrático-administrativa consolidada pelo Estado Novo. A seguir estão relacionados os principais órgãos e empresas criados no período de 1930 a 1945, coletados por Octávio Ianni:

“1930: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. 1931: Conselho Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia. 1932: Ministério da Educação e Saúde Pública. 1933: Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool. 1934: Conselho Federal do Comércio Exterior, Instituto Nacional de Estatística, Código de Minas, Código de Águas, Plano Geral de Viação Nacional, Instituto de Biologia Animal. 1937: Conselho Brasileiro de Geografia, Conselho Técnico de Economia e Finanças. 1938: Conselho Nacional do Petróleo, Departamento Administração do Serviço Público (DASP), Instituto Nacional do Mate, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1939: Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa. 1940: Comissão de Defesa da Economia Nacional, Instituto Nacional do Sal, Fábrica Nacional de Motores. 1941: Companhia Siderúrgica Nacional, Instituto Nacional do Pinho. 1942: Missão Cooke, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). 1943: Coordenação da Mobilização Econômica, Companhia Nacional de Alcalis, Fundação Brasil Central, Usina Siderúrgica de Volta Redonda, Consolidação das Leis do Trabalho, Serviço Social da Indústria (SESI), Plano de Obras e Equipamentos, I Congresso Brasileiro de Economia. 1944: Conselho Nacional de Política Industrial Comercial, Serviço de Expansão do Trigo. 1945: Conferência de Teresópolis, Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), Decreto Lei Nº 7666, sobre atos contrários à ordem moral e econômica.” (*op.cit.* 24)

Dentre esta miríade de organismos, conselhos e projetos de ação estatal vale destacar três grandes grupos de órgãos encarregados direta ou indiretamente da política econômica. (Draibe, p.82/93) O primeiro grupo, pode ser identificado por estabelecer as linhas gerais da política econômica através da ação estatal nas áreas cambial, monetária e comércio exterior e seguros cujo pólo aglutinador era o Banco do Brasil. Este passa a desempenhar simultaneamente as funções de agente de financiamento do setor privado, órgão operacional responsável pelas

transações e dispêndios do governo central além de desempenhar funções de banco Central:

“(...) O Banco do Brasil passa a operar, na prática, como um Banco Central, como um banco de fomento e como agente fiscal; a fusão dessas funções num mesmo organismo tornava-se, desde então, um problema para os de visão conservadora que almejaram implantar no Brasil o esquema clássico de política econômica , através de entidades separadas.” (*op.cit.* p.87)

O setor de controle de crédito e cambial desempenhado pelas Carteiras de Câmbio e Redesconto e da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária consolidou-se em 1945, já no período do Estado Novo, sob a égide da Superintendência da Moeda e do Crédito - Sumoc. A Sumoc centralizou todas as operações de regulação da política monetária estando diretamente subordinada ao ministério da Fazenda, apesar de contar com a estrutura operacional do Banco do Brasil. Em 1941 o controle e estímulo ao comércio exterior foi posto sob controle centralizado da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil – a CEXIM. Do ponto de vista da ampliação no âmbito nacional das operações de crédito desempenhada pelo Estado foram criados a Carteira de Crédito agrícola e Industrial do Banco do Brasil; o Banco de Crédito da Borracha em 1942 e as Comissões de Financiamento da Produção (em 1943) e Financiamento do Investimento (1944). No que diz respeito à normatização e controle das operações de seguros foram criados, em 1934, o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio posteriormente remodelado sob a estrutura do Instituto de Resseguros do Brasil em 1940. (*op.cit.*)

O segundo grupo de entidades estatais estava centrado na ação de fomento e regulação setorial, cujo âmbito de atuação era focado em atividades específicas. No setor agrícola: o Departamento Nacional do Café (1933), O Instituto Nacional do açúcar e do Alcool (1933), Instituto Nacional do Mate (1938),

o Instituto Nacional do Pinho (1941), o Instituto Nacional do Sal (1941) e o Instituto do Cacau da Bahia (1931) Na área de recursos minerais: o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (1934), o Conselho Nacional do Petróleo (1938), Conselho de Águas e Energia Elétrica (1939), Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (1940). No setor industrial: Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, Comissão Executiva Têxtil (1942), Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes (1941), Comissão Nacional de Ferrovias (1941), Comissão Vale do Rio Doce (1942), Comissão da Indústria de Material Elétrico (1944). A ação reguladora do Estado se fez sentir também nos diversos códigos que orientavam as atividades do setor privado. Assim temos o Código de Água e Código de Minas (1934), regulamentação dos serviços de Radiocomunicações; Código Brasileiro do Ar (1938), Código de Caça e Pesca e Código de Florestas (1934), Código da Propriedade Industrial e a Lei da Sociedade por Ações. (*op.cit.*)

Por fim o terceiro grupo de entidades estatais criadas pela era Vargas constituía um conjunto de órgãos de caráter consultivo, normativo e deliberativo de um amplo escopo de atuação da ação estatal. Nesta categoria entra o Conselho Federal de Comércio Exterior formado em 1934 (CFCE), o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) em 1937, a Coordenação da Mobilização Econômica em 1942, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e a Comissão de Planejamento Econômico ambos em 1944. (*op.cit.*)

Estes dois últimos órgãos merecem uma análise mais detalhada, não apenas por sua importância quanto à tentativa de introdução do planejamento estatal e suporte a um processo de industrialização formalmente ancorado na ação do Estado mas, sobretudo, em função de sua importância para os objetivos do presente trabalho na medida em que foram o palco do debate sobre o papel do planejamento econômico travado entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín.

3. *O debate*

O Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) foi criado em dezembro de 1943. As razões para a existência deste órgão só podem ser compreendidas dentro do contexto das características de sustentação do governo Vargas, desde a Revolução de trinta até ao final do Estado Novo. A primeira vista o surgimento deste nova sigla na infinidade de organismos estatais da época pode ser interpretada como uma forma de consolidar o conjunto de esforços de regulação e controle da atividade econômica de outros organismos criados e/ou fortalecidos pela diretrizes traçadas pela Carta Constitucional de 1937. A Constituição de 1937 trouxe consigo a idéia de criação de um órgão encarregado de coordenar de forma centralizada a atividade econômica. Este órgão não chegou a existir, sua falta foi parcialmente compensada pelo fortalecimento do Conselho Federal de Comércio Exterior (criado em 1934 e reformulado em 1938); a Coordenação da Mobilização Econômica e o Setor de Produção Industrial (ambos criados em 1942). Estes órgãos cujas funções abarcavam desde a centralização da política de comércio exterior passando pela coordenação e fomento a produção nacional, até o controle sobre preços, produção e comercialização de produtos não possuíam sintonia entre si nem do ponto de vista de atuação tampouco no plano de uma hierarquia definida. (Diniz, p.203).

É preciso compreender que o mar de siglas surgido no governo revolucionário cujas atribuições muitas vezes careciam de delimitação de atuação e hierarquia definida reflete a característica da composição política do governo Vargas seja no período de “decantação” da ampla frente que o conduziu ao poder seja após 1937 sob o Estado Novo. Tratava-se de um regime que apesar de revolucionário não chegou ao ponto de redesenhar radicalmente a estrutura de poder, assim, os interesses de setores já tradicionais da economia primário exportadora conviviam com as camadas sociais emergentes no cenário político nacional fortalecidas no processo de industrialização dos anos trinta.

“Esta dificuldade de concretizar, num plano global de desenvolvimento econômico, as tentativas parciais de racionalizar a intervenção do Estado na economia está associada à complexidade da estrutura de poder que se configurava no período. A inserção de setores empresariais emergentes, como já tivemos oportunidade de ressaltar, não se faria através de uma redefinição radical da estrutura de poder. Ao contrário, a justaposição de setores novos e tradicionais seria a fórmula política que conduziria o conflito de 1930. Em tais condições, o Governo revolucionário, expressando uma política de acomodação entre os vários grupos dominantes, dificilmente poderia seguir uma trajetória unidirecional.” (Diniz, p. 203)

O processo de formação dos inúmeros órgãos do governo Vargas refletia a falta de um padrão pré-definido, sendo na realidade mais uma resultante de uma trajetória de soluções *ad hoc* do que a execução de um plano de ação estruturado como o olhar retrospectivo poderia inferir.

“ (...) convém lembrar aqui que essas e outras realizações governamentais, ou inspiradas pelo poder público federal, não foram o resultado de um estudo prévio, de caráter global e sistemático. Elas resultaram das situações críticas ou problemáticas surgidas ao longo do processo político e da evolução econômica.” (Ianni, p.24)

Assim, a criação e a composição do CNPIC refletia a estratégia adotada pelo Estado Novo de internalizar dentro do aparelho de Estado o conflito de interesses das camadas mais organizadas da sociedade através de conselhos consultivos e/ou deliberativos nos quais se daria a representação, a defesa e o choque dos diversos grupos dominantes. Ou seja, na ausência de uma arena democrática o Estado Novo, construído por Getúlio Vargas, oferecia como substituto o palco privilegiado da burocracia estatal.

“Ao nível do aparelho de Estado, a originalidade do novo esquema consistiria na tentativa de transpor o conflito entre os diferentes grupos dominantes para a própria burocracia estatal através da auto-representação dos interesses nos órgãos técnicos.

(...) A Criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) situa-se dentro desta perspectiva de composição do Governo com os setores sociais em confronto, nesta fase de transição que atravessava a sociedade brasileira. Criado em dezembro de 1943, este órgão representou uma tentativa de aprofundamento da influência da burguesia industrial, que, através de sua liderança mais expressiva, pressionava por uma participação mais intensa na formulação das alternativas de política econômica.” (Diniz, p.204)

Apesar de num certo sentido representar a idéia de um órgão central de coordenação econômica preconizado pela Constituição de 1937, o CNPIC teve atuação decisória inexpressiva, acabando por desempenhar de fato a função de palco no embate pelas alternativas de desenvolvimento econômico, cujo papel de liderança e porta voz coube a Roberto Simonsen. (*op.cit.*)

Seis meses após a formação do CNPIC, foi criada a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), cujo surgimento deve-se à articulações do então Ministério da Fazenda em contraposição à CNPIC subordinada ao Ministério do Trabalho. O novo órgão reportava-se ao Conselho de Segurança Nacional tendo como objetivo “estabelecer em bases permanentes a experiência da Coordenação da Mobilização Econômica”. Aqui novamente fica evidenciado o padrão de superposição de atuação típico da época. De fato, o CPE constituía o contraponto, o palco oposto para à crítica das posições defendidas no âmbito da CNPIC.

“Uma das finalidades do CPE seria estabelecer em bases permanentes a experiência da Coordenação da mobilização Econômica. Entretanto,

há indícios de que sua criação tenha também sido inspirada por objetivos de caráter político: o esvaziamento do CNPIC.” (*op.cit.*)

O documento elaborado por Roberto Simonsen no âmbito do CNPIC foi encaminhado pela Presidência da República a esta recém criada comissão, cujo relator encarregado de analisar o projeto era Eugênio Gudín. (*op. cit.*; Doellinger, p.15)

Se a idéia por trás da formação da CPE era a contraposição às posições gestadas na CNPIC, então a escolha do relator não podia ser mais acertada. Eugênio Gudín era certamente a figura melhor qualificada para se contrapor a uma proposta de formalização da intervenção estatal na economia através de um projeto de planejamento tal como formulado no relatório do CNPIC.

4. Os debatedores

Eugênio Gudín nasceu no Rio de Janeiro, descendente de negociantes franceses, formou-se engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Trabalhou na profissão durante muitos anos, chegando a ocupar postos de direção em companhias de capital estrangeiro como a *Pernambuco Tramway and Power Ltd.* e da *Great Western of Brasil Railway Co.* (Doellinger, p.19; Borges, p.25) Sua formação em economia deveu-se a esforço autodidático. Assim, o próprio descreve sua inserção no ramo da economia:

“Eu fui entrando no ramo da economia sem projeto, sem plano. O dr. Getúlio teve muita responsabilidade nisso. Ele nunca formou uma comissão – e foram muitas – sem me nomear. Depois, a certa altura, uns amigos vieram buscar-me no escritório para fazer parte do corpo docente da faculdade que eles queriam fundar, a faculdade de

economia. Eu não queria no princípio, mas acabei cedendo”. (Loureiro, p.35)

Gudin acabou tendo papel fundamental no estabelecimento do ensino de economia, liderando a elaboração do programa que se tornou a base do ensino superior em economia do país no início da década de quarenta com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil em 1945. (Bielschowsky, p. 438) Foi o autor de *Princípios de Economia Monetária* (1943), muito utilizado como livro texto nos cursos de economia do país durante várias décadas. Apesar de importante atividade acadêmica Gudin não era um economista teórico voltado para os intramuros da universidade. Seu interesse pela economia era essencialmente aplicado, especificamente à realidade das economias subdesenvolvidas:

“Gudin estudou teoria econômica preocupado com os problemas dos países subdesenvolvidos, especialmente o Brasil. Era, como observamos, um economista não teórico, cujo recurso à teoria fazia-se com vistas à política econômica. Era, em outras palavras, um intelectual engajado nas questões concretas da economia política do país.” (Bielschowsky, p.46)

Esta preocupação com o caráter aplicado do conhecimento econômico se refletiu na própria posição de Gudin quanto à orientação do ensino de economia. Gudin foi líder da vertente (vitoriosa) que via o ensino de economia voltado para a formação de quadros para o aparelho estatal dentro de um processo de modernização do Estado brasileiro. (Biderman, p.17,18)

Não cabe aqui tentar *classificar* a posição teórica de Eugênio Gudin dentro do espectro ideológico da década de quarenta. Para o objetivo deste trabalho o mais relevante é destacar alguns aspectos de sua posição quanto ao papel do Estado na esfera da atividade econômica num país como o Brasil. Seu antagonismo em relação à idéia de planejamento refletia um caráter preventivo

diante da crescente simpatia que o conceito de planejamento detinha na época como instrumento para o processo de industrialização.

“O conceito era, na época, quase sinônimo de industrialização eficiente, na linguagem dos desenvolvimentistas latino-americanos e brasileiros. Era, na concepção destes, o instrumento necessário para superar os obstáculos que as estruturas econômicas subdesenvolvidas opunham à industrialização e, portanto, ao desenvolvimento. Para Gudin, o planejamento correspondia, sobretudo, a uma inquietante ameaça. (Bielschowsky, p.58)

(...)

(...) O tema trazia para o autor um duplo desafio: primeiro, sentia-se na obrigação de divulgar a idéia da superioridade dos mecanismos de mercado sobre a intervenção do governo; e, segundo, de revelar uma identidade entre planejamento e socialismo. Suas reflexões a respeito estendiam-se e mesmo misturavam-se a considerações sobre o significado da crescente implantação de empresas estatais no país, que ele considerava difundirem, tanto quanto o planejamento, a semente do socialismo.” (*op.cit.*)

A oposição ao planejamento estava sintonizada com a idéia de que o desenvolvimento econômico era fundamentalmente gerado pela operação dos mecanismos de mercado, cabendo ao Estado a função de garantir o funcionamento de tais mecanismos através da manutenção do equilíbrio cambial e monetário, preservando a sinalização dada pelo sistema de preços para os agentes do mercado. O processo de industrialização fazia sentido dentro do contexto de absorção da força de trabalho excedente, como efeito colateral do avanço da produtividade no setor onde o país detinha maior vantagem competitiva - o setor agrícola. Desta forma, o indiscriminado fomento à industrialização acabava por deslocar artificialmente forças produtivas dos setores

que apresentavam maior vantagem comparativa na economia nacional. (*op.cit.* p.52/56)

Tal como Gudin, Roberto Simonsen era engenheiro por formação. Após terminar o curso de engenharia civil fundou o que seria o início de sua atividade como empresário: a Companhia Construtora de Santos. As atividades como empresário incluíam frigoríficos, artefatos de cobre, borracha, e etc. A atividade empresarial contribuiu de maneira decisiva para a sua profunda convicção de que o progresso econômico e social do país passava necessariamente pela industrialização.

“Foi, certamente, o trato com essas obras que propiciou a Roberto Simonsen uma visão panorâmica da realidade brasileira, por um lado, porque aquela atividade se entrelaça com vários outros setores da produção, como cerâmica, cimento, madeira, ferro, metalurgia, etc., e, por outro, pela extensão geográfica a que teve que atender, numa época de transportes precários, movimentando mão-de-obra especializada e escassa no país” (Heitor Ferreira Lima, reproduzido em Doellinger, p.17)

Tornou-se líder industrial fundando e dirigindo organizações de classe, tendo forte militância política e intelectual não apenas através destes organismos mas também na esfera política. Foi fundador do SENAI, dando relevante contribuição ao aperfeiçoamento da mão-de-obra industrial do país e à adoção de normas técnicas pela indústria nacional. Apesar de iniciar sua participação política no exercício de cargos na prefeitura de Santos, foi na esfera do legislativo Federal que teve maior destaque. (Doellinger, p.18)

“Simonsen inseriu-se na vida política nacional através de postos de comando que assumiu nas entidades representativas do empresariado industrial. Foi vice-presidente da Centro Industrial de São Paulo, logo

após a sua inauguração em 1928. Foi presidente, em 1935 e 1936 da Confederação Industrial do Brasil (transformada posteriormente na Confederação Nacional da Indústria) e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, entre 1937 e 1945. Em 1937, fora membro provisório do Conselho Federal de Comércio Exterior, como representante do empresariado industrial e, em 1944, foi membro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Foi deputado “classista” na Assembléia Constituinte de 1934 e, eleito senador pelo PSD em 1945, participou também da Constituinte de 1946.” (Bielschowsky, p.81)

Suas publicações abrangiam os aspectos da economia e história do Brasil. Escreveu entre outros: História Econômica do Brasil (1937), As Consequências Econômicas da Abolição (1938), Evolução Industrial do Brasil (1939), As Crises no Brasil (1939), Aspectos da História econômica do Café (1940), As Finanças e a Indústria (1931), Aspectos da Economia Nacional (1935), Níveis de Vida e a Economia Nacional (1940) e etc. Foi também membro da Academia Brasileira de Letras. (Doellinger, p.18)

O discurso de Roberto Simonsen colocava o projeto de industrialização como instrumento de superação da pobreza do país. Sua concepção de industrialização abarcava um processo integrado dentre as diversas esferas de produção a começar pelas indústrias de base. (Bielschowsky, p.83)

“O desenvolvimento industrial de um país depende, sobretudo, da instalação de indústrias de base, construídas, principalmente, pela metalurgia de primeira fusão e pela grande indústria química” (Simonsen, 1973, p.107)

Na concepção de Simonsen os principais instrumentos para a industrialização do país estavam no planejamento e no protecionismo. Estes

seriam os dois principais suportes da ação governamental com objetivos à industrialização. A ação do Estado neste sentido era de importância fundamental, não apenas como indutor indireto das atividades industriais de interesse do país mas também no investimento direto em setores nos quais a participação do capital privado fosse insuficiente. O conjunto destas ações de incentivo e investimento direto por parte do poder público configuravam a atividade de planificação na concepção de Roberto Simonsen. Do ponto de vista das fontes de financiamento Simonsen defendia a criação de banco industriais e, no decorrer da Controvérsia da Planejamento, o financiamento externo por parte dos EUA.

Do ponto de vista analítico o pensamento de Roberto Simonsen apresentava lacunas de modo que seus posicionamentos tinham um caráter fundamentalmente político e não acadêmico. A teoria econômica desempenhou papel marginal em suas proposições, sem que houvesse um cuidado sistemático para o balizamento teórico na defesa de seus argumentos.

“Simonsen não viveu a fértil década de elaboração da chamada “economia do subdesenvolvimento” que se seguiu à II Guerra Mundial e que trouxe para a América Latina a resposta analítica da Cepal às proposições teóricas e práticas do liberalismo econômico. Seu pensamento pairou, por isso, sobre um vazio teórico, dificuldade que seu espírito predominantemente político e alheio às academias de ciências econômicas lhe permitiu simplesmente ignorar. Portanto, não usou como referencial para suas reflexões a teoria econômica, a não ser num nível bastante primário e de forma assistemática. Tinha, na verdade, muito pouca familiaridade com a teoria econômica e usava um raciocínio analítico pouco definido em economia, a ponto de, por vezes, usar conceitos econômicos básicos de forma equivocada.”
(Bielshowsky, p87)

Seria possível colocar a figura de Roberto Simonsen e, principalmente seu posicionamento na Controvérsia do Planejamento, como em alguma medida precursora do que seria a CEPAL criada em 1948. (Roberto Campos em Biderman, L.F. e Rego J.M., p.38) O “vazio” teórico de seu posicionamento industrialista e a pouca familiaridade com a teoria econômica, seriam os principais pontos de vulnerabilidade da argumentação de Simonsen no decorrer de sua controvérsia com Eugênio Gudin.

5. Desdobramentos

A Controvérsia do Planejamento ultrapassou os limites da burocracia estatal em que fora desenhada. No decorrer da controvérsia os segmentos do setor industrial já se posicionavam diante das discussões. A primeira ocasião propícia surgiu na inauguração da V Feira Nacional das Indústrias, em São Paulo em 07 de novembro de 1944. Nos discursos que se seguiram, como o do então interventor de São Paulo Fernando Costa e do ministro Marcondes Filho, foram defendidas as proposições do CNPIC de defesa do planejamento como suporte ao desenvolvimento industrial. Nesta ocasião o parecer de Roberto Simonsen teve amplo destaque. Como observa Diniz:

“(...) a atuação da liderança industrial e comercial teve por objetivo criar um clima mais propício, bem como ganhar a unidade dos setores empresariais e, se possível, a adesão de novos setores para a nova visão de política econômica que propunha. Esta nova orientação significava a institucionalização do intervencionismo estatal, o desenvolvimento dirigido através de um planejamento global, a industrialização como base da construção de uma nova sociedade.”
(Diniz, p.210)

Coube a Roberto Simonsen a ação mais decidida de transpor os limites das duas comissões nas quais a controvérsia se configurou. Desta forma, articulou junto à Confederação Nacional da Indústria, em conjunto com as demais associações comerciais, o Primeiro Congresso Brasileiro de Indústria que se realizou em dezembro de 1944, e tinha como principal objetivo definir uma posição conjunta do empresariado em relação ao planejamento industrial para o pós-guerra. (Diniz, p.208)

“De 8 a 18 de dezembro, o Congresso, dividido em várias comissões, debateu os problemas a serem enfrentados no período após guerra e a política mais adequada para fortalecer o parque industrial brasileiro. Uma das Comissões, dirigida por Simonsen, desenvolveu o tema Planificação Econômica do Brasil no Setor das Atividades Industriais, tendo sido apresentados vários trabalhos sobre o assunto. As conclusões da Comissão, que foram aprovadas pelo plenário, confirmaram os princípios do CNPIC” (Diniz, p.209)”

A visão favorável ao relatório de Roberto Simonsen também esteve presente na Conferência Internacional de Rye, em Nova York, que se reuniu de 10 a 18 de novembro de 1944. Nesta Conferência, que pretendeu debater as questões de transformação da economia de guerra para os tempos de paz, a posição da delegação brasileira foi a de realçar o papel que a intervenção estatal deveria desempenhar no desenvolvimento do pós guerra. (Diniz, p.210)

Do polo oposto às posições do CNPIC a reação extra burocrática também não tardou. As páginas da revista “O Observador Econômico e Financeiro” deram espaço para a argumentação contrária ao relatório de Roberto Simonsen no CNPIC. A oposição às teses protecionistas ganhava corpo em pronunciamentos públicos de personagens de destaque dentro do governo tais como Valentim Bouças.

“ A importância dos pronunciamentos de Bouças prende-se ao prestígio de que desfrutava, enquanto figura expressiva do Governo. Exercendo no momento cargos importantes, como o de Secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda e o de Diretor Executivo da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, além de ser membro da CPE, sua posição indicava o peso de toda uma corrente identificada com o comércio importador e com uma maior abertura ao capital estrangeiro.” (Diniz, p.211)

Paralelamente aos embates dos diversos interesses em questão a Controvérsia gerou um outro desdobramento, de caráter simbólico: o maior reconhecimento do economista como interlocutor político. (Loureiro, p. 33)

“Neste sentido, os dividendos puderam ser capitalizados por Gudin, que tinha posição de destaque nos meios acadêmicos como professor catedrático da mais importante escola de economia da época e diretor do centro de estudos econômicos da Fundação Getúlio Vargas. Ocupando tal posição, Gudin e seus colegas enfrentariam também, nos anos 50, os ataques dos membros da CEPAL, que lhes fariam oposição com as teses estruturalistas. Esta situação lhe permitiria a pretensão, segundo Celso Furtado (1985, p.172), de “monopolizar o enfoque científico” dos problemas econômicos.” (Loureiro, p. 33)

Do que foi exposto acima, fica evidente que a Controvérsia do Planejamento representava um palco cuja platéia ia muito além da esfera da burocracia federal. Com a aproximação do fim da guerra e, previsivelmente do próprio Estado Novo, estava em jogo a reorganização da economia nacional de acordo com os moldes do pós guerra. Assim, atrás da proposta de planejamento do CNPIC estava a

tentativa de setores industriais de comprometer o governo com os interesses da indústria doméstica num momento em que a conjuntura internacional que propiciou por vias tortas o fortalecimento destes interesses estava prestes a mudar.

Do ponto de vista internacional a proximidade do fim da guerra e, portanto, da desmobilização das potências beligerantes, colocava na ordem do dia a idéia de retorno aos princípios de livre comércio e paulatina eliminação das barreiras e restrições criadas pela depressão dos anos trinta e seladas pelo conflito mundial.

“(...) importantes autoridades do Governo norte-americano, bem como representantes credenciados do mundo dos negócios, através de pronunciamentos públicos, de entrevistas a jornais e revistas, ou da participação em conferências e congressos internacionais, desencadearão uma vasta ofensiva pela defesa do livre comércio e pela expansão do intercâmbio mundial” (Diniz, p.212)

A liderança dos EUA representada pelo recém reeleito presidente Roosevelt deixava claro a reafirmação de seu comprometimento com o livre comércio e do combate ao protecionismo. Tal posicionamento esteve explicitamente presente na carta de Bretton Woods (1944), na Conferência Internacional de Rye (1944), na Conferência das Comissões de Desenvolvimento Inter-Americano (1944) e na Conferência de Chapultepec (1945); conferências estas das quais o Brasil fez parte. Desta forma, os objetivos e desdobramentos da Controvérsia do Planejamento, estavam ligados à conjuntura internacional cujo pêndulo apontava inexoravelmente na direção oposta às preconizadas pelo relatório do CNPIC.

“Batizar de plano esse conjunto de medidas, é pura questão de terminologia e sobretudo de moda, desde que se entenda por plano a velha função do Estado de fomentar a expansão econômica do país, sem invasão do campo de atividades que nas democracias competem à iniciativa privada.”⁷

Capítulo III

Estrutura e estratégias da Controvérsia

Do ponto de vista das táticas de argumentação, representadas pelas diversas técnicas de retórica envolvidas, é possível distinguir uma maior predileção de Eugênio Gudín pelos argumentos quasi-lógicos em seu parecer; enquanto Roberto Simonsen prefere a argumentação baseada na estrutura da realidade e/ou que fundamentam a estrutura do real⁸. A maior predisposição à argumentação quasi-lógica de Gudín, reflete ao meu ver, o uso de seu maior embasamento teórico em economia. Assim, a tática retórica de Gudín privilegia a argumentação a partir de um arcabouço formalizado à partir do qual a argumentação e a contra-argumentação irá recorrer. De modo semelhante pode ser interpretada a tática retórica hegemônica no relatório de Roberto Simonsen, baseada em grande medida em argumentos de ligação causal – apelando para proposições amplamente aceitas como alavanca de persuasão.

⁷ Gudín, E., (1977) p.85

⁸ Seguindo a nomenclatura e definições de Perelman, 1958

Na replica e tréplica final da Controvérsia a tática retórica mais difundida é a de ataque à credibilidade do interlocutor através de ilustrações que insinuam a má fé na transcrição e interpretação dos respectivos relatórios. Neste sentido as táticas retóricas são mais homogêneas concentrando-se em argumentos que fundamentam a estrutura do real. A exceção cabe ao extenso uso de *ironia* por parte de Simonsen, caracterizando assim a técnica argumentativa quasi-lógica, pouco utilizada por Gudin em sua réplica final.

É no plano da estratégia argumentativa que está a característica mais marcante da Controvérsia do Planejamento caracterizada pela ausência de um antagonismo explícito à idéia de planejamento por parte de ambos os lados do debate. Aparentemente esta afirmação é uma contradição que entra em choque com o próprio nome da controvérsia e com a imagem normalmente difundida de um dos participantes desta – o engenheiro Eugênio Gudin. No entanto, uma análise mais cuidadosa revela que a idéia de planejamento estatal na economia brasileira está presente tanto no relatório de Roberto Simonsen quanto no veemente parecer de Eugênio Gudin. No entanto, esta confluência na defesa do planejamento não impede o distinto posicionamento dos debatedores no terreno concreto das medidas de política econômica.

Este capítulo tentará evidenciar que a idéia de planejamento nesta controvérsia possui, em parte, o caráter de expediente retórico na defesa de um determinado espectro de medidas de política econômica. A intransigente defesa do planejamento estatal reflete a adequação do discurso de ambos os participantes às crenças da época, ao grande prestígio que a idéia de planejamento estatal detinha naquela particular conjuntura histórica. Apesar desta característica ser mais explícita no discurso de Eugênio Gudin, a estratégia de embalar as recomendações de política econômica sob o manto do planejamento estatal é também característica da tentativa de persuasão de Roberto Simonsen.

Ou seja, a estratégia de persuasão dos debatedores é semelhante. As diferenças estão no emaranhado de táticas retóricas no decorrer do discurso de modo a implementar a principal estratégia de qualquer retórica: a adequação da

mensagem por parte de emissor às crenças do receptor. Não é de se estranhar que a estratégia de Roberto Simonsen e Eugênio Gudín tenha sido praticamente idêntica, pois ao envernizar suas respectivas *idéias-núcleo*⁹ ao gosto da audiência estavam tentando persuadir à mesma platéia. A reação de Gudín, em seu parecer, ao se “apropriar” do termo *planejamento* pode ser interpretada à luz da idéia de que a conversação econômica lembra em certo sentido uma negociação de posições entre os participantes. (Klamer, p.273) Usando esta metáfora de Klamer, pode se afirmar que ao evitar se colocar frontalmente contra a idéia do planejamento formulada por Simonsen sem definir a sua própria concepção de planejamento, Gudín abriu mão de uma estratégia extremamente custosa diante da conjuntura de crenças da época. Custosa, não diante do oponente, mas diante da platéia que tentava persuadir.

Não se trata de afirmar que a defesa do planejamento estatal por parte de Gudín tinha meramente o caráter oportunista como estratégia de persuasão. É evidente que dentro do arcabouço teórico de Gudín havia o espaço fundamental para a ação estatal na esfera econômica. A questão é que ao se contrapor às recomendações de maior direcionamento de recursos públicos e proteção aduaneira para a indústria – defendidos por Simonsen sob o manto do planejamento – Gudín escolhe a mesma estratégia central de seu oponente: a defesa da necessidade de planejamento. A estratégia consistiu em definir em seus próprios termos a correta concepção de planejamento estatal e, a partir desta “correta” definição, expor suas diretivas de política econômica. Esta certamente não seria a única estratégia argumentativa a seguir. No caso de um ambiente histórico pouco favorável a idéia de planejamento a melhor estratégia de persuasão provavelmente descartaria a construção da argumentação (em direção as recomendações de política econômica) em torno da concepção de planejamento estatal.

Naquele particular momento histórico, diante daquelas particulares crenças difundidas na burocracia estatal e nos meios políticos e empresariais, a estratégia

⁹ Estou definindo o termo *idéia-núcleo* como sendo a idéia original pretendida pelo emissor da mensagem. De acordo com a nomenclatura do capítulo I, esta seria a idéia **A**, isenta portanto, de qualquer componente de retórica.

retórica com maiores chances de persuasão deveria ser construída em torno da idéia do planejamento. Esta talvez seja uma característica de qualquer debate: servir de instrumento para que distintos emissores passem suas mensagens à audiência. A controvérsia é um palco, cujo objetivo é persuadir a platéia e não o oponente.

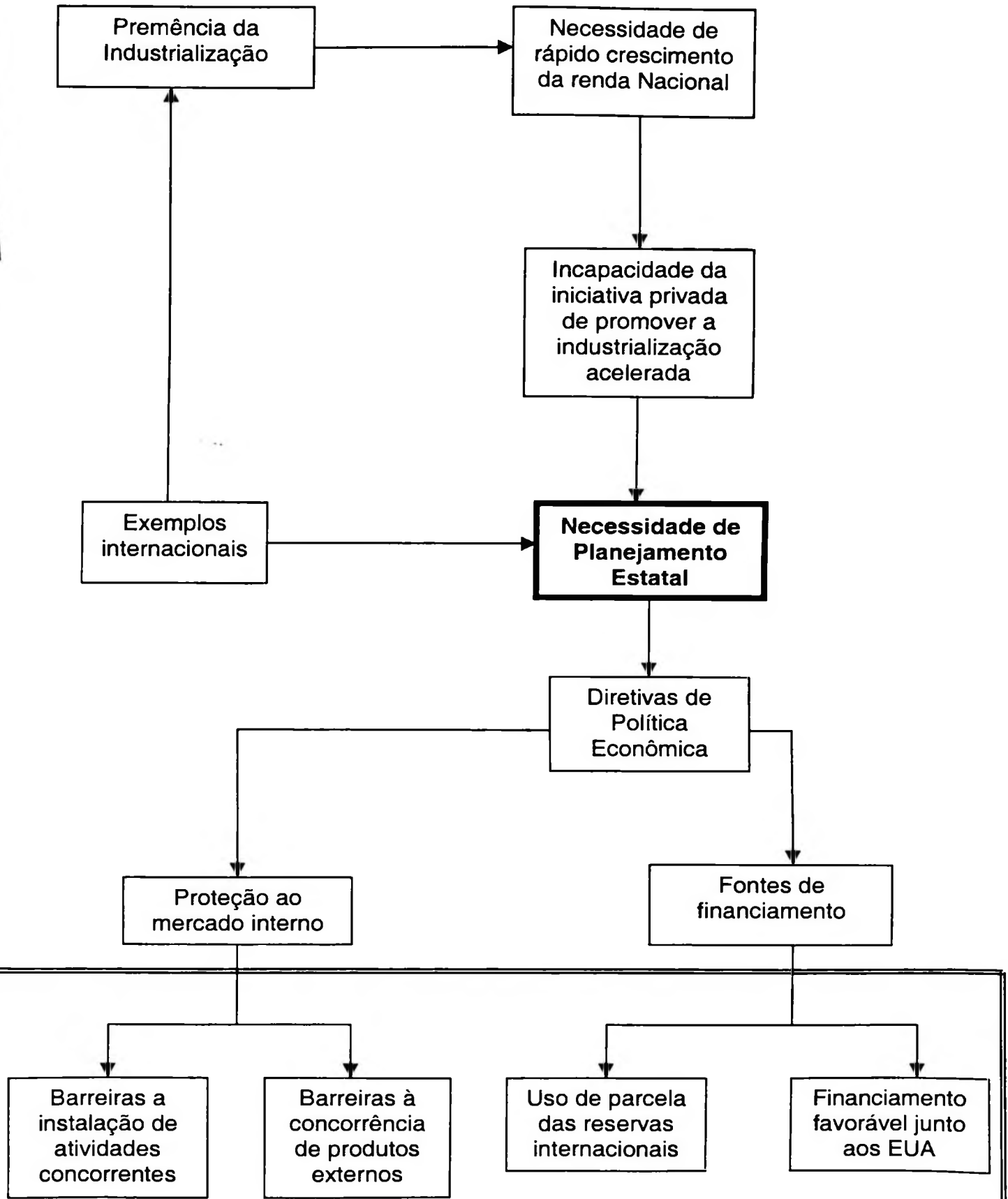
* * *

1. *O relatório de Roberto Simonsen*

A instituição de barreiras á instalação de atividades concorrentes em conjunto com o financiamento público da indústria doméstica constituía a idéia central do parecer de Roberto Simonsen ao Conselho Nacional de Política Industrial apresentado em agosto de 1944. Esta idéia constitui o *core* da argumentação construída, em torno do qual foi elaborado um conjunto de argumentos estreitamente sintonizados com as crenças da época. A embalagem da *idéia-núcleo* foi formada a partir de três vertentes: a premente necessidade de acelerada industrialização do país; a incapacidade da iniciativa privada nacional de promover este crescimento e os robustos exemplos internacionais de planificação estatal que sancionavam a estratégia proposta de desenvolvimento.

A próxima página apresenta o esquema representativo da argumentação do relatório de Roberto Simonsen. Este será o roteiro da análise realizada neste capítulo.

Representação esquemática da argumentação do relatório de Roberto Simonsen



1.2 Primeira fase: premência da industrialização

A estratégia argumentativa de Simonsen inicia-se com o objetivo de criar um pano de fundo que realçasse a imparcialidade da idéia de premência para o crescimento industrial da economia brasileira. Diante desta estratégia Simonsen lança mão do *argumento de autoridade* de modo a conferir prestígio à idéia da necessidade de industrialização do país como principal via para o desenvolvimento. Lembrando Perelman:

“The prestige argument appears in its most characteristic form in the argument from authority, which uses the acts or opinions of a person or group of persons as a means of proof in support of a thesis.” (p.305)

O comentário e citação de trechos dos pareceres de técnicos estrangeiros evidenciava o caráter científico e imparcial, visto que tratava-se de “técnicos” e “peritos” em assuntos econômicos, cuja origem estrangeira fornecia a aura de independência com relação aos diversos interesses domésticos nacionais.

“O perito norte-americano Lee Hagar, em seu recente comunicado à Conferência das Comissões de Fomento Interamericano, sobre recursos mundiais - humanos e materiais - escreve:

(...) *“Qualquer país com disponibilidades ilimitadas de energia, abundância de alimentos e fartos recursos em metais, tais como ferro e cobre, pode edificar uma economia muitíssimo superior, sob o aspecto material, à economia de civilizações “vegetais”, tais como as da Índia e da China, dependentes, como são ainda, da energia animal. Como resultado dessa superioridade, as nações industriais serão inevitavelmente conduzidas à posição de domínio mundial, no campo da economia, finanças e política internacionais”.* (op.cit. p. 24)

O discurso de Simonsen recorre em especial ao parecer da então recente Missão Cooke que visitou o país no segundo semestre de 1942. A retórica da Missão norte-americana era eminentemente de caráter político dentro da conjuntura ainda indefinida da Segunda Guerra.

“A Missão Técnica norte-americana chefiada pelo Sr. Morris L. Cooke visitou o Brasil no 2º semestre de 1942 e fez várias apreciações sobre a nossa situação econômica e social. Observou que o Brasil, como nação industrial, está ainda na adolescência, se bem que se lhe possa vaticinar um grande futuro, possuidor que é de tão vultosa extensão territorial com tão valiosas e variadas riquezas naturais, e com uma população rica de aptidões para os trabalhos materiais e intelectuais. (op.cit. p.26/27)

Alguns trechos do relatório Cooke foram reproduzidos literalmente, em destaque:

“A industrialização do país, sábia e cientificamente conduzida, com um melhor aproveitamento de seus recursos naturais, é o meio que a Missão aponta para alcançar o progresso desejado por todos”.(ibid)

Por fim, um dos componentes da *idéia-núcleo* já aparece sob a forma de recomendação técnica externa da Missão:

“Propugna ainda a Missão a necessidade da criação de Bancos industriais destinados ao financiamento de novos empreendimentos e ao propiciamento de uma assistência técnica mais intensa.” (op.cit. p.28)

O uso do *argumento de autoridade*, logo no início de sua explanação possui maior alcance do que pode parecer a primeira vista. Ao reforçar a *idéia da*

necessidade de crescimento calcado na industrialização, o autor prepara o terreno para outro expediente retórico, de maior alcance: o ligação causal (*causal link*):

“It is immediately apparent that the causal link must allow argumentation of three types:

(...)

c) argumentation tending to show the effect which must result from a given event.” (Perelman, p.263)

O uso do argumento de *ligação causal* exige como pré requisito a necessidade de um acordo entre os interlocutores em torno das razões e dos motivos para aquela determinada ação.

“To be effective this argumentation requires agreement between the interlocutors concerning the motives for action and their precedence.”
(*op.cit*, p.264)

Assim, a relativamente extensa preleção de Simonsen a respeito da necessidade de industrialização e rápido desenvolvimento do país, com farto uso de *argumentos de autoridade*, procura consolidar a idéia que irá motivar a defesa do planejamento estatal, de modo a atingir o objetivo desejado. Ao argumentar desta forma o autor realça a necessidade do objetivo a qual se quer atingir (desenvolvimento industrial) para posteriormente indicar o evento (planejamento) que deverá provocar o efeito desejado.

Relacionando o fenômeno e suas conseqüências, Simonsen dá preferência a argumentação baseada na estrutura da realidade (*structure of reality*) na medida em que privilegia a técnica argumentativa de estabelecer uma relação de solidariedade entre proposições amplamente aceitas e a idéia a qual se quer defender. Assim, no caso da controvérsia, a necessidade de desenvolvimento econômico e industrial faz o papel da proposição largamente aceita que será utilizada como gancho para a defesa do planejamento.

Esta é a principal distinção na tática retórica entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín nesta controvérsia. Apesar de ambos terem a mesma estratégia retórica, qual seja a de adaptar as respectivas *idéias-núcleo* na embalagem palatável do planejamento, do ponto de vista tático Gudín privilegia a argumentação *quasi-lógica* apelando para a racionalidade de suas proposições, enquanto Simonsen adota a argumentação baseada na *estrutura da realidade*. Esta distinção tática pode ser claramente compreendida na seguinte passagem de Perelman:

“Whereas quasi-logical arguments lay claim to certain validity owing to their rational appearance, which derives from their more-or-less close relation with certain logical or mathematical formulae, the arguments based on the structure of reality make use of this structure to establish a solidarity between accepted judgments and others which one wishes to promote.”(p.261)

Outro expediente retórico utilizado por Simonsen, no afã de realçar a proposição de aceitação geral é o uso da *ilustração*. A necessidade de rápido crescimento econômico é evidenciada por Simonsen através da evidência ao baixo nível de desenvolvimento econômico do país. O autor perpassa, sem maior profundidade, as disparidades nos níveis de renda e consumo per capita entre Brasil e EUA:

“Relatando, no Conselho Federal do Comércio Exterior, em 27 de setembro de 1937, os resultados do inquérito efetuado, por ordem do Sr. Presidente da República, em torno das possibilidades da expansão industrial do Brasil, declarei, pondo em relevo o baixo índice de consumo médio do brasileiro, que, então, como hoje, esse índice era, no mínimo, 25 vezes menor que o do norte-americano (...)

As considerações que então expendi permanecem de pé, e, ao câmbio atual, guardada a mesma paridade, necessitaríamos, pelos

cálculos de então, de um acréscimo de 80 bilhões de cruzeiros na renda nacional, que ainda assim seria cerca de 7 vezes inferior, por habitante, à norte-americana.” (op.cit. p.31)

É importante notar que ao comparar o consumo médio entre o Brasil e os Estados Unidos, Simonsen não está fazendo uso de uma *analogia* e sim de uma *ilustração* pois o *theme* (relação entre consumo brasileiro e norte americano) e o *phoros* (relação entre as proporções do consumo) pertencem à mesma esfera descaracterizando assim a possível caracterização de uma analogia. A seguinte passagem de Perelman esclarece esta questão:

“For an analogy to exist, it is also necessary that the *theme* and the *phoros* belong to a different spheres. When the two relations encountered belong to the same sphere, and can be subsumed under a common structure, we have not analogy but argument by example or illustration, in which the theme and the phoros represent two particular cases of a single rule.” (p.373)

Outra passagem ilustrativa, está na comparação entre o desenvolvimento brasileiro com as economias argentina e canadense:

“Considerando o que se observa, presentemente, na República Argentina, no Canadá e em outras regiões de maior progresso material que o do Brasil, e, ainda, o que sucede nas regiões mais adiantadas do país, levando-se em conta o custo da vida, a necessidade da formação de capitais e as novas condições criadas pela guerra, não é exagerado concluir que necessitaríamos, assim, de uma renda nacional cerca de quatro vezes mais elevada do que a atual (...)

Não podemos, porém, nos quedar indiferentes ante esse vital problema brasileiro: a quadruplicação da renda nacional, dentro do menor prazo possível.” (op.cit. p. 32/33)

As passagens acima constituem efetivamente o uso de *ilustração* (e não de exemplos) pois o autor não pretende estabelecer uma determinada regra através das mesmas e sim reforçar a idéia da necessidade de crescimento da renda nacional. Assim, a *ilustração* tem caráter auxiliar na consolidação da idéia amplamente aceita que será o ponto de apoio da argumentação baseada na *estrutura da realidade*. A técnica ilustrativa será utilizada mais adiante como reforço da necessidade de planejamento.

1.2 Segunda fase: debilidade do setor privado

Juntamente com a necessidade de crescimento acelerado, Simonsen põe em dúvida a capacidade de uma economia agrário-exportadora realizar tal tarefa. É evidenciada a necessidade de novas estratégias para o desenvolvimento. O autor cria a dicotomia entre os “novos” métodos de promoção do crescimento econômico e os métodos “clássicos”. Os meios clássicos seriam aqueles cujo dinamismo é dado através do estímulo a iniciativa privada dentro de um processo no qual o papel do Estado empreendedor é marginal. Os “novos” métodos seriam aqueles que levam a uma participação ativa do Estado no processo econômico através de uma estratégia que naquele momento detinha um enorme atratividade – a planificação.

“Preliminarmente, para resolvê-lo temos que decidir se poderíamos atingir essa finalidade (*a quadruplicação da renda nacional*) pelos meios clássicos de apressar a evolução econômica, estimulando pelos processos normais as iniciativas privadas, as várias fontes produtoras e

o mercado interno, ou se deveríamos lançar mão de novos métodos, utilizando-nos, em gigantesco esforço, de uma verdadeira mobilização nacional, numa guerra ao pauperismo, para elevar rapidamente o nosso padrão de vida.”

(...)

“As críticas, imparciais e objetivas, que tivemos oportunidade de citar e as considerações já feitas demonstram ser impossível satisfazer esse nosso razoável anseio com a simples aplicação dos processos clássicos.” (*ibid*)

1.3 Terceira fase: em defesa da planificação

Como visto na parte II, a idéia da planificação estatal da economia soava perfeitamente dentro do contexto da época. A planificação era uma realidade não apenas em função do notório exemplo soviético, mas também em função do estado de guerra no qual a profunda intervenção estatal na economia dos países ocidentais era uma realidade. Aqui mas do que em qualquer outra parte do relatório o uso da *ilustração* possui papel de destaque:

“A ciência e a técnica modernas fornecem seguros elementos para o delineamento dessa planificação. Haja vista o que se fez na Rússia e na Turquia, quanto ao seu desenvolvimento material; considerem-se as planificações levadas a efeito pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e por outros países em luta, para organizar as suas produções dentro de um programa de guerra total.” (op.cit. p.33)

A “mobilização nacional, numa guerra ao pauperismo”, explicitada

anteriormente na defesa da planificação estatal, possui implícita a idéia de que o país deveria encarar a necessidade de rápido crescimento econômico na qualidade de mobilização bélica e, portanto, empregando os métodos de planificação que se consagraram nos países beligerantes. Neste caso ao lado da *ilustração* surge o uso de um instrumento retórico frequentemente subestimado devido a dificuldade de sua identificação - a *metáfora*. Aqui esta implícita a *analogia* cujo *theme* é dado pela “ação contra o pauperismo” e o *phoros* é a “guerra conta o inimigo”. Esta analogia sofre a condensação na relação direta: “guerra ao pauperismo” caracterizando assim a formação da metáfora. A força desta metáfora é magnificada pela *ilustração* do planejamento como instrumento de uma economia de guerra, ou seja a *metáfora* pode ser confundida com uma *ilustração* pois o *theme* e o *phoros* que dão origem à mesma parecem, numa análise mais apressada, pertencer à mesma esfera. A referência a experiência soviética chega a ponto de o autor propor “planos quinquenais”:

“Desenvolver-se-ia o programa em planos quinquenais contínua e cuidadosamente revistos, cuja execução obedeceria aos imperativos de uma verdadeira guerra econômica contra o pauperismo (...)” (op.cit. p.34)

O autor estabelece uma espécie de agenda de desenvolvimento:

“As maiores verbas da planificação seriam, sem dúvida, utilizadas na eletrificação do país, na mobilização de suas várias fontes de combustíveis e na organização de seus equipamentos de transporte.

(...)

Seriam criadas indústrias-chave, metalúrgicas e químicas, capazes de garantir uma relativa auto-suficiência ao nosso parque industrial e a sua necessária sobrevivência na competição internacional.” (*ibid*)

Aqui também está presente o uso da metáfora através da expressão

“indústrias-chave”. Sua origem vem da condensação da *alusão* cujo *theme* é formado pela relação entre “indústria e desenvolvimento”; e o *phoros* dado pela relação “chave e fechadura”. Assim o colapso desta *alusão* implícita forma a *metáfora* “indústrias-chave”.

Assim, a argumentação de Simonsen desemboca no binômio industrialização-planificação a partir do qual a *idéia-núcleo* irá se desenvolver.

1.4 Quarta fase: a *idéia-núcleo*

Como dito anteriormente o argumento retórico privilegiado por Simonsen é o da *ligação causal*. No entanto a aplicação da relação causal entre o desenvolvimento industrial e a *idéia-núcleo* não é direta. Como visto, há uma série de etapas na sequência argumentativa do autor de modo a evitar uma oposição que poderia surgir se a relação causal fosse explicitada diretamente. Nesta subdivisão da relação causal está configurado o *argumento de direção* cujo objetivo é dinamizar a argumentação por *ligação de causalidade* minimizando assim a oposição à *idéia-núcleo*. Uma definição desta técnica está em Perelman:

“It is often found to be better not to confront the interlocutor with the whole interval separating the existing situation from the ultimate end, but to divide this interval into sections, with stopping points along the way indicating partial ends whose realization does not provoke such a strong opposition.” (p.282)

Desta forma, antes de chegar às efetivas recomendações de política econômica (que denomino de *idéia-núcleo*), Simonsen passa por uma série de

etapas. A partir da consolidação da idéia da necessidade de desenvolvimento econômico o autor constrói três etapas em sua argumentação que vão fazer o papel de entreposto na caminhada para a idéia-núcleo. A primeira etapa é a ligação entre a idéia-base da necessidade de desenvolvimento industrial e a incapacidade do setor privado nacional de executar tal desenvolvimento por falta de fôlego financeiro. Uma vez consolidada a idéia da fragilidade do setor privado nacional na execução da idéia-base, Simonsen constrói a segunda etapa argumentativa caracterizando o planejamento econômico como forma de superação da insuficiência de capital do setor privado brasileiro. A partir da consolidação da idéia de planejamento estatal, o autor passa para a última etapa do discurso na medida em que atinge a idéia-núcleo formada pelo conjunto de recomendações efetivas para a política econômica.

A idéia-núcleo esta acondicionada como solução de dois problemas fundamentais, na concepção de Simonsen, para a efetivação da planificação: as fontes de financiamento e o grau de intervenção estatal. No que tange ao problema do financiamento o autor propõe duas fontes distintas: (i) o uso das reservas externas que se acumularam durante o período de guerra; e (ii) obtenção de financiamento favorável junto ao governo norte-americano:

(i):

“Para o início do financiamento de um tal programa, poderia o Brasil empenhar pelo menos 50% de suas atuais disponibilidades no estrangeiro. Evitar-se-ia, dessa forma, uma deflação, tão prejudicial quanto a inflação a que ora assistimos.”

(ii):

“A obtenção do financiamento geral poderia ser negociada com os Estados Unidos. Os suprimentos anuais de que careceríamos - boa parte em aparelhamentos e equipamentos a serem importados - representariam menos de 0,2% da renda nacional norte-americana.

A operação deveria ser negociada em moldes diferentes dos empréstimos habituais, quanto à fixação de juros, prazo e amortização.

Os juros seriam, inicialmente, substituídos pela participação, por determinado prazo, nos resultados das explorações industriais e, eventualmente, nos saldos de novas exportações, em geral, de forma a evitar-se a supercapitalização dos investimentos.” (op.cit. p.35/36)

Na solução da “segunda questão” - o grau de intervencionismo estatal - reside o segundo componente da idéia núcleo: o protecionismo comercial.

“O grau de intervencionismo do Estado deveria ser estudado com as várias entidades de classe para que, dentro do preceito constitucional, fosse utilizada, ao máximo, a iniciativa privada e não se prejudicassem as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas iniciativas concorrentes.

(...)

Caso adotada a planificação intensiva de nossa economia, não será possível a permanência, por um certo prazo, das atuais normas de política comercial.

Não seria concebível que, enquanto o país desenvolvesse um formidável esforço no sentido de montar o seu equipamento econômico, fosse ele, em pleno período construtivo, perturbado pela concorrência da produção em massa, de origem alienígena.” (ibid)

Também aqui é utilizada a evocação da *ilustração* internacional:

“Ainda aí poderiam ser observados os meios de defesa utilizados na Rússia e na Turquia, durante a sua reconstrução econômica.”

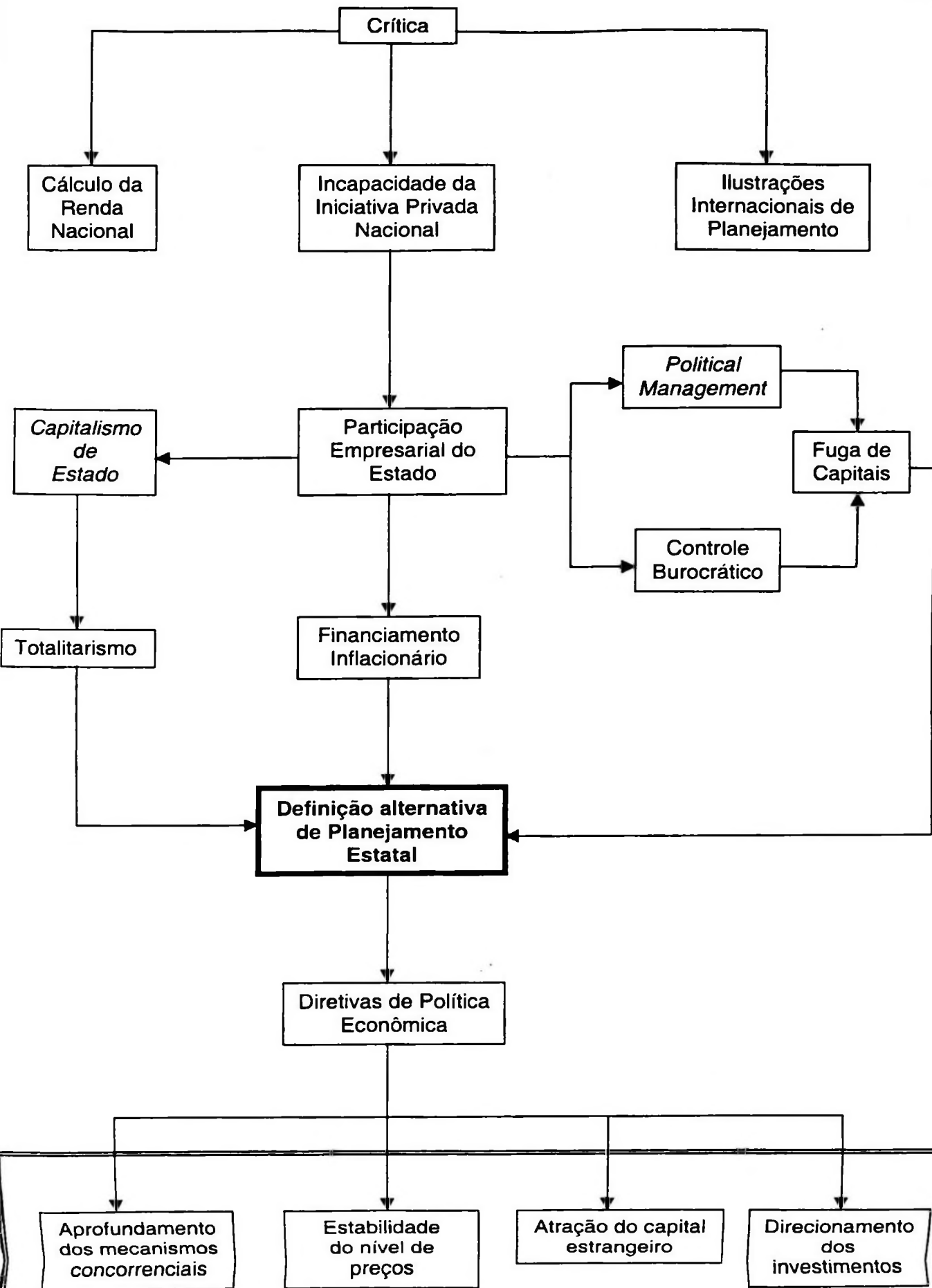
2. O parecer de Eugênio Gudin

A réplica de Eugênio Gudin ao relatório de R. Simonsen, apresentada em março de 1945, possui duas etapas: na primeira etapa Gudin destaca e põe sob crítica três aspectos do relatório de Simonsen. No segundo estágio, Gudin apresenta a sua visão sobre as diretrizes de política econômica no sentido de otimizar a capacidade de crescimento econômico brasileiro.

Um aspecto fundamental da estratégia argumentativa de Gudin está na preservação da idéia de planejamento econômico. Apesar de profundamente incisiva, a réplica de Gudin surpreendentemente preserva o arcabouço básico da argumentação de Roberto Simonsen: a premente necessidade de crescimento e a importância do planejamento econômico neste desenvolvimento. Ou seja, apesar da idéia-núcleo de Gudin ser diametralmente oposta á de Simonsen este preserva o principal item do invólucro retórico do relatório de seu oponente.

Há uma razão para esta estratégia. A controvérsia é de fato um palco para a propagação da idéia-núcleo de ambos e a platéia é fundamentalmente idêntica para os dois interlocutores. Esta audiência, formada pela elite da burocracia estatal, do empresariado e do meio político, (diante do contexto histórico da época) é sensível à questão do planejamento econômico como instrumento para o desenvolvimento. Desta forma, ao atacar as posições de Simonsen, Gudin toma o cuidado de não se colocar radicalmente contra a idéia de planejamento, deixando claro que a sua divergência quanto a este aspecto é de caráter qualitativo. Assim, ao mesmo tempo em que Gudin critica a proposição de planejamento formulada por Simonsen, no decorrer de sua argumentação fornece a sua interpretação do que é a correta concepção de planejamento para o caso brasileiro. Em resumo, a adaptação da idéia-núcleo de Gudin é fiel ao gosto da audiência, estando assentada sob o mesmo binômio de Simonsen: planejamento e desenvolvimento.

O diagrama a seguir apresenta de forma esquemática a estrutura da argumentação do parecer de Eugênio Gudin. As páginas que seguem terão como referência esta representação.



Num primeiro estágio, Gudin submete á crítica três aspectos do relatório de Simonsen: (i) a forma de cálculo da Renda Nacional e as metas de sua multiplicação; (ii) os exemplos internacionais de planificação econômica e (iii) a idéia da impossibilidade de promover o crescimento acelerado da economia na esfera da iniciativa privada nacional. A crítica aos primeiros dois tópicos é um preâmbulo do argumento central. No primeiro caso o objetivo do autor é desqualificar o oponente tentando atingir sua credibilidade. Esta oportunidade é aberta através das grosseiras deficiências no cálculo da Renda Nacional apresentado por Simonsen. O segundo tópico consiste em desqualificar as diversas *ilustrações* de planejamento estatal da esfera econômica apresentadas no relatório de Roberto Simonsen como forma de reforçar a idéia de planejamento para o caso brasileiro. Este segundo item de crítica fornece o gancho para um dos três desdobramentos da argumentação central, calcada no argumento do *ridículo*. O terceiro item é o de maior relevância na medida em que a partir desta terceira crítica inicia-se o desdobramento da parte central da argumentação.

2.1 Primeira fase: ataque à credibilidade

Nas controvérsias teóricas é possível destacar duas fases na estratégia persuasiva: a primeira procura inconsistências internas à proposição teórica adversária; a segunda fase seria caracterizada pela tentativa de enfraquecer a posição do opositor através da identificação de inconsistências entre as proposições e as crenças consensuais. (Anuatti, p73) Visto sob este prisma Gudin iniciou seu parecer pela segunda etapa, explorando os gritantes erros técnicos cometidos por seu adversário de controvérsia. Ao iniciar seu parecer ao relatório de Roberto Simonsen, Gudin estabelece como primeiro objetivo a identificação de

inconsistências.

Apesar de criticar de forma incisiva os erros contidos no cômputo da Renda Nacional Gudín caracteriza esta questão como periférica para a controvérsia, nada tendo de fato com sua divergência central.

“O fato de estarem seus cálculos, bem como sua noção de "renda nacional" inteiramente fora da realidade (§ 1.0, Parte 1 do Parecer), se bem que merecedor de reparos, não tem maior importância para o problema geral em apreço.” (Gudin: 54, 1977)

Apesar desta manifestada pouca importância, Gudín inicia seu parecer por este aspecto técnico, que apesar de não atingir o mérito da discussão fornece um amplo campo para evidenciar os erros técnicos e conceituais do relatório de Simonsen e, portanto, diminuir a credibilidade do oponente na controvérsia¹⁰.

A importância da credibilidade do orador no processo de argumentação é fundamental. Na dedução formal tal importância é pouco relevante mas no processo de argumentação o papel da figura do orador e sua capacidade de influenciar a platéia ganha peso, principalmente quando o contexto da argumentação envolve intenções e recomendações para a obtenção de um determinado fim. (Perelman, p.317). Assim, ao iniciar sua contra-argumentação pela metodologia de cálculo da Renda Nacional, Gudín age no sentido de erodir o prestígio e, portanto, a capacidade de persuasão do orador.

“The ancient masters of rhetoric derived practical recommendations from the relation they recognized to exist between the opinion held of a speaker and the manner of judging his speech. They recommended speakers to give a good impression of themselves as persons, to gain the respect, goodwill, and sympathy of their hearers. The speaker's opponents, on the other hand, should do their best to depreciate him by

¹⁰ Vale notar que a questão do cálculo da Renda Nacional é o primeiro ponto do relatório de Roberto Simonsen; de modo que Gudín simplesmente segue a sequência do relatório do CNPIC no ordenamento de sua contra-argumentação.

attacking his person and intentions.” (Perelman, p.318)

Os erros apontados por Gudin têm como origem as precárias estatísticas do Ministério de Trabalho utilizadas no relatório do conselheiro. Gudin inicia sua crítica na breve definição de Renda Nacional, dada por Simonsen, e citada em destaque na réplica: “(...) a soma da produção agrícola e industrial, mais a importação, menos a exportação (...)” Com base nesta citação Gudin desdobra sua argumentação crítica, subdividida em sete pontos, configurando sete erros no relatório do oponente.

(i) Erro ao desconsiderar o valor “líquido” de bens e serviços:

“(...) "renda nacional" é o valor total "liquido" da produção de mercadorias e serviços. Aqui também o qualificativo "líquido" é essencial. Se se computa o valor de um par de sapatos, não se pode computar também o do couro que serviu para fabricá-lo nem o das peles que serviram para fabricar o couro. Já aí está o primeiro erro elementar do cálculo da renda nacional feito pelo Ministério do Trabalho, que soma o valor do algodão com o dos tecidos de algodão, o da cana-de-açúcar com o do açúcar, o dos couros e peles com o do calçado, o da energia elétrica motora com o das mercadorias com ela fabricadas, etc.” p.57

Aqui temos o uso de argumentos *quasi-lógicos* através do uso do *ridículo*. Neste tipo de argumentação procura-se (como na redução por absurdo na geometria) aceitar a proposição que se quer contestar de modo a chegar a conclusões incompatíveis com proposições sobre as quais não há controvérsia. (Perelman, p.207)

A ilustração apresentada por Gudin oferece, por um breve momento, a aceitação da metodologia de cômputo da Renda Nacional presente no relatório de

Simonsen. A ilustração da fabricação de sapatos trabalha na direção da aceitação temporária da metodologia de cálculo contestada por Gudín. Assim, é formada a armadilha da incompatibilidade entre a dupla contagem no cômputo do valor dos sapatos e de sua matéria prima. Esta mesma técnica é utilizada na evidência do erro em desconsiderar a parcela de serviços no cálculo da Renda Nacional.

A maior parcela de instrumentos retóricos nas críticas ao cômputo da Renda Nacional é composta pelo uso de argumentos baseados em *exemplos* como forma de derivar as corretas regras de cálculo. Assim, criticando o erro da desconsideração da parcela de serviços nos cálculos apresentados por Simonsen, temos:

“Não há país algum em que se calcule renda nacional sem computar a enorme parcela dos serviços.” (*op.cit.* p.59)

A argumentação também recorre a contra-exemplos como forma de prevenir uma generalização indesejada. Esta variação da técnica argumentativa através do *exemplo* é explicitada por Perelman:

“In many statements (...) an essential role is also played by the invalidating case, the *exemplum in contrarium*, which prevents an unwarranted generalization by showing the incompatibility of the generalization with it and thereby indicates in which direction only it is permissible to generalize.” (*op.cit.* p.355)

No caso da condenação do uso do saldo das importações sobre as exportações (!), Gudín faz uso do *exemplum in contrarium* para invalidar esta forma de cômputo realizado pelo então Ministério do Trabalho e reproduzido no relatório de Simonsen. O autor remete esta metodologia de cálculo à forma precária como era realizado anteriormente na Inglaterra, na época em que o saldo das importações sobre as exportações refletia, de modo aproximado, a parcela de juros e amortizações que financiavam o balanço de pagamentos daquele país cuja

economia era credora do restante do mundo. (*ibid*)

Já no caso do cômputo do imposto sobre o consumo, Gudin recorre de forma sucinta ao argumento através do *ridículo*, visto que evidencia que ao se aceitar esta metodologia o resultado é absurdo: o imposto sobre consumo estaria sendo duplamente contabilizado:

“O único imposto que o Ministério adiciona é o imposto de consumo, que é justamente o único que não deveria adicionar, pois que, sendo pago pelo fabricante seu valor já está compreendido no valor da produção na fábrica.” p.60

A manipulação dos dados sobre a Renda Nacional, realizada no relatório de Roberto Simonsen, forneceu ao seu oponente a rara chance do uso do argumento através da *contradição*. O uso retórico da *contradição* é viável apenas excepcionalmente dado que as proposições realizadas através da linguagem ordinária permitem múltiplas interpretações, não tendo portanto a característica de serem perfeitamente unívocas e vulneráveis ao argumento através da *contradição*. (Perelman, p. 195)

“(…) it is permissible only in exceptional cases – when the speaker happens to borrow several links of his argument from a formal system – to claim the presence of a contradiction in the opponent’s system. Usually the line of argument tries to show that the theses one is disputing lead to an *incompatibility*, which resembles a contradiction in that it consists of two assertions between which a choice must be made, unless one rejects one or the other.” (*op.cit.* p.195/196)

Esta rara oportunidade surge devido à não correção da inflação acumulada da série histórica da Renda Nacional apresentada por Simonsen, ao mesmo tempo em que reclama da estagnação na evolução da mesma.

“Tampouco têm qualquer significação os gráficos apensos ao trabalho do Ministério, demonstrativos da progressão da renda nacional no período de 1919 a 1942 (se a tivessem, contraditariam a proposição do Conselheiro Simonsen de que nossa renda nacional está estacionária), pois nem sequer neles se introduziu qualquer coeficiente corretivo dos índices de preços, isso em um período de violenta alta desses preços.”

p. 60

Desta forma, a partir deste conjunto de observações, Gudin conclui seu objetivo de desacreditar um aspecto técnico e, nas suas próprias palavras, marginal ao mérito central da controvérsia. O objetivo retórico de atingir a credibilidade do seu interlocutor torna-se óbvio nas seguintes passagens:

“Assim, o cálculo da renda nacional feito pelo Ministério do Trabalho, que o Sr. Conselheiro Roberto Simonsen chama de *dado preciso relativo à renda nacional*, cuja divulgação recomenda em homenagem àquele Ministério, não tem valor algum. É mesmo uma leviandade chamar-se isso de cálculo da renda nacional.” p.60

(...)

“No tocante à proposta do Conselheiro Simonsen para que se quadruplique a renda nacional do Brasil em x anos, “para atender aos imperativos da nacionalidade”, isso é mais propriamente matéria literária. Até porque, como acabamos de ver, ainda não sabemos qual o algarismo que se propõe quadruplicar...” p.61

Há também o uso de formas auxiliares de argumentação: a *ironia* e a *metáfora*. No caso, o uso da *ironia* (“*dado preciso relativo à renda nacional*”), é possibilitado pelo fato de que nesta altura da réplica de Gudin, as posições de ambos os interlocutores serem conhecidas pela platéia permitindo portanto, o uso deste instrumento retórico. Este pré requisito no uso eficaz da *ironia* é paradoxal, pois este instrumento argumentativo é viabilizado somente quando a determinada

proposição já esta minimamente aceita pela platéia. (Perelman, p.208) Já o uso da *metáfora* (“matéria literária”) se origina na analogia entre as afirmações de Simonsen (cuja amostra representativa do ponto de vista de Gudin é citada acima) e o trabalho literário.

Apesar desta forte crítica, em momento algum em seu relatório Gudin abandona a idéia da necessidade de acelerar o crescimento econômico do país. Ou seja, um dos dois pilares centrais da argumentação de Simonsen é preservado. O segundo e mais importante pilar retórico – a necessidade do planejamento estatal neste desenvolvimento – é também preservado após passar por uma extensa crítica que veremos a seguir.

2.2 Segunda fase: desqualificação das ilustrações

Em seu parecer, Eugênio Gudin dedica um amplo espaço para desqualificar as ilustrações internacionais de planificação econômica utilizadas por Simonsen para dar sustentação à defesa do planejamento estatal como instrumento de desenvolvimento econômico do país. O instrumento retórico utilizado é o de *ligação de causalidade e direção* através do abundante uso de *ilustrações* históricas. Gudin trata de construir uma retrospectiva a respeito do tema de modo a explicitar as particularidades e consequências históricas dos vários casos de planificação citados por Simonsen realçando assim, a inadequação destas ilustrações de planejamento à realidade brasileira. Nesta parte da argumentação, Gudin já prepara a platéia para a evidência que irá lançar mão na parte central da réplica: a relação entre o planejamento proposto por Simonsen e a supressão da democracia.

O uso da *ligação causal* fica caracterizado pelo objetivo de contextualizar a idéia de planejamento estatal com suas variadas consequências históricas. Gudin forma três vertentes de *ligação causal* subdivididas em etapas (*argumento de direção*) caracterizadas pelos casos de planejamento estatal norte-americano, europeu-ocidental e soviético. Num primeiro plano, desenvolve as consequências da experiência norte-americana através do *New Deal*: a fuga de capitais, a lenta recuperação da economia e a resultante abdicação à idéia de planejamento. A segunda *ilustração* utilizada por Gudin como instrumento de seu argumento por *ligação causal* consiste em apresentar as consequências totalitárias e bélicas da planificação estatal nos países da Europa ocidental, ilustrados pelos casos alemão e italiano. Por último vem a desqualificação da ilustração soviética, tal como apresentada por Simonsen.

Um argumento auxiliar abundantemente utilizado no embasamento das razões e consequências da idéia de planejamento estatal no período entre-guerras é o uso de argumentos de *autoridade*. Neste caso o argumento de *autoridade* é elemento auxiliar da *ilustração* histórica com a qual Gudin constrói o seu argumento por *ligação causal*. As passagens abaixo fornecem os exemplos deste tipo de expediente retórico auxiliar:

(i) sobre os eventos que levaram ao fortalecimento da idéia de planejamento estatal:

“Sobre os desacertos cometidos pela grande nação líder da economia do mundo, no período de entre-guerras que estamos examinando, vamos dar a palavra aos próprios elementos oficiais do Governo Americano. Com relação à crise curta e violenta de 1920-21:

A crise nas transações internacionais dos Estados Unidos em 1920-21 foi o resultado do desordenado movimento inflacionista neste e em outros países, em consequência do abandono repentino de todos os controles e restrições do tempo de guerra... Uma forte depressão de

atividade econômica nos Estados Unidos em 1920, deu lugar a uma rápida queda das importações... e, pouco depois, das exportações... "Mais ainda, a política fiscal e de crédito, que havia continuado a ser altamente inflacionária no "boom" que se seguiu ao fim da guerra, foi invertida, tornando-se fortemente deflacionária na depressão." (The United States in the World Economy, Publicação do Ministério do Comércio – USA)

Em relação à Grande Depressão que teve início com o colapso de 1929-30, vejamos ainda o que dizem as autoridades americanas:

Em 1928 e 1929 o Sistema de Reserva Federal adotou uma política de deflação de crédito em conflito direto com as necessidades da estabilidade internacional... A defesa da posição das reservas degenerou em restrição de crédito mundial em um momento em que a queda geral de preços já era evidente... A política de restrição de crédito seguida pelo Sistema de Reserva Federal foi duplamente infeliz, pois que era diametralmente oposta ao objetivo da estabilidade internacional, e de necessidade muito duvidosa para a nossa economia doméstica... (Alvin Hansen)."

“Quanto à política aduaneira dos Estados Unidos, leiamos este trecho do discurso do Subsecretário de Estado Sumner Welles, de 7 de outubro de 1941:

Nossa política de tarifação aduaneira atingiu virtualmente a todos os recantos da Terra e levou pobreza e desespero a inúmeras comunhões... A miséria, a decepção e o ressentimento resultantes, juntamente com outras causas igualmente perniciosas, prepararam o caminho para aquelas mesmas ditaduras que mergulharam o mundo inteiro na guerra...

Muitos países estrangeiros que ainda não tinham conseguido

refazer-se do choque de nossos aumentos tarifários de 1921 e 1922 e que estavam cambaleando nas bordas do precipício da catástrofe econômica e financeira, foram empurrados ao abismo por nossas medidas tarifárias de 1930. Esforçaram-se tenazmente para encontrar outros mercados para suas exportações. Nesse processo, firmaram toda a sorte de combinações preferenciais, recorreram ao sistema de permutas, como se praticava no alvorecer da humanidade e adotaram convênios bilaterais para o intercâmbio e os pagamentos...

Nada mais se precisa acrescentar a essa demonstração, dada pelas próprias autoridades e economistas do Governo americano, dos tremendos desacertos praticados pelo país-líder da economia mundial no período de 1919 a 1933.”;

(i) sobre a superação da experiência do *New Deal*:

“Na mensagem dirigida ao Congresso Americano em abril de 1938, com que inaugurou o Temporary National Economic Committee (TNEC), Roosevelt definiu-o como um programa para preservar a iniciativa privada com objetivo de lucro, dando-lhe a liberdade de utilizar lucrativamente todos os recursos de capital e de trabalho... para fazer cessar a intromissão do coletivismo nos negócios e para voltar à ordem econômica e democrática da livre concorrência.

Em maio de 1942, em seu famoso discurso de Arlington, Sumner Welles, Secretário de Estado, dizia:

Penso que aqui neste país continuaremos a encontrar o melhor caminho para o nosso bem-estar, como para o de outros povos, em um sistema que dará o maior incentivo e oportunidade à iniciativa individual. É neste clima que nossos cidadãos construíram um país grande e forte. Uma segura orientação nacional, dirigida no sentido do benefício da maioria e não da minoria, com segurança real e igualdade

de oportunidade para todos, confiança no engenho, na iniciativa e na capacidade de empreendimento dos indivíduos, de preferência a qualquer forma de gerência burocrática, é que assegurarão no futuro as liberdades e promoverão o bem-estar de nosso povo.” (op.cit. p. 65-70)

As *ilustrações* dos casos português, alemão e italiano constituem a Segunda vertente das três sequências ilustrativas tendo como pano de fundo a *ligação causal*:

“Mas não foi o "New Deal" americano o único exemplo de planificação econômica pelo Estado. Na Itália e em Portugal, o caos econômico e político abriu as portas de Roma e de Lisboa a Mussolini e a Salazar, decanos das ditaduras européias.

(...) no caso da Alemanha hitlerista, não faltava quem admirasse o milagre da supressão do desemprego, em contraste com os países vizinhos, sem perceber que essa supressão só se devia à atividade febril no preparo da guerra e na fabricação de armas e munições.”
(*op.cit. p.70*)

Finalmente em conjunto com as ilustrações de planejamento vinculado às ditaduras européias está o caso da planificação soviética. Além da óbvia ligação com o autoritarismo, Gudin procura desqualificar esta *ilustração* utilizada por Simonsen colocando a experiência de rápido desenvolvimento proporcionado pelos planos quinquenais na categoria de um evento singular e, portanto, não aplicável ao Brasil.

As considerações de Gudin sobre o indiscutível sucesso dos planos quinquenais e o uso do argumento de autoridade através de declarações de Stalin, apresentam um nítido exemplo de como as crenças pré-existentes da platéia influenciam (por vezes de modo radical) a estratégia de argumentação. Diante do contexto histórico da época (início de 1945) o prestígio da liderança soviética era gigantesco não apenas pela contribuição decisiva no desfecho da

Guerra, que estava terminando mas também em relação ao rápido desenvolvimento industrial cuja resultante bélica estava sendo demonstrada na confrontação militar. Assim, declarações de Iosif Stalin serviam como argumento de autoridade naquele particular momento. Não é de se estranhar que seja o autor mais citado por Eugênio Gudín no decorrer de sua réplica. O argumento de autoridade é usado para mostrar a singularidade dos recursos naturais que somam a favor do caso soviético:

“Finalmente, a Rússia pagou com os inúmeros recursos de um país riquíssimo.

As riquezas naturais existem entre nós em maior abundância do que em qualquer outro país. Para só falar nos Urais, temos um conjunto único de recursos: minerais, carvão, petróleo, trigo... Temos tudo no país, com exceção talvez da borracha... De riquezas naturais, temos ampla provisão, mais mesmo do que é necessário. (Stalin, discurso de 4/02/31 à Conferência dos Dirigentes da Indústria) “ (op.cit, p.72)

Outro exemplo de argumento de autoridade:

“A Rússia pagou, com a supressão da liberdade de escolha do consumidor (*freedom of choice*), cujas preferências não se refletiam sobre os preços, que ele não tinha o poder de fazer subir nem descer.. A liberdade de escolha de mercadorias e de emprego, restrita, a primeira pelo sistema de preços e de impostos, a segunda pelo método de recrutamento de trabalho e pela rigidez da produção planificada.”
(J. Marschack, Introd. a Management) (*ibid*)

A conclusão da etapa da réplica em que procura desqualificar as ilustrações internacionais apresentadas por Roberto Simonsen é clara: a ilustração do *New Deal* não é válida pois foi um fracasso admitido pelos seus criadores; os casos de planejamento na Europa Ocidental foi obra de ditaduras que levaram o mundo a

Segunda Guerra Mundial e, por fim, o exemplo soviético é um caso à parte não podendo ser aplicado à realidade brasileira. (op.cit. p.73).

2.3 Terceira fase: a estratégia central

Após atacar a metodologia de cálculo da Renda Nacional e desqualificar as ilustrações internacionais de planejamento econômico formuladas por Simonsen, Gudín passa para o terceiro ponto de crítica que ira servir de preâmbulo à estratégia da contra-argumentação central.

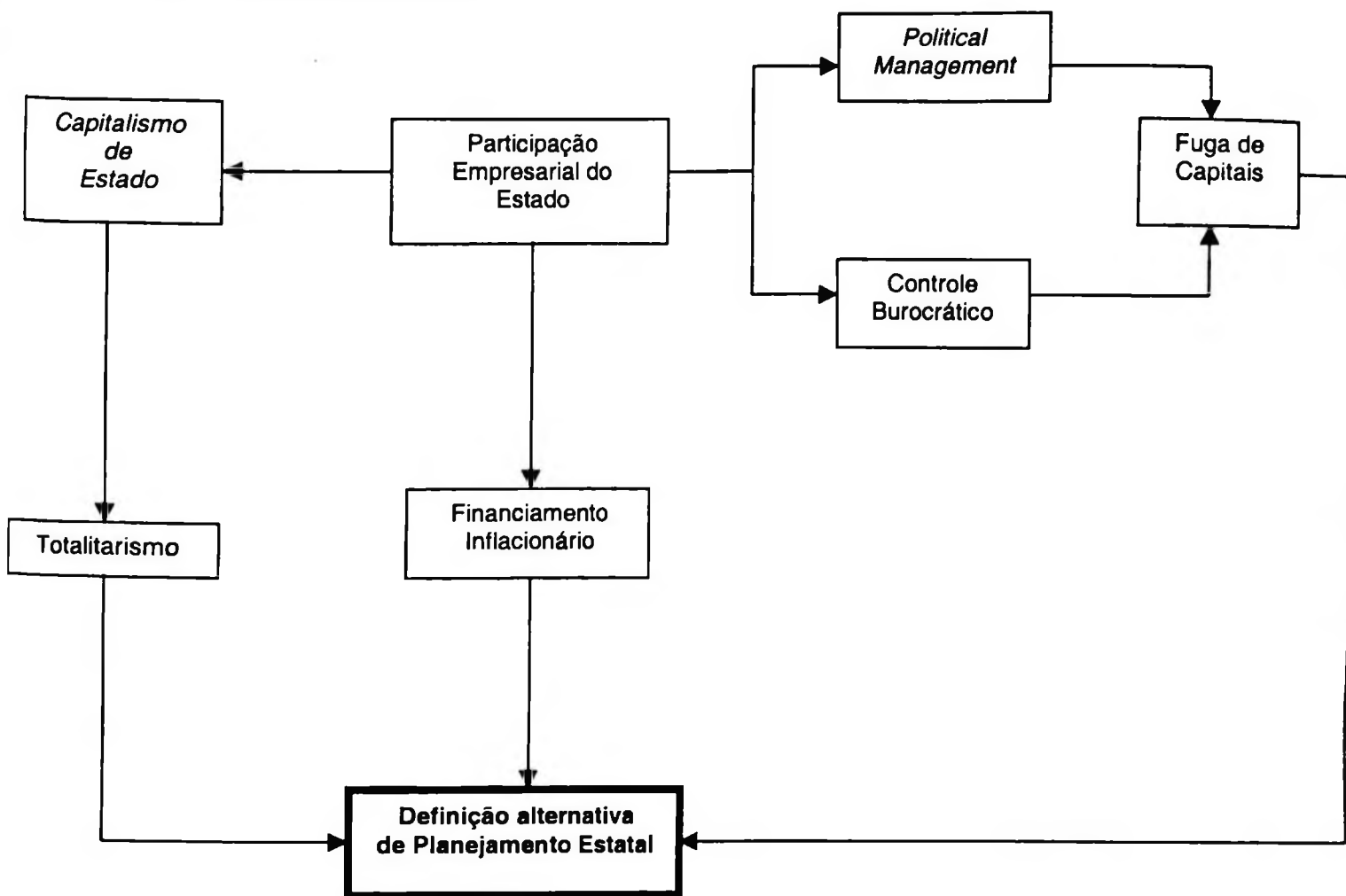
Diferentemente de seu oponente, o ponto central da argumentação de Eugênio Gudín esta relacionado ao uso de argumentos *quasi-lógicos* privilegiando assim uma aparência de racionalidade formal como apelo retórico. O pano de fundo do ponto central de sua contra-argumentação está, ao meu ver, no uso uma das mais importantes técnicas de retórica: a argumentação através do uso do *ridículo*.

O uso do *ridículo* como instrumento de argumentação consiste em aceitar provisoriamente a proposição adversária para em seguida derivar as diversas consequências da proposição que se quer combater. O uso desta técnica exige que as consequências derivadas da proposição inicial sejam reconhecidamente inaceitáveis.

“(...) the most characteristic form of *quasi-logical* argumentation by the *ridiculous* consist in temporarily accepting a statement contradictory to that one wishes to defend, deducing its consequences, showing their incompatibility with what is accepted on other grounds, and thereby inferring the truth of the proposition being defended. (Perelman, p.207)”

Sendo coerente com esta estratégia, Eugênio Gudín aceita provisoriamente a proposição de planejamento estatal formulada no relatório de seu oponente. Desta forma o autor deriva três vertentes argumentativas a partir das quais serão

Representação esquemática da argumentação central do parecer de Eugênio Gudín



formadas as consequências do planejamento tal como proposto por Simonsen. Os três desdobramentos, de acordo com Gudín, desembocam no totalitarismo, na fuga de capitais e no descontrole inflacionário. Ou seja, os desdobramentos encontrados por Gudín possuem a característica apropriada para tornar eficiente o argumento através do *ridículo*: são inaceitáveis.

Curiosamente ao traçar três vertentes de proposições para defender a idéia central de que o planejamento (tal como proposto por Simonsen) era desastroso para a economia do país, Gudin segue a estratégia contida nas prescrições das aulas de retórica de Adam Smith. Ao traçar as estratégias básicas do discurso “didático”, especialmente útil na retórica científica, Smith defende que a sustentação de uma determinada proposição central deve ser realizada idealmente por três proposições auxiliares, na medida em que o número *três* facilitaria a compreensão da audiência.

“But it will often happen that in order to prove the capital proposition it will be necessary to prove several subordinate ones. (...) We are to observe however that these subordinate propositions should not be above 5 at most. When they exceed this number the mind can not easily comprehend them at one view; and the whole runs into confusion. Three or there about is a very proper number; and it is observed that this number is much more easily comprehended and appears more complete than 2 our four. (...) Three is the number of all others the most easily comprehended; we immediately perceive a middle and one on each side.” (Smith: 142/143, 1983)

Parece evidente que tais recomendações traziam consigo a idéia implícita de um orador como emissor da mensagem e, portanto, a parcimônia no número de argumentos utilizado era um detalhe relevante na medida em que afetava a capacidade do público de memorizar e acompanhar o discurso. Não deixa de ser notável que tanto Gudin (na elaboração de sua contra-argumentação central) como Simonsen (ao embalar sua idéia-núcleo) recorrem a três proposições auxiliares para sustentar suas respectivas posições. Talvez o “equilíbrio” do número “três”, herdado da tradição do discurso oral, estivesse presente na mente de ambos.

2.3.1 Primeira consequência: o financiamento inflacionário

O terceiro ponto do relatório criticado, por Gudin, está na proposição de Simonsen de que a iniciativa privada nacional não teria condições autônomas de promover o crescimento econômico no ritmo necessário ao país. A crítica a este aspecto é a mais relevante das três, na medida em que abre o caminho para a segunda parte do relatório, apresentando de antemão a principal estratégia retórica desta controvérsia – a defesa do planejamento econômico. Neste terceiro aspecto de crítica, Gudin deixa explícito a discordância quanto ao caráter do planejamento proposto Simonsen abrindo caminho para a formulação da “correta” concepção de planejamento estatal cujos aspectos esmiuça na segunda parte de sua réplica.

De início Gudin traça as principais consequências adversas da participação empresarial do Estado. A principal consequência estaria no financiamento inflacionário de tal iniciativa na medida em que o Estado não gera receita própria. Ou seja, a lógica da ação estatal por conta da falta de fôlego financeiro do setor privado esbarraria na fonte inflacionaria de tal estratégia.

“Há muito quem pense - e pense erradamente - que muitos dos empreendimentos não se poderiam ter realizado porque a economia privada não dispõe de recursos suficientes e porque só o Estado tem capacidade financeira para tanto. É um erro, baseado na idéia de que o Estado pode forjar capital. O que o Estado forja é papel-moeda e empréstimos bancários, por inflação de crédito, e foi isso que se fez no Brasil. Mas papel pintado só é capital na cabeça dos inocentes. O que o papel-moeda faz é tirar do povo para as mãos do Governo que emite o dinheiro. A emissão de papel-moeda dá lugar à *privação forçada*; é um imposto, não direi como outro qualquer, porque é o pior deles. São proposições elementares que qualquer livro de Economia esclarece. Para não citar melhor, leia-se do próprio autor "Princípios de Economia

Monetária", págs. 242 a 262 ou "Ensaios", Capítulo 1. Voltaremos aliás ao assunto, neste mesmo parecer, ao tratar da questão da formação e aplicação do capital." p.82

Aqui temos novamente o uso do argumento *quasi-logico* através do uso do *ridículo*. Lembrando Perelman:

"Ridicule is usually connected with the fact that a rule has been unconsciously violated or opposed, through ignorance either of the rule itself or of the disastrous consequences of a thesis or of an action. Ridicule works toward the preservation of what is accepted; a simple unwarranted change in opinion, that is, an opposition to what he had previously stated, makes the speaker liable to ridicule." *op.cit.* p. 206

Assim, na defesa da não inação do Estado na qualidade de empreendedor, Gudin enfatiza a contradição presente na idéia do Estado provedor de capital, como forma de superar a falta de fôlego financeiro do setor privado, na medida em que a capacidade financeira do setor público divorciada do setor privado possui na sua essência caráter inflacionário. A argumentação procura insinuar a ignorância de Simonsen sobre proposições elementares de economia, remetendo inclusive ao trabalho do próprio autor da contra argumentação.

Ao encerrar esta primeira vertente de sua argumentação central, tendo como pano de fundo o argumento através do *ridículo*, Gudin, estabelece o descontrole inflacionário como o primeiro desdobramento da hipótese do país assumir o planejamento estatal tal como proposto por Simonsen.

2.3.1 Segunda consequência: a fuga de capitais

A segunda consequência nefasta da concepção de planejamento defendida por Simonsen estaria na fuga de capitais por conta dos efeitos colaterais do Estado-empresário: a gestão política da administração empresarial e a máquina burocrática inerente à administração pública, geradora de corrupção. Estes dois efeitos colaterais da iniciativa direta do Estado convergiriam para desincentivar a entrada e promover a fuga de capitais do país. Neste caso, temos novamente o uso da *ligação de causalidade* reforçada por argumentos de autoridade. Em relação ao controle burocrático, Gudín cita novamente Iossif Stalin:

“Veja-se na Rússia, como Stalin, em tantos de seus discursos, invectiva paradoxalmente a burocracia que criou, ao referir-se aos métodos de direção dessa burocracia de papelada, perigosa moléstia, como o mostrou ser a história da Bacia do Donetz e a das empresas da indústria leve e das indústrias de alimentação, burocracia que fez seu ninho em todos os setores industriais, cujo desenvolvimento entrouvrou e que, se não for liquidada fará a indústria mancar das duas pernas.”
(*op.cit.* p.83)

Há também o uso do argumento através da *regra da justiça (rule of justice)*, quando Gudín apela para a necessidade de “igualdade de condições” entre as iniciativas privada e estatal:

“E qual seria também o capital nacional que se arriscaria a empreendimentos industriais, ao ver que os interesses de seus concorrentes já instalados estão ao abrigo do amplo e tutelar guarda-sol paternalístico do Estado? O capital estrangeiro ou nacional, aspira naturalmente a concorrer e a lutar, em igualdade de condições com seus competidores do mesmo ramo, mas não a lutar contra o Estado

todo poderoso.” (*ibid*)

O argumento através da regra da justiça faz uso argumentativo do princípio segundo o qual elementos de categorias essencialmente idênticos são merecedores de tratamento equivalente. (Perelman, *The Idea of Justice and the Problem of Argument*, p.15). Neste caso os elementos semelhantes são a iniciativa empresarial tanto do capital privado como o do Estado, assim reclama-se o tratamento igual para ambas. Esta técnica argumentativa será também utilizada na defesa da igualdade de tratamento entre o capital nacional e estrangeiro, no momento em que Gudin faz sua recomendação de diretivas de política econômica ao finalizar seu relatório.

Assim, ao fim deste desdobramento de sua argumentação central, Gudin consolida a segunda consequência inaceitável caso o país escolha a estratégia desenvolvimentista de Simonsen – a fuga de capitais.

2.3.3 Terceira consequência: o totalitarismo

No terceiro braço de sua argumentação central Gudin dedica um grande esforço argumentativo para vincular a concepção de planejamento, formulada por Simonsen, à supressão da democracia. Aqui o autor novamente calca seu esforço persuasivo no argumento de *autoridade*:

“Razão tem Hayek ao escrever que *o estadista democrático que se meter a planificar a vida econômica será logo defrontado pela alternativa de assumir poderes ditatoriais ou abandonar seus planos.* (op.cit. p.68)

(...)

Stalin estava pois coberto de razão, quando, em entrevista concedida

ao famoso escritor inglês H. G. Wells, dizia-lhe, a propósito do *New Deal* americano, que é preciso saber-se o que se quer: ou economia liberal, respeito ao capital e incentivo à sua aplicação, ou comunismo, capitalismo de Estado. Importa adotar um ou outro sistema e não qualquer mistura dos dois. (*op.cit.* p.80)

Com intuito de reforçar a vocação autoritária da idéia de planejamento estatal, Gudin também faz uso de *analogias*:

"O *laissez-faire*, escreve L. Rougier, podia-se comparar a um regime em que os veículos podiam circular à vontade sem obediência a qualquer regulamento e em que os veículos pesados forçavam os mais leves a ceder-lhes o passo. O Estado Socialista seria o Estado em que a autoridade central fixaria imperativamente a rota e o percurso de cada veículo. O Estado Liberal é aquele em que os veículos podem ser conduzidos ao destino de livre escolha de seus condutores, mas com a obrigação de respeitar o código de trânsito". (*op.cit.* p.62)

Nestes casos, a evocação do argumento de *autoridade* é auxiliar a uma manobra retórica de maior alcance: a argumentação por *incompatibilidade* evidenciando a contradição entre a defesa do planejamento Estatal e o regime democrático. A linha argumentativa de Gudin procura deixar claro que a tese defendida por Simonsen irá necessariamente levar à escolha compulsória entre democracia e planejamento.

É evidente que diante do contexto histórico da época (com a perspectiva de redemocratização européia) a aceitação de que o planejamento e democracia são mutuamente excludentes certamente tornava inviável a primeira opção.

Assim, em sua argumentação central, Gudin estabelece três vertentes argumentativas cujo ponto de partida é o mesmo: a hipótese de aceitação da proposta de planejamento econômico de seu oponente. As três consequências derivadas, quais sejam a fuga de capitais, o descontrole inflacionário e o

totalitarismo convergem para a conclusão de que o conjunto de consequências da proposta de Roberto Simonsen é indiscutivelmente inaceitável. O fato de terem a mesma origem e destino configura que estas três vertentes fazem parte de um mesmo cenário retórico caracterizando um esforço de persuasão através do que Perelman define como uso do *ridículo*.

2.3.4 Finalização da argumentação central: a defesa de “outro” planejamento

Após criticar os diversos pontos do relatório de Simonsen Gudín volta-se para a sua concepção de planejamento econômico. Esta é sem dúvida a parte mais relevante da réplica de Gudín, embutindo a estratégia-chave da retórica do autor: compatibilizar sua idéia-núcleo com uma concepção de planejamento estatal. O autor lança mão da técnica de argumentação através do uso de *definição*.

“(...) all those who argue in favor of some definitions want it, through some slant or other, to influence the use which would probably have been made of the concept had they not intervened and mostly to influence the relations of the concept with the whole system of thought, and this without causing the former usages and relations to be completely forgotten.” (Perelman, p.213)

Gudín não apenas define de forma condensada a correta (na sua concepção) função do Estado na esfera econômica mas relaciona esta definição ao sentido do termo *planejamento*. O elevado prestígio da idéia de planejamento da atividade econômica entre a platéia faz com que o autor não possa se dar ao luxo de descartar este conceito na defesa de suas posições. Ao adaptar o conceito de

planejamento à definição do que ele mesmo chama de “Economia Liberal” Gudin lança mão de um arcabouço semelhante ao de Simonsen para a adaptação de sua mensagem à audiência.

“Na esfera das atividades privadas a função do Estado Liberal é, como dizem os ingleses, *a de estabelecer as regras do jogo, mas não a de jogar*. Isso não importa porém, de forma alguma, em dizer que o Estado se desinteresse da Economia, aqui ou em qualquer outro país. No Brasil nunca precisamos tanto de uma colaboração inteligente e eficaz do Estado para o progresso de nossa economia como na atual conjuntura, em que é premente a necessidade de uma série de medidas legislativas e administrativas capazes de permitir e facilitar a expansão e o progresso econômico do país. “ (op.cit. p.84)

Nesta passagem o autor faz uso da *metáfora* como auxiliar na sua definição do papel do Estado na economia. Esta *metáfora* é uma derivação da *analogia* cujo *phoros* é a relação “jogador – regra do jogo” o *theme* é a estrutura “Estado – política econômica”, ambas pertencendo a esferas distintas, permitindo assim o colapso da *analogia* para formar a *metáfora*: “Estado – regra do jogo”.

A seguinte passagem explicita a principal estratégia retórica de Gudin, comentada acima:

“Batizar de *plano* esse conjunto de medidas, é pura questão de terminologia e sobretudo de moda, desde que se entenda por *plano* a velha função do Estado de fomentar a expansão econômica do país, sem invasão do campo de atividades que nas democracias competem à iniciativa privada.” (op.cit. p. 85) (*grifo nosso*)

Certamente que “batizar de *plano* esse conjunto de medidas” é muito mais do que

uma questão de “terminologia” ou de “moda”. É uma questão de retórica.

A partir deste ponto ao estabelecer as diretrizes centrais para a formulação da política econômica a partir das quais irá estruturar a sua idéia núcleo, Gudin se apropria da terminologia do “plano”. Não por acaso a ante-sala da parte de seu parecer referente às diretrizes de política econômica recebe o sugestivo título de “O Sentido de Nosso Planejamento”. (op.cit. p.84)

2.4 *Preâmbulo da idéia-núcleo: diretrizes de política econômica*

2.4.1 *A estabilidade do nível de preços*

Assim, a defesa da estabilidade monetária é posta como condição *sine qua non* para a eficiência do planejamento econômico:

“Não há *plano* possível sem ordem monetária. A preliminar de qualquer plano é o restabelecimento dessa ordem, primeira providência, a meu ver, para a qual esta Comissão deve voltar sua atenção.”

Ao se apropriar da retórica da planificação Gudin passa a utilizar os chamados argumentos baseados na *estrutura da realidade*. A passagem acima evidencia o uso do argumento *pragmático* na medida em o valor dado à estabilização inflacionária é o de permitir a planificação. Citando Perelman:

“We call that argument *pragmatic* which permits the evaluation of an act or an event in terms of its favorable or unfavorable consequences.” (p.266)

2.4.2 Direcionamento dos investimentos

Na defesa da reversão da situação de hiperinvestimento da economia Gudin faz amplo uso de *exemplos, analogias e metáforas* de forma a definir três princípios a partir dos quais irá concluir a necessidade de reduzir o volume de investimentos no país. A formação destes princípios configura o uso da técnica retórica de *direção como assessora do argumento de ligação causal*. O recurso ao argumento de *direção* é vital neste caso pois o autor tem de defender uma proposição aparentemente indigesta para o público leigo qual seja a redução do investimento como coadjuvante de uma política de estabilização do nível de preços. Assim, ao subdividir a ligação causal em três estágios Gudin prepara a platéia para a ligação causal entre hiperinvestimento e o descontrole inflacionário.

A caracterização do uso do *exemplo*, neste caso é dada pelo objetivo de estabelecer uma determinada regra, ao passo em que o papel da *ilustração* é de reforçar a aderência a uma determinada regra já aceita. (Perelman, p.357)

“(...) peço permissão para invocar a atenção da Comissão para os seguintes três princípios:

1º Princípio - Uma vez atingido o "emprego total" novos empreendimentos farão subir os preços mas não farão crescer a produção.

(...)

“Suponhamos que haja dentro de um grande edifício 1.000 pessoas trabalhando em vários misteres: (...) Se entrar pela porta do edifício a dentro um cidadão com os bolsos recheados de dinheiro e com o propósito de realizar novos empreendimentos ou novas produções e passar a convidar vários grupos de pessoas a abandonar as tarefas em que estavam empenhadas para virem trabalhar nesses seus novos empreendimentos, os preços subirão por força dos salários mais altos que ele tem de oferecer para atrair os fatores de produção de que precisa, mas a produção total não aumentará, porquanto o que se

passa a produzir a mais é compensado pelo que se deixa de produzir.”

“2º Princípio - Para uma situação de inflação e de emprego total (como a atual) o remédio é o de estancar a inflação e não o de tentar aumentar a produção.

(...)

“Suponhamos que se trate de calçado, por exemplo. Vamos procurar comprar couro em maior quantidade e fazer trabalhar os operários maior número de horas. Mas, assim fazendo, a nossa procura adicional de couro vai fazer subir ainda mais o preço desse material; os operários de outras fábricas só virão para a nossa atraídos por melhor salário; (...) O aumento de custo da produção nos obrigará a elevar os preços de venda. (...) Uma vez concluída nossa produção suplementar verificaremos, entretanto, que a procura de calçado na nossa loja continua muito intensa em relação à quantidade de mercadorias postas à venda. Se repetimos o processo procurando novamente aumentar a produção, o ciclo será o mesmo e idêntico o resultado: preços cada vez mais altos e produção insuficiente.”

“3º Princípio - Porque se impõe a necessidade de moderar as "obras novas".

(,,)

Se imaginarmos 20 pessoas trabalhando numa ilha isolada e dedicando suas atividades, de acordo com o princípio da divisão do trabalho, (...) haverá 17 pessoas, digamos, dentre as 20, trabalhando para produzir os artigos de consumo necessários à vida e ao conforto de todos. (...) a atividade dos 3 restantes pode, e mesmo deve, ser aplicada à melhoria do aparelhamento econômico da ilha.

(...) Suponhamos, porém, que, na ânsia de progredir, decidisse a comunhão aumentar mais rapidamente o aparelhamento econômico da ilha e passar de 3 para 5 e depois para 7 e para 10 o número de

indivíduos cuja atividade se aplica aos novos investimentos.

O que aconteceria? (...) a escassez dos produtos de consumo conduziria fatalmente à alta de preços desses produtos. (...) E, se a comunhão, na ânsia de aumentar o seu aparelhamento, decidisse que todos os 20 passariam a trabalhar em novos investimentos, todos morreriam de fome em meio da construção dos palácios, das estradas, dos portos, das fábricas, etc.

É evidente, portanto, que, em qualquer comunhão econômica, há de haver um equilíbrio entre a produção de artigos e serviços para consumo e a produção aplicada a novos investimentos.” (pp. 95-97)

O segundo passo da estratégia retórica é o do argumento por *metáfora*. O autor constrói a metáfora a partir da analogia baseada no exemplo da ilha. Sendo fiel à construção da analogia trata de formar o *phoros* e o *theme* em esferas distintas: “inflação – ilha” e “Brasil – hiperinvestimento”. A fusão de ambas as estruturas cria a metáfora de Gudin: o Brasil é a ilha.

“Nossa situação, na atual conjuntura, muito se assemelha à daquela ilha, que acima figurei, em que das 20 pessoas que a habitavam, começou-se a destacar um número cada vez maior para trabalhar em obras novas e em investimentos Acabava-se morrendo de fome.”

Neste ponto vale abrir um parêntesis para destacar uma característica das metáforas utilizadas por Gudin, que pode ser vista como uma típica qualidade deste instrumento retórico utilizado para fins não literários. Esta característica está na ausência de originalidade e no uso repetido da *metáfora* - qualidades evitadas quando os objetivos são literários.

“ A good literary metaphor should be surprising and unexpected (...)

Scientific metaphors, on the contrary, are to be overused. They undergo public articulation (indeed, this is the mark of a good

metaphor), and the proposed similarities between the two subjects are extensively explored, sometimes by entire generations of researchers. Of course, these metaphors must be intelligible, but not so much so as to discourage research.” (Bicchieri, p.113)

Assim, para os propósitos do parecer, o uso repetido da metáfora da “ilha” (que originalmente aparece como *analogia*) ou a citação da metáfora do “trânsito” (ao comparar o “laissez-faire” com o socialismo) atinge plenamente seus objetivos. O que se persegue não é a originalidade autoral e/ou uso parcimonioso da *metáfora* e sim a sua força ilustrativa sancionada pela repetição e/ou citação.

Após subdividir seu argumento de *ligação causal* através da técnica de *direção* o autor chega à conclusão desejada ligando a situação de hiperinvestimento com o descontrole do nível de preços.

2.4.3 Aprofundamento dos mecanismos concorrenciais

Ao traçar as diretrizes para o comércio exterior, Gudin critica a ação direta da política econômica na promoção de saldos favoráveis de comércio exterior. Para Gudin a ação do Estado deve ter em vista o conjunto do balanço de pagamentos através da garantia da estabilidade inflacionaria; pela atração de investimento estrangeiro e promoção da pauta de exportações do país em foros internacionais. O autor faz uso da *definição* do termo mercantilismo como instrumento de persuasão. Ao defender a sua concepção em relação ao comércio exterior, Gudin se contrapõe ao que chama de “espírito mercantilista”. A identificação de determinadas práticas com a idéia de mercantilismo serve como ponto de apoio para caracterizá-las como obsoletas.

“A idéia ainda dominante entre nossos homens de negócio e até homens de Estado é a de que o país lucra quando o comércio com

outros países apresenta saldos que lhe proporcionam disponibilidades em moeda estrangeira e perde quando, ao contrário, o balanço lhe é "desfavorável". Exportar o mais possível e importar o menos possível é o lema dominante. Pensa-se em exportação como a operação que traz dinheiro para o país e em importação como a que o retira.

Isso ainda é, aqui como em muita outra parte, o ranço do espírito mercantilista dos escritores dos séculos XVII e XVIII, que pensavam que o dinheiro era a riqueza de uma nação e que o comércio internacional devia sempre ser dirigido no sentido de obter-se saldos em dinheiro." p.102

Apesar de se colocar conceitualmente contra qualquer tipo de protecionismo aduaneiro, podemos detectar o uso do argumento *pragmático* em benefício de medidas temporárias de modo a permitir a proteção a atividades industriais nascentes:

"O único argumento em favor do protecionismo aduaneiro é o de que ele é necessário para dar às indústrias nascentes do país o tempo indispensável para adquirirem a experiência e se familiarizarem com a técnica de uma produção nova." p.107

Este é um típico exemplo de argumento pragmático na medida em que a avaliação de uma determinada ação (no caso, o protecionismo comercial) é realizada de acordo com as consequências de tal ato. (Perelman, p.266) Neste mesmo sentido há o uso de argumento de *autoridade*:

Também o Sr. Morris Cooke, depois de sua visita ao Brasil, escreve, (...): *Tarifas proibitivas constituem um amparo para as indústrias nascentes, mas quando mantidas depois que as crianças estão crescidas elas preparam o caminho para o desastre.*

Longe entretanto de se moderar, as exigências das indústrias,

expressas por suas associações de classe e pelos seus próceres, só fazem crescer.” p.108

2.4.4 Atração do capital estrangeiro & produtividade

Ao defender as diretrizes em relação ao desenvolvimento econômico Gudin destaca a necessidade de incrementar a produtividade da economia. Neste contexto são abordadas as questões das vantagens comparativas; as condições para direcionamento dos investimentos, a atração de capital estrangeiro e a capacitação técnica do país. Em cada um destes tópicos há o uso de instrumentos de retórica. A principal manobra argumentativa neste caso é a de ligação *causal* cujo objetivo final é a defesa de uma série de recomendações de política econômica cujo aspecto central é o aprofundamento da concorrência na economia brasileira. Ao evidenciar o papel primordial desempenhado pela produtividade no desenvolvimento econômico Gudin abre o caminho da ligação de causalidade entre as medidas defendidas e o desenvolvimento do país.

Na defesa da idéia de vantagens comparativas o argumento de *autoridade* é mais amplamente utilizado para realçar a importância da idéia de vantagens comparativas na formação da Renda Nacional:

“Colin Clark, de certo um dos maiores economistas especializados em assuntos de Renda Nacional, no estudo comparativo que fez, em seu recente "Conditions of Economic Progress" da "renda nacional per capita", reduziu, para facilitar a comparação, as rendas nacionais dos vários países a uma "unidade internacional" igual a um dólar do poder de compra do dólar americano no período 1925-34. (...) Dos 7 países de renda nacional mais alta do mundo, três (Nova Zelândia, Argentina e Austrália) são de economia preponderantemente agrícola.” p.115

Desta forma, Gudín prepara as condições para a utilização do argumento *pragmático* no sentido de defender a vocação agrícola da economia brasileira e, portanto, da irracionalidade de arcar com o custo protecionista de certas atividades industriais. (*op.cit.* p.116)

Em relação às condições necessárias ao investimento, Gudín faz uso do argumento de *autoridade* para condenar a “animosidade” em relação ao capital: a instabilidade legislativa; a concorrência estatal nas atividades privadas e a ação da Justiça do Trabalho. O argumento de *autoridade* apoia-se (novamente) em Stalin:

“É ainda o preceito de Stalin: *na Economia Liberal não pode haver animosidade contra o capital* (o que não impede que haja sanções legais contra seus abusos). (p.120)

A mesma técnica argumentativa encontra-se na defesa de uma política de crédito seletivo direcionado a atividades que aumentassem a produtividade, Gudín remete à longos trechos da prestigiada revista inglesa *The Economist*:

“Do total da formação do capital, uma proporção excessiva pode-se aplicar em coisas que não aumentam a produtividade e uma proporção diminuta em equipamento produtivo. A construção de casas residenciais, por exemplo, é uma modalidade de formação de capital. Ela é, de certo desejável e, indubitavelmente, aumenta o bem-estar da comunidade. Mas não aumenta a capacidade produtiva. Se um operário recebe uma nova máquina-ferramenta, ele pode produzir mais no próximo ano do que neste; se ele recebe uma nova casa, o mesmo não se dá. Isso não quer dizer que construção de casas seja desperdício, indesejável ou desnecessário, mas quer dizer que uma comunidade empenhada em aumentar sua capacidade de produção deve velar não só por que seu volume anual de economias seja suficiente e utilizado na formação de capital, mas também que uma forte proporção dessa formação de capital seja dirigida para o aumento da produtividade

nacional".

Neste trecho temos simultaneamente o argumento de *autoridade* e o *exemplo* na medida em que por meio desta última técnica pretende-se estabelecer uma regra. (Perelman, 352) A mesma técnica através do *exemplo* é utilizada na defesa de uma política tributária favorável ao investimento via desconto de prejuízos e reinvestimentos do imposto sobre a renda:

“A tendência hoje, nos Estados Unidos, é de basear o imposto de renda na média do lucro positivo de 5 anos, levando em conta os prejuízos.”

p.122

Na defesa de condições de atração de capitais estrangeiros Gudín faz novamente uso do argumentos de *justiça* na medida em que advoga tratamento igual entre o capital nacional e estrangeiro. A principal problemática deste tipo de argumento é o fato de que os objetos ou situações envolvidos devem ser de mesma natureza de modo a permitir a manobra argumentativa. Neste caso esta deficiência é óbvia: a posterior contra-argumentação de Roberto Simonsen pretende desqualificar esta suposta semelhança entre o capital nacional e estrangeiro.

2.5 A idéia-núcleo

A idéia-núcleo do relatório de Eugênio Gudín é consideravelmente mais extensa e sofisticada em relação ao seu oponente. O próprio autor teve dificuldade de consolidá-la. Abaixo estão os principais recomendações de política econômica formuladas por Gudín. Como dito anteriormente a idéia núcleo não

possui componentes de retórica, trata-se da mensagem original pretendida pelo emissor desnuda da adaptação às crenças da platéia.

Aprofundamento dos mecanismos concorrenciais:

- retorno para o campo da iniciativa privada dos empreendimentos industriais do Estado e desregulamentação setorial;
- proteção aduaneira não superior a 33% (salvo exceções);
- depreciação gradativa da taxa de câmbio real de modo a extinguir a licença prévia;
- realização de inquérito industrial a cada cinco anos de modo a avaliar a evolução da produtividade e possibilitar a redução da margem protecionista;
- criação de organismo técnico-jurídico na defesa da livre concorrência;

Estabilidade do nível de preços:

- política monetária voltada preferencialmente para a estabilidade do nível de preços através de um Banco Central;
- imediata redução do volume de obras e investimento do Governo Federal ou por ele financiados;

Atração do capital estrangeiro:

- criação de organismo técnico-jurídico dos direitos de patentes;
- igualdade de tratamento entre o capital nacional estrangeiro;
- supressão de todas as restrições e impostos sobre a remessa de lucros, juros e dividendos de capitais estrangeiros investidos no país;

Direcionamento dos investimentos:

- alívio tributário para atividades e crédito seletivo para atividades que possam incrementar a produtividade;
- uso de parcela dos recursos de previdência social em investimentos de preferência via mercado acionário;

3. Réplica e tréplica final

O epicentro da réplica de Roberto Simonsen e da tréplica final de Eugênio Gudin na Controvérsia do Planejamento, possui muitas semelhanças. O ponto central da argumentação de ambos está na tentativa de atingir a credibilidade do oponente e de se apresentar como os defensores da correta noção de planejamento.

A primeira característica – o ataque à credibilidade do adversário – é realizada basicamente através de citações do relatório e parecer anteriores de modo a evidenciar a má fé da argumentação adversária. Assim, do ponto de vista desta primeira vertente de contra argumentação tanto Simonsen como Gudin recorrem à argumentos que fundamentam a estrutura do real, representados *ad nauseam* por ilustrações buscadas em citações próprias e adversárias. No réplica de Simonsen é constante a insinuação de que houve má fé por parte do parecer Gudin. Alguns trechos representativos estão transcritos abaixo:

“Mas tudo isso não justifica a paixão demonstrada em seu trabalho pelo Relator, quer agredindo instituições, individualidades e associações de classe, quer levando o seu “liberalismo” ao ponto de transcrever vários trechos do meu parecer em desacordo com o original, e praticando, pela obliteração dos sentidos a que todo estado de paixão conduz, erros elementares e imperdoáveis em assuntos que deveria ser consumado mestre.” (p.158)

(...)

“Além de generalizar a referência que fiz ao desenvolvimento material da Rússia, o Relator me atribui ai a alegação de planejamentos executados nos Estados Unidos e Inglaterra semelhantes ao que

propus para o Brasil; isso, para Ter o prazer de contestar que as planificações em estudos naqueles países não têm o mesmo sentido da prevista para o Brasil...

Mas suas transcrições incompletas e truncadas atingem revoltante desenvoltura na parte referente ao intervencionismo do Estado, como o evidente propósito de emprestar fins subalternos ao planejamento por parte da classe industrial a que pertenço.” (p. 172)

Estratégia semelhante está presente na tréplica final de Gudin, na qual, em menor medida, também há o intuito de atingir a credibilidade de oponente sugerindo a ação de má fé por parte do mesmo:

“Quanto mais, Senhor Presidente, confesso meu tédio e meu constrangimento ao ter de me referir às dezenas de acusações de toda espécie, que me faz o Dr. Simonsen. Teria preferido deixar isso em silêncio. Mas não posso fazê-lo porque a maioria dos ilustres Membros da Comissão de Planejamento pouco me conhecem e eu não desejaria que, por falta de esclarecimento, viesse algum deles fazer juízo duvidoso sobre meus padrões de ética, de civismo ou de probidade intelectual.” (p.231)

A principal distinção da réplica e da tréplica do ponto de vista da tática retórica utilizada, está no recurso à argumentação quasi-lógica por parte de Simonsen - expediente praticamente ausente em seu relatório á Comissão de Planejamento. O recurso à ironia entremeia as acusações de transcrição e leitura parcial dos argumentos expostos no Relatório ao CNPIC. Assim, diferentemente da primeira etapa da Controvérsia coube a Simonsen enveredar pela argumentação quasi-lógica na medida em que faz abundante uso de *ironia* como instrumento argumentativo:

“Para que a Comissão de Planejamento econômico possa aquilatar da *boa-fé* com que o Relator apreciou o trabalho do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, vou transcrever alguns trechos de seu relatório, reproduzindo o que consta do meu parecer, para mostrar, por comparação, as “inocentes” deturpações que este sofreu.” (p.171)

(...)

“Mas a artilharia grossa do Relator está principalmente concentrada contra os “forjadores de planos” (pág.41); é contra eles que S. S.^a alinha toda a sua formidável erudição... O fogo de barragem que quer criar é praticamente intransponível para nós outros, pobres mortais, simples amadores em matéria de estudos econômicos, que, não conhecendo – na opinião do autor – Robertson, Hansen e Haberler, estamos, por certo, condenados ao extermínio...(pág. 75)” (p.161)

O uso da *ironia* é estimulado pela prévio conhecimento das posições de cada um dos lados da controvérsia, preenchendo desta forma um dos pré requisitos básicos para o uso deste argumento auxiliar. A seguinte passagem de Perelman esclarece melhor esta questão:

“(...) irony cannot be used if there is uncertainty about the speaker’s opinions. This gives irony a paradoxical character: using it implies that argumentation is necessary; but in order to be able to use it, a minimum of agreement is required

(...)

Irony is all the more effective when it is directed to a well-defined group. Only by having some idea of the beliefs held within certain social environments can we guess whether or not a given text is ironical.” (Perelman, p.208)

Desta forma a réplica e a tréplica são oferecem terreno fértil para o uso da ironia não apenas por que as proposições do emissor já estão bem definidas, mas

também porque a posição adversária já está consolidada permitindo que o argumento através da ironia seja inteiramente compreendido pela platéia.

A abundante argumentação quasi-lógica representada pelo uso da *ironia* por parte de Simonsen, inverte a dualidade entre a argumentação quasi-lógica de Gudin e os argumentos quase sempre baseados na estrutura da realidade (e/ou que fundamentam a estrutura do real) privilegiados por Simonsen que caracterizam a primeira parte da Controvérsia.

Mas é no campo da estratégia da controvérsia representada pela não oposição à idéia de planejamento e, em certos momentos pela defesa do mesmo por parte de ambos os lados do debate é que a segunda etapa da Controvérsia merece destaque. Tanto por parte de Simonsen como por parte de Gudin ocorre um movimento de melhor explicitação do que se pretende designar através do termo "planejamento". Por parte de Simonsen o esforço de melhor qualificar a idéia de planificação esta associada à resposta às acusações de Gudin de que a proposta de planejamento formulada no Relatório à Comissão de Planejamento estava inspirada no exemplo Soviético, restringindo a ação da iniciativa privada e, desta forma, pondo em risco as liberdades individuais:

"É um erro supor que o conceito de planejamento se prenda, obrigatoriamente, a escolas políticas ou econômicas anti-democráticas.

(...)

O planejamento econômico é uma técnica e não uma forma de governo. Não exclui os empreendimentos particulares. Pelo contrário. Cria um ambiente de segurança de tal ordem que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada, que está intimamente ligada ao conceito da propriedade." (p.153)

Já Gudin, em sua réplica final, qualifica melhor suas críticas ao New Deal, defendendo a ação intervencionista do Estado em ocasiões especiais, e declarando como acertada a ação do governo Roosevelt. Mas do que isso, ao se defender das acusações de que é “inimigo da indústria” Gudin qualifica com maior precisão seu apoio à idéia de planejamento estatal, abrindo espaço inclusive para a possibilidade de “favores” estatais para garantir o suporte necessário a atividades industriais incipientes e de interesse nacional.

“Diz o Dr. Simonsen que, em matéria de planejamento, eu concordo com uma ação fragmentada, mas não admito a idéia de um largo planejamento. Talvez seja portanto oportuno esclarecer, mais uma vez, o sentido que, em meu Relatório, procurei dar a ‘planejamento”.

(...)

É ao meu ver, função privativa do Estado planejar: a saúde e a educação; a moeda, o crédito, as finanças públicas, o regime tributário; as obras públicas; os serviços de utilidade pública, com execução por concessão ou delegação, especialmente os de transportes, comunicações e energia hidroelétrica; a política de fomento à produção industrial, agrícola e mineira; a defesa da segurança nacionais; a organização do serviço público civil; a imigração, a legislação e o seguro sociais; as medidas de proteção do solo, de fiscalização de gêneros alimentícios, de combate aos abusos do capitalismo, etc., etc.

(...)

Ampare o Estado as indústrias merecedoras de proteção, incentive a formação de novas indústrias pela concessão de favores, indo até à garantia de juros ou à subvenção, se necessário, - mas não participe diretamente dos empreendimentos industriais. Ampare igualmente a lavoura, com assistência técnica, distribuição de sementes, facilidade de aquisição de máquinas e de adubos, combate às pragas, etc., mas não participe diretamente da atividade agrícolas, uma vez restabelecida

a normalidade do comércio e dos transportes, acabe com os “institutos” do açúcar, do café, do mate, do sal, do pinho, etc.” (pp.227, 228)”

(...)

“Eu não faço nem nunca fiz guerra à indústria nacional. Num país montanhoso, com terras pobres de húmus e ricas de erosão, seria um contra-senso não nos procurarmos industrializar.” (p.229) (grifo nosso)

Parece evidente que a réplica e a tréplica da Controvérsia do Planejamento, produziu um movimento de convergência na estratégia retórica, na medida em que as eventuais discrepâncias das definições de “planejamento” foram desbastadas a ponto de parecerem muito próximas.

Qual é afinal a distinção fundamental entre o planejamento de Roberto Simonsen e Eugênio Gudín tal como explicitado na Controvérsia?

A julgar pela Controvérsia, a distinção fundamental está no fato de Simonsen admitir a necessidade de uma ação estatal discriminada por objetivos definidos *a priori*, através da ação direta do Estado-empresário e da proteção às atividades industriais já existentes (até mesmo em relação a novos investimentos do capital doméstico) sem se preocupar por questões de eficiência alocativa que, por sua vez, é o ponto central embutido na posição de Gudín.

No que tange as demais formas de planejamento estatal através de um sem número de incentivos financeiros e proteção aduaneira a Controvérsia não apresenta diferenças substantivas. Já em seu parecer ao relatório do CNPIC, Gudín não descarta o uso de “favores aduaneiros” de modo a proteger determinado setor industrial (p.85).

O que perpassa de forma quase subliminar os textos de ambos os debatedores é a inclinação de sugerir a má fé presente na defesa do planejamento por parte do oponente. Do ponto de vista de Gudín a insinuação é de que por trás da defesa do planejamento formulado por Simonsen estariam interesses de suporte financeiro estatal e proteção aduaneira desmedida por parte de setores industriais não comprometidos com um ambiente de concorrência e aumento da

produtividade. Da parte de Simonsen, a insinuação em relação à Eugênio Gudín (frequentemente quase explícita) é a de defesa de interesses alheios ao interesse da economia nacional e uma oposição pré estabelecida em relação ao setor industrial doméstico.

Conclusão

O uso da retórica está presente em qualquer conversação na qual haja o intuito de convencer o interlocutor através da adaptação da mensagem às crenças pré estabelecidas na mente do receptor.

O exercício da investigação científica não está alheio ao uso da retórica na medida em que além de todos os procedimentos metodológicos consagrados em um determinado ramo de investigação científica é necessária a habilidade de se comunicar e convencer a comunidade que forma, em última instância, aquele ramo de pesquisa.

No ramo das ciências sociais o papel da retórica como coadjuvante no trabalho acadêmico é potencializado pela fraqueza dos procedimentos de validação empírica de uma determinada proposição teórica, de modo que o papel auxiliar da retórica ganha um aspecto mais nítido no embate entre proposições antagônicas. No caso da economia há uma outra característica que potencializa o uso da retórica: a importância da atividade extra acadêmica dos economistas.

O capítulo I pretendeu explicitar em primeiro lugar uma forma de representação do uso da retórica no âmbito do esquema de comunicação entre dois agentes: o receptor e o emissor da mensagem. Pretendeu-se também definir que a necessidade de adaptação da mensagem à audiência é um imperativo derivado da existência de crenças pré estabelecidas e fora do controle racional dos agentes. No contexto do esquema de comunicação entre dois agentes (cuja origem é a ciência cognitiva) pretendeu-se também esquematizar os graus de sujeição do emissor às crenças do receptor de modo a visualizar de modo mais claro as varias possibilidades abertas como o uso da retórica, uma delas a de desvirtuamento do processo de persuasão - quando o papel do emissor degenera de líder para liderado no processo de formação de crenças.

A aplicação empírica da análise retórica (realizada no capítulo III) tendo como objeto de estudo a Controvérsia do Planejamento, ao meu ver, evidenciou

primordialmente o efetivo uso de técnicas de argumentação retórica por parte dos participantes do debate. Outro aspecto evidenciado foi a adaptação de ambos os emissores às crenças difundidas da platéia em questão. Esta adaptação foi evidenciada através da semelhança das estratégias retóricas de ambos os oponentes do debate, apesar do flagrante antagonismo das recomendações concretas de política econômica.

Ainda sob o aspecto de uma melhor identificação do uso da retórica, o capítulo I pretendeu definir o conceito de “idéia-núcleo” (A) - isenta de componentes de retórica – e da idéia adaptada à audiência (Â) - mais próxima das crenças pré estabelecidas da platéia. A análise da Controvérsia permitiu verificar a possibilidade concreta de decompor um determinado discurso em subconjuntos de proposições que podem ser enquadradas nas especificações da idéia original, pretendida pelo emissor, e da idéia adaptada para as crenças da audiência. Acredito que esta forma de identificar os subconjuntos de idéias presentes num determinado discurso possa auxiliar na análise retórica em economia.

Do ponto de vista do levantamento da conjuntura histórica que propiciou a efetivação da Controvérsia (apresentado no capítulo II) ficou evidenciada a importância de uma massa crítica de interesses envolvidos para dar início a Controvérsia, formando assim, o conjunto de razões que possibilitaram a própria existência deste debate econômico fora das fronteiras acadêmicas. Acredito também que a análise da Controvérsia e do comportamento do debatedores exemplifica claramente a exigência de inteligibilidade do economista no momento em que pretende formular diretivas de política econômica e, portanto, cumprir seu papel profissional além dos muros da comunidade acadêmica.

Bibliografia:

- ABREU, M.P. (org.) (1992). **A ordem do progresso**. Rio de Janeiro: Campus.
- ALDRIGHI, D. M.; Salviano C.Jr. (1996) "A grande arte: a retórica para McCloskey" In **Retórica na Economia**. (org.) Rego, J.M. São Paulo: Ed.34.
- ALEJANDRO, D.F.C. (1980) "A América Latina em depressão: 1929-1939", **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Vol. 10, nº2, Agosto.
- ANUATTI, F.N. (1994). **Persuasão Racional em Keynes: uma aplicação de retórica em história das idéias econômicas**. (Tese de doutoramento IPE-USP)
- ARIDA, P. (1996) "A história do pensamento econômico como teoria e retórica" In **Retórica na Economia**. (org.) Rego, J.M. São Paulo: Ed.34.
- BARROS, M.J.R.; GRAHAM, D.H. (1981) "A recuperação econômica e a desconcentração de mercado da indústria têxtil paulista durante a Grande Depressão: 1928-1937", **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 11(1), abril, p.79-106.
- BIANCHI, A.M. (1997) **Todos os gatos são pardos: o teste empírico na história da economia**. FEA/USP, documento para a circulação interna.
- BIANCHI, A.M. (1999) **For different audiences, different arguments: economic rhetoric at the begining of the Latin American School**, FEA/USP, artigo apresentado à JHET em Agosto de 2000.
- BIANCHI, A.M. E SALVIANO C. (1996). "Prebisch, a Cepal e seu discurso: um exercício de análise retórica". In **Retórica na Economia**. (org.) Rego, J.M. São Paulo: Ed.34.
- BICCHIERI, C. "Should a scientist abstain from metaphor?" In **The consequences of economic rhetoric**..edited by KLAMER, A.; McCLOSKEY, D.; and SOLOW, R.M (1988) Cambridge University Press.
- BIDERMAN, C. (1996). **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Ed.34.
- BIELSCHOWSKY, R. (1988). **Pensamento Econômico Brasileiro: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimento**. Contraponto.
- BORGES, M.A. (1996) **Eugênio Gudín: capitalismo e neoliberalismo**. São Paulo: EDUC.

- CAMPOS, R. (1994) **A lanterna na popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks
- CANDAL, A. (1969). "A industrialização brasileira - diagnósticos e perspectivas" In (...). (...)
- CLOWER, R.W. "The ideas of economist" In **The consequences of economic rhetoric**..edited by KLAMER, A.; McCLOSKEY, D.; and SOLOW, R.M (1988) Cambridge University Press.
- COATS, A. W. "Economic rhetoric: The social and historical context" In **The consequences of economic rhetoric**..edited by KLAMER, A.; McCLOSKEY, D.; and SOLOW, R.M (1988) Cambridge University Press.
- DEAN, W. (1991) **A industrialização de São Paulo**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A.
- DENZAU, A.T. E NORTH, D., (1994). "Shared Mental Models: Ideologies and Institutions", **Kyklos**, Vol.47, Fasc.1:3-31.
- DINIZ, E. (1978). **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DOELLINGER, C., (1977). "Introdução" In **A controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira**. IPEA/INPES, Rio de Janeiro.
- DRAIBE, S. (1985). **Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil: 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FERNANDEZ, R.G. (1996) "A retórica e a procura da verdade em economia" In **Retórica na Economia**. (org.) Rego, J.M. São Paulo: Ed.34.
- FISHLOW, A. (...) "Origens e consequências da substituição de importações no Brasil" In (...) (...).
- FONSECA, E.G., (1991). **Beliefs in Action: Economic Philosophy and Social Change**. Cambridge University Press.
- GALBRAITH, J.K. "The grammar of political economy" In **The consequences of economic rhetoric**..edited by KLAMER, A.; McCLOSKEY, D.; and SOLOW, R.M (1988) Cambridge University Press.
- GOODWIN, D. C. "The heterogeneity of the economists' discourse: Philosopher, priest and hired gun" In **The consequences of economic rhetoric**..edited by KLAMER, A.; McCLOSKEY, D.; and SOLOW, R.M (1988) Cambridge University Press.

GUDIN, E., (1977) "Rumos de Política Econômica - Relatório apresentado à Comissão de Planejamento sobre a Planificação da Economia Brasileira" in **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. IPEA/INPES, Rio de Janeiro

GUDIN, E., (1977) "Carta à Comissão de Planejamento – Carta sobre a réplica do Dr. Roberto Simonsen" in **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. IPEA/INPES, Rio de Janeiro

IANNI, O. (1971). **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

KLAMER, A. (1983). **Conversas com Economistas**. São Paulo:

KLAMER, A. "Negotiating a new conversation about economics" In **The consequences of economic rhetoric**..edited by KLAMER, A.; McCLOSKEY, D.; and SOLOW, R.M (1988) Cambridge University Press.

KLAMER, A.; McCLOSKEY, D; SOLOW, R.M (1988). "Economics in the human conversation" In **The consequences of economic rhetoric**..edited by

KRUGMAN, P. (1994). **Pedling Prosperity**. Norton & Company.

LAMOUNIER, B. (1992). "O modelo institucional dos anos 30 e presente crise brasileira" **Estudos Avançados**, 6(14).

LOUREIRO, M.R. (1997) **Os economistas no governo: gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro: EFGV.

McCLOSKEY, D. "The consequences of rhetoric" In **The consequences of economic rhetoric**..edited by KLAMER, A.; McCLOSKEY, D.; and SOLOW, R.M (1988) Cambridge University Press.

McCLOSKEY, D.; and SOLOW, R.M (1988) Cambridge University Press.

McCLOSKEY, D.N. (1985) **The Rhetoric of Economics**. The University of Wisconsin Press.

NORTH, D. (1981). **Structure and Change in Economic History**. Norton & Company.

NORTH, D. (1990). **Institutions, Institutional Change and Economic Performance** Cambridge University Press.

PERELMAN, CH. E OLBRECHTS-TYTECA, L. (1958). **The New Rhetoric: A Treatise on Argumentation**. University of Notre Dame Press.

PRADO, B. Jr.; CASS, M.J.R. (1996) "A retórica da economia segundo McCloskey" In **Retórica na Economia.** (org.) Rego, J.M. São Paulo: Ed.34.

REBOUL, O., (1998) **Introdução à Retórica.**, São Paulo: Martins Fontes

ROMER, C. D. (1990). "The great crash and the onset of the great depression", **Quartely Journal of Economics**, Vol. CV, August 1990.

SAES, D. (1985). **Classe média e sistema político no Brasil.** São Paulo: T.A.Queiroz

SALVIANO, C.Jr. (1993) **O discurso Cepalino: ensaio de análise retórica.** (Dissertação de mestrado, IPE-USP).

SILBER, S (1973). "Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929-1939" In (...). (...)

SIMONSEN, R., (1977) "A Planificação da Economia Brasileira – Parecer apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial" in **A controvérsia do planejamento na economia brasileira.** IPEA/INPES, Rio de Janeiro

SIMONSEN, R., (1977) "O Planejamento da Economia Brasileira – Réplica ao Sr. Eugênio Gudín, na Comissão de Planejamento Econômico" in **A controvérsia do planejamento na economia brasileira.** IPEA/INPES, Rio de Janeiro

SKIDMORE, T. (1982) **Brasil: de Getúlio a Castelo.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra

SMITH, A. (1983) **Lectures on Rhetoric and Belles Lettres.** Oxford: Clarendon Press

SOLA, L. (1998). **Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo.** São Paulo: EDUSP.

STIGLER, G. (1986). "Economics or Ethics?" In **The Economist as Preacher and Other Essays.** The University of Chicago Press.

SUZIGAN, W. (1986). **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.** São Paulo: Brasiliense

WEFFORT, F.C., (1977). "O populismo na Política Brasileira" In Furtado, C. (coord.) **Brasil: tempos modernos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra